



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

THÂNISIA MARCELLA ALVES CRUZ

**SANKOFA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: UM
ESTUDO SOBRE MATILDE RIBEIRO, UMA MULHER NEGRA NA GESTÃO
DA SEPPIR (2003 A 2008)**

BRASÍLIA/DF

2020

Thânisia Marcella Alves Cruz

SANKOFA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: UM ESTUDO
SOBRE MATILDE RIBEIRO, UMA MULHER NEGRA NA GESTÃO DA SEPPIR
(2003 A 2008)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional.

Área de concentração: Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais.

Orientação: Professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice.

BRASÍLIA/DF

2020

Thânisia Marcella Alves Cruz

Sankofa, Políticas Públicas e Interseccionalidade: um estudo sobre Matilde Ribeiro, uma mulher negra na gestão da SEPPIR (2003 A 2008)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional.

Aprovado em ____ de _____ 2020

Banca Examinadora

Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice – FE/PPGE-MP/UnB
(Presidente)

Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz – FE/PPGE-MP/UnB
(Membro interno)

Profa. Dra. Joelma Rodrigues da Silva – FUP/LEdoC/UnB
(Membro externo)

Prof. Dr. wanderson flor do nascimento – FIL/ PPGDH/UnB
(Suplente)

Dedico este trabalho à minha Mutuê, ao meu Orí, à minha cabeça. À memória de todas as mulheres negras que tiveram o direito à educação negado. Ao Anderson Junio (*in memoriam*), meu primo e amigo. À Ministra Matilde Ribeiro.

AGRADECIMENTO

Em minhas reflexões, acredito que nasci com uma missão interessante: compartilhar o que vejo, promovendo o acesso às informações como metodologia para quebrar barreiras sociais. Para mim, a sentença adaptada “tenho poder de escolha, logo existo” é uma máxima, pois é a partir da informação que podemos ter a oportunidade de escolher o que nos fará seres humanos melhores de acordo com o nosso ponto de vista. Isso se chama autonomia e emancipação. Dessa forma, me reconheço educadora, pois me sinto aquela que é capaz de transmitir conhecimento e aprender, independente do formato proposto e do público-alvo.

Em 2018, eu aguardava o resultado das eleições presidenciais com apreensão; visualizava a conjuntura como um tempo histórico que influenciaria vários setores da sociedade, em especial, a educação. Compreendi que, em dado momento, pessoas como eu, mulheres negras, seriam afetadas em algum aspecto de retrocesso. Assim, decidi que faria a seleção para o mestrado pela segunda vez. Da primeira vez, fiz por acreditar que havia algo a ser dito. Da segunda vez, foi por entender que toda a trajetória de engajamento político de mulheres negras e homens negros para garantir o acesso e a permanência da população negra nos quadros da educação formal só faria sentido se eu fosse em frente e conquistasse esse título, ainda que os interesses pelo exercício da profissão de professora a nível acadêmico sejam reduzidos.

Ainda na seleção, percebi o quanto havia sido, estruturalmente, despreparada para buscar uma pós-graduação, mesmo tendo experiências que me preenchem e me dão tranquilidade para trabalhar com o que acredito. Após a entrada, decidi que mudaria minha rotina de trabalho para me dedicar ao mestrado. Em virtude disso, tive um dos maiores períodos de empobrecimento financeiro da minha vida adulta, culminado com mudanças de endereço e constantes desafios na vida pessoal. Nesse momento, inúmeras pessoas e espíritos se mostraram companheiros e companheiras, me permitindo concluir esse trabalho com o cuidado necessário e o amor que corrige, critica e colabora de forma transbordante.

A vida acadêmica pede introspecção, silêncio, reflexão, pesquisa, autocontrole, autoestima, o benefício da dúvida e outras exigências. Nos momentos que eu mais precisei do silêncio e da introspecção, eu tive as melhores pessoas para dividir comigo as alegrias

e frustrações do caminho acadêmico. Existem pessoas que fizeram esse mestrado comigo e dedico a elas o meu carinho e agradecimento:

Às minhas ancestrais. Ao Anderson Junio, que mudou minha vida quando partiu. Às mulheres negras da travessia transatlântica. À minha bisavó, Rita Pereira da Silva, *Nigrinha*; à filha dela, minha avó, Benedita Gouveia Damasceno Alves; ao meu avô, Severiano do Carmo Alves; à minha mãe, Joana Darc do Carmo Alves Cruz; ao meu pai, Marcelo Cruz. À família Alves e à família Cruz, meus grandes amores. Infinitamente, aos meus irmãos e à minha irmã, Esdras, Ester, Thiago e Daniel. À Ifá, ao Candomblé de Angola, ao Candomblé de Ketu, à Umbanda, por complementarem o ensinamento de minha família e antecederem qualquer conhecimento acadêmico. À Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas. Ao Coletivo Angela Davis, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, na construção da *The International Black Feminist Decolonial School*¹. Ao Programa Embaixadores da Juventude. Ao *Programme LabCitoyen*². Ao Programa Mulheres Inspiradoras, na figura da professora Gina Vieira. À Panapaná de Elis Janoville, por ser minha família na França, por ter me acolhido em sua casa durante aquele verão francês de 2019 – o que transformou minha vida e me auxiliou a pensar o início desse texto com tranquilidade.

Aos jovens e às jovens dos coletivos do Distrito Federal. Aos (as) estudantes que tiveram confiança no meu trabalho durante esse momento tão exaustivo. Às equipes e amigadas do Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia e Brasília. Ao Coletivo EnegreSer.

Aos amigos e às amigas. À Grazielli Cavalcanti, Aimée Pôrto de Almeida, Larissa Andrade, Carli Ayô, por serem companheiras desde os tempos de escola. Às Candaces, Uila Oliveira, Janaína Bittencourt, Aline Espindola. Aos meus grandes amigos que buscam o sentido da vida, Gildo Rodrigues, Daniel Santos, Paulo Victor, Fernando Gonzalez e Murilo Mangabeira. Ao Clube da Luta. À família Fiúza, ao Manzo Kalla Muisu e ao Instituto Cultural e Educacional Lua Branca — INCLUA.

Às amigas, em sua maioria negras, que a UnB me deu e que foram imprescindíveis durante nossas leituras e conversas incansáveis sobre nossos escritos e militância: Ana Carolina de Souza, Simone Florindo, Jaciara Cristina, Ellen Cintra, Gabriela de Almeida,

¹ Tradução: Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial.

² Tradução: Programa Laboratório Cidadão

Sibelle de Jesus, Karina Fares, Raquel Santos, Raíla Alves, Ana Cláudia J. Pereira, Bruna Cristina J. Pereira e Thalita Najara.

Ao Carlos Alberto Santos de Paulo e à sua filha, Raíssa Gomes, pessoas que leram minhas ideias antes de qualquer outra pessoa e conversaram comigo quando eu tive medo e deixei de acreditar no meu trabalho. Para ambos, o meu texto sempre esteve pronto.

Ao Daniel Neves. Aos companheiros e companheiras que estiveram comigo e reconhecem o quão desafiador é se relacionar com outro ser negro que não para de pensar e de querer transformar o próprio mundo.

Aos funcionários e às funcionárias do serviço de transporte público do Distrito Federal e de todas as cidades por onde passei, por sempre me ajudarem a chegar ao meu destino, sem atrasos, podendo ler e dormir em paz. Às gentilezas feitas pelas pessoas no transporte público.

Às equipes do Restaurante Universitário que, mesmo no domingo, são gentis, cumprindo horas de trabalho e nos servindo o alimento.

Aos (às) pesquisadores (as) que mantém o Centro de Convivência Negra (CCN), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPPHERG).

À Professora Renísia Cristina Garcia Filice, minha orientadora, com nome e sobrenome, pela extrema coragem em desafiar a academia em busca de reformulação em políticas públicas, com olhar transversal, interseccional e afirmativo. A frieza acadêmica não foi capaz de quebrar os laços estabelecidos; e a descrença que possuem sobre nossos corpos negros foi jogada por terra quando nos escolhemos.

“No ano de 1925, as escolas admitiam alunas negras. Mas quando as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos”

“O diário de Bitita”, de Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Esta dissertação parte do seguinte questionamento: “Em que medida as experiências de uma mulher negra – **Matilde Ribeiro** – em cargo de gestão na SEPP/PR, singularizaram a ação pública em atendimento à pauta negra, no que se refere às políticas públicas para a educação, de 2003 a 2008, até os dias atuais (2020)?” Para tanto, buscou-se compreender, em uma abordagem interseccional de raça e gênero em espaços de gestão, a atuação dessa mulher no órgão e período problematizados. Também se questionou de que forma suas experiências e trajetória enquanto mulher negra, acadêmica e ativista foram mobilizadas para compor as políticas educacionais para a população negra. Para o alcance das informações, utilizou-se de arquivos de domínio público como o Currículo Lattes, Decretos, Portarias, Leis e publicações atrelados à ação da Ministra. A partir da análise desses documentos, realizou-se entrevista semiestruturada em profundidade com a ex-Ministra Matilde Ribeiro. Assim, baseando-se no princípio da Interseccionalidade, a pesquisa evidencia suas articulações com as demandas do Movimento de Mulheres Negras em sua prática como gestora. Para a fundamentação teórica, priorizou-se a escrita de autoras e autores, em sua maioria, comprometidos (as) explicitamente com a promoção da equidade de raça e gênero, além de imbuídos (as) da perspectiva de Políticas Públicas, Ação Pública e Gestão: **Lélia Gonzalez** (1982), **Joselina Silva** (2014), **Renísia C. Garcia Filice** (2008; 2011; 2017, 2019), **Rayssa Araújo Carnaúba** (2019) **Carla Akotirene** (2018), **Kimberlé Crenshaw** (2002; 2004), **Patrícia Hill Collins** (2018), **Angela Davis** (2016), **Achille Mbembe** (2017), **Joaze Bernadino-Costa**, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018), Walter Dignolo e María Lugones (2014), entre outros (as). Os resultados demonstram que a ex-Ministra, junto à sua equipe e à coletividade que a acompanha, impulsionou grandes ações públicas entre Programas, Fóruns e Encontros, possibilitando a criação de instrumentos de políticas públicas como: leis, normas, resoluções e publicações pertinentes à orientações para a implementação de políticas públicas e ações de caráter afirmativo e antirracista. Matilde Ribeiro, levada a priorizar as demandas, dentre elas, quilombolas e a educação, que, para a população negra são indissociáveis, atuou com destaque e proximidade junto à elaboração e execução de vários programas governamentais, dentre eles o Programa de Governo - Brasil sem Racismo (2003), o Programa Ações Afirmativas (2003) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) (2007). Conclui-se que a presença dessa mulher negra como gestora antirracista e antissexista imprimiu a visão de reparação

histórica que a população negra reivindica. A SEPPIR/PR se mostrou como um espaço de conflito, mas também de diálogo por recepcionar as demandas dos movimentos sociais e atuar na intersectorialidade e transversalidade da pauta racial, dentre os demais órgãos.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Gênero. Raça. Movimento de mulheres negras. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This essay starts from the following question: “To what extent did the experiences of a black woman - **Matilde Ribeiro** - in a management position at SEPPIR / PR distinguish public action in response to the black agenda, with regard to public policies for education from 2003 to 2008, until the present day (2020)?” Therefore, we sought to understand, in an intersectional approach of race and gender in management spaces, the role of this woman in the problematic organ and period. It was also questioned how her experiences and trajectory as a black woman, academic and activist were mobilized to compose educational policies for the black population. To reach the information, public domain files such as the Lattes Curriculum, Decrees, Ordinances, Laws and publications linked to the Minister's action were used. Based on the analysis of these documents, an in-depth semi-structured interview was conducted with former Minister Matilde Ribeiro. Thus, based on the principle of Intersectionality, the research shows its links with the demands of the Black Women Movement in its practice as a manager. For the theoretical foundation, priority was given to the writing of different authors, most of whom were explicitly committed to the promotion of race and gender equity, in addition to being imbued from the perspective of Public Policies, Public Action and Management : **Lélia Gonzalez** (1982), **Joselina Silva** (2014), **Renísia C. Garcia Filice** (2008; 2011; 2017, 2019), **Rayssa Araújo Carnaúba** (2019) **Carla Akotirene** (2018), **Kimberlé Crenshaw** (2002; 2004), **Patrícia Hill Collins** (2018), **Angela Davis** (2016), **Achille Mbembe** (2017), **Joaze Bernadino-Costa**, Nelson Maldonado-Torres and Ramón Grosfoguel (2018), Walter Dignolo and María Lugones (2014), among others. The results demonstrate that the ex-Minister, together with her team and the community that accompanies her, promoted great public actions among Programs, Forums and Meetings, enabling the creation of public policy instruments such as: laws, rules, resolutions and publications relevant to the guidelines for the implementation of public policies and actions of an affirmative and anti-racist nature. Matilde Ribeiro, led to prioritize the demands, among them "quilombolas" and education, which, for the black population are inseparable, acted with prominence and proximity with the elaboration and execution of several government programs, among them the Government Program - Brazil without Racism (2003), the Affirmative Actions Program (2003) and the "Brasil Quilombola" Program (PBQ) (2007). It is concluded that the presence of this black woman as an anti-racist and anti-sexist manager impressed the vision of historical reparation that the black

population claims. SEPPIR / PR proved to be a space of conflict, but also of dialogue for receiving the demands of social movements and acting in the intersectionality and transversality of the racial agenda, amongst other institutions.

Keywords: Intersectionality. Genre. Race. Black women movement. Educational policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ações – Matilde Ribeiro	90
Tabela 2 – Especificação da quantidade de ações registradas por área e ano de realização.....	96

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as)
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANJF	Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas
APFDF	Associação dos Professores de Francês do Distrito Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
CCN	Centro de Convivência Negra
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CEMAB	Centro de Ensino Médio Ave Branca
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CILC	Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a União Africana
DF	Distrito Federal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENJF	Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas
FE	Faculdade de Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
GAAPP	<i>Global Affirmative Action</i>
GEPPHERG	Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HV	História de Vida
I ENMN	I Encontro Nacional de Mulheres Negras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
MJC	Ministério da Justiça e Cidadania
MMNB	Movimento de Mulheres Negras Brasileiras
MN	Movimento Negro
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEP-UNICAMP	Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas
OEB	Organização da Educação Brasileira
ONU	Sistema da Organização das Nações Unidas
ONU-Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCD	Pessoas com Deficiência
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEPPFOL	Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas
PL	Projeto de Lei
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGE-MP	Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional
ProIC/UnB	Programa de Iniciação Científica da Universidade de
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada - Ministério da

	Educação
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEPP/PR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUM	Serviço Universitário Mundial
TEN	Teatro Experimental do Negro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Crimes e Drogas
USP	Universidade São Paulo

SUMÁRIO

MEMORIAL	19
INTRODUÇÃO.....	28
CAPÍTULO 1: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	39
1.1 - A INTERSECCIONALIDADE COMO METODOLOGIA DE PESQUISA PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL	39
1.2 - CONCEITUANDO A PRÁTICA: DO PROJETO DE INOVAÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	45
1.3 - O QUE DIZEM OS REGISTROS DA GESTORA?	49
1.3.1 - Quem é Matilde Ribeiro.....	49
1.4 - ANÁLISE DOCUMENTAL.....	51
CAPÍTULO 2: DE ONDE SAÍMOS: AS RELAÇÕES ENTRE O MMNB E A AÇÃO PÚBLICA DE UMA GESTORA PROTAGONISTA NA SEPP/PR.	55
2.1 - CRUZAMENTOS AUDACIOSOS: ESTADO, EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA	57
2.2 - AS RELAÇÕES ENTRE O MMNB, GESTÃO E AGENDAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PAUTA NEGRA.....	66
2.3 - DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS (I ENMN) À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	71
2.3.1 - Educação como pauta da luta antirracista	73
2.4 - MULHER NEGRA EM CARGO DE GESTÃO (2003-2008).....	76
2.4.1 - O caminho até a chegada ao cargo de gestão.....	77
2.4.2 - O momento de sentar à mesa.....	77
2.5 - A SEPP/PR – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPP/PR), DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (MJC).....	83
CAPÍTULO 3: MULHER NEGRA, GESTORA E A EDUCAÇÃO.....	87
3.1 - PERCEPÇÕES PRELIMINARES: MULHER NEGRA EM FOCO	87
3.2 – AÇÕES PÚBLICAS NA SEPP/PR.....	88
3.2.1 - Quando uma mulher negra se senta à mesa: Matilde Ribeiro em ação.....	89
CAPÍTULO 4: ENTRE PROFECIAS MELHORES: NEGRA GESTORA E A LUTA ANTIRRACISTA.....	99
4.1 - A NARRATIVA DE MATILDE RIBEIRO	99

4.1.1 - A academia como porta de entrada	100
4.1.2 - A SEPPIR: espaço de construção coletiva	104
4.1.3 - O racismo estrutural como ferramenta para apagamento de trajetória.....	108
4.3 - SANKOFA: O QUE VEIO DEPOIS?	110
4.4 - SANKOFA: O QUE VIRÁ?	111
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	129
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista aplicado à ex-Ministra Matilde Ribeiro	132
APÊNDICE C – Publicações divulgadas no período de atuação da Ministra Matilde Ribeiro	135

MEMORIAL

Eu sou sobrinha neta de Zé de Leno (José Heleno), um homem preto, morador de Paracatu, Minas Gerais, que foi vítima da mesma violência direcionada às alunas negras citadas por Carolina Maria de Jesus. Meu tio estava em sala e duas professoras conversando riam dele, dizendo que ele era da família de um dos escravos³ que haviam fugido da fazenda da família de uma delas. Ele nunca voltou à escola. Isso marcou a minha vida; cresci querendo conhecer a história da minha família e escrevê-la. Eu ainda quero.

Eu nasci em 1992, no Hospital Regional de Ceilândia, Distrito Federal. Sou fruto do encontro e companheirismo de um casal preto, mineiro e sonhador. Minha mãe foi educada na histórica e interiorana Paracatu. Meu pai, nascido em Nova Lima na periferia de Belo Horizonte, um grande centro urbano, é a representação de urbanidade que tenho em mim. Sou a primeira de cinco filhos e filhas desse casal de Minas Gerais que sempre prezou pela educação como fio condutor de toda a nossa formação, que vai além da nossa trajetória profissional.

Minha avó, Benedita Gouveia Damasceno Alves, era cozinheira e, talvez, seja uma das pessoas mais sábias que já conheci. Foi com a minha avó que tive a primeira conversa sobre liberdade real, poucos dias antes de sua partida. Junto ao meu avô, Severiano do Carmo Alves, jogador/treinador de futebol e pedreiro, ela incentivou os 3 filhos e as 5 filhas a seguirem os estudos. Isso fez com que todas as mulheres da família se tornassem professoras da Rede de Ensino Público do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Minha mãe se formou em Filosofia, as minhas tias são formadas em História, Pedagogia e Artes visuais, além de todas terem cursado o magistério. Minha avó, Maria Trindade da Cruz, e meu avô, Aristides Casseiro da Cruz, eram comerciantes e foi nessa circunstância que o meu pai, suas 3 irmãs e seus 4 irmãos foram educados (as), sendo várias das primeiras crianças a chegarem à poeirenta e fria Brasília em plena construção década de 1960.

Como minha mãe, que levava marmitas ao presídio da cidade de Paracatu, cuidava de crianças e limpava casas, meu pai também começou a trabalhar cedo como engraxate e cuidador de carros no Plano Piloto, onde morou até que meus avós se tornassem beneficiários de um

³ Ao se referir às pessoas em condição de trabalho forçado, há um consenso em chamá-las de escravizadas, enquanto condição que demonstre que foram retiradas de suas comunidades e forçadas a trabalhar em um ambiente que não escolheram. Isso inclui reiterar que essas pessoas possuem nome e identidades. Todavia, a palavra “escravo” será mantida aqui por se tratar da forma como a pessoa se referiu ao meu familiar. Uma pessoa que mantém outra em condição de trabalho forçado não usará palavras antirracistas para estabelecer diálogo. Para um escravocrata, a linguagem também faz parte do processo de violências.

projeto habitacional existente à época, na Ceilândia – uma cidade que nasce com o nome Campanha de Erradicação das Invasões e com o objetivo de remover trabalhadores (as) das áreas ditas centrais do Distrito Federal. Esse casal, meu pai e minha mãe, se conheceu em Paracatu e se casou em Ceilândia, estando minha mãe já grávida. Moraram com minha tia, pagaram aluguel e moraram fora do Distrito Federal, como repercussão da conjuntura financeira.

Morando com a tia para estudar

Essa conjuntura os levou a reforçar em nós o interesse pelos estudos e, com isso, realizamos sacrifícios. Um dos maiores sacrifícios que realizamos foi vivido durante o período em que morei com minha tia, irmã da minha mãe, na Ceilândia, para que eu pudesse estudar, enquanto meus pais e meu irmão moravam em Luziânia. Nesse período, eu já tinha feito o Maternal, com minha mãe sendo minha professora. Fiz o jardim de infância algumas vezes mais que o recomendado, devido à pouca idade e por não termos introjetado a ideia de ter babás; também por morar dentro de uma escola particular, gerenciada por minha tia e meu tio, minha segunda mãe e meu segundo pai. Esse foi o primeiro empreendimento negro que conheci e, provavelmente, por isso, até ali o racismo tenha sido pouco impactante no contexto micro, ainda que a estrutura racista macro sufocasse minha família para que desfizesse a escola.

Em 1998, com o nascimento da minha irmã e a morte de um dos irmãos do meu pai, fomos morar no centro da Ceilândia, na casa que meu pai morou na infância e juventude. Assim, até a 4ª série estudei na escola da minha tia, irmã da minha mãe. Nessa época, estudava em período integral, pois a escola atendia estudantes filhos (as) de trabalhadores (as) que ficavam sem companhia em casa no contra turno. Pela manhã, tínhamos as matérias estabelecidas pelo currículo comum e, à tarde, tínhamos atividades variadas como aula de maculelê, capoeira regional, xadrez, plantação de hortas, cineclubes e literatura. Durante esses mesmos anos, minha mãe foi professora em contrato temporário em escolas do Distrito Federal com foco no atendimento às Pessoas com Deficiência (PCD). Meu pai, homem negro, PCD, tinha acabado de se tornar servidor público concursado da Secretaria de Educação do Distrito Federal como merendeiro.

Estudando em um colégio militar

Por estar em contrato temporário e contando com o magistério como titulação formal, minha mãe buscou complementar os estudos cursando Filosofia. Nesse ínterim, passou a trabalhar em uma escola militar do Distrito Federal. Acredito que esse tenha sido o segundo sacrifício mais evidente de nossas vidas. Já éramos 5 crianças. Eu entrei nessa escola como bolsista para cursar a 5ª série com crianças que se vangloriavam por serem netas de barões do Rio de Janeiro, filhas de militares do alto escalão, filhas de servidores (as) de embaixadas e empresários (as). Nessa escola, conheci boa parte dos (as) amigos (as) que mantenho ainda hoje, em 2020. Todavia, manter essas poucas e boas amizades foi e é complexo, pois a fase em que fiquei nessa escola representa o período em que conheci o racismo com impactos físicos e psicológicos.

No primeiro dia de aula, fui informada que nessa escola o meu cabelo trançado – mesmo curto, sem tocar na blusa – não era o modelo de cabelo esperado. No dia seguinte, por falta de informação e reflexões profundas, o racismo reverberou em um cabelo alisado. Hoje, entendo que o cabelo poderia ter tido as tranças desfeitas e ter sido penteado em formato de coque, assim, jamais teria o alisado até 2007. Com esse cenário de racismo e incompreensões, continuei até onde minha mente conseguiu suportar e, durante os dois primeiros anos naquela escola, tentei me adaptar. Essa adaptação tem registros interessantes da essência vivida na escola da minha tia.

Desde quando comecei a ler e a escrever, passei a colecionar escritos. Sempre tive diários e muitos deles sumiram; outros preservo e continuo a fazer registros. Esse hábito de leitura e escrita fez com que uma de minhas redações fosse escolhida como selo para a inauguração da biblioteca da escola militar. Manter e criar novos ritmos para êxito nos estudos foi cansativo e esse período do colégio militar apenas foi apagado da minha mente, fazendo com que eu me recorde mais do esforço da minha mãe em continuar trabalhando ali para nos manter com acesso aos conteúdos formais que fossem capazes de nos levar à universidade do que de outras informações.

Minha mãe trabalhava no turno da manhã e da tarde, seguindo para a faculdade à noite. Meu pai passava o mesmo período na escola e, à noite, preparava o nosso jantar e verificava a nossa organização, desde a higienização até o horário de ir buscar minha mãe; ao chegar, ela

reverificava tudo que fizemos, passando noites acordada, elaborando, também, seus trabalhos de escola.

Como ambos ficavam fora de casa durante um período considerável, à tarde, eu era responsável por esquentar o almoço e deixar a casa organizada, junto com o meu irmão. Muitas vezes, eu saía e ficava andando com algumas amigas e amigos pelas ruas da Ceilândia ainda de uniforme, ou apenas dormia profundamente a tarde toda – efeito da rotina de acordar todos os dias às 5h da manhã para estar na parada de ônibus antes das 6h e chegar na escola antes das 6h50. É inexplicável a lembrança desse período, pois, se fosse possível colocar minha família em um quadro, nesse momento, a imagem que teríamos daquela época seria a tristeza e o cansaço de tentar estabelecer metas, sem fugir às regras que nos foram impostas em troca de um estudo que valesse à pena e que, no final, fincou memórias de racismo, sexismo, lgbtfobia e raiva.

Há uma história que minha mãe contou para um amigo sobre o tempo em que ela escrevia durante as madrugadas. Ela escrevia e ouvia tiros à distância, mas o que mais a assustava eram os gatos que brigavam no telhado. A exemplo da minha mãe, fomos resilientes. E, talvez, essa resiliência forçosa para continuar no dia seguinte tenha estabelecido poucas lembranças. Da escola, eu, pessoalmente, lembro de um episódio da 8ª série e outro no 1º ano do ensino médio em que fui extremamente exposta como uma aluna sem capacidade para aprender matemática por um dos professores que eu mais admirava. Esses dois momentos criaram um bloqueio de lembranças e só me recordo de reprovar em exatas, matéria dada pelo professor; em seguida, fui transferida – por meus pais – para uma escola em Samambaia, que tem um dos projetos educacionais mais interessantes que conheci.

Fiquei apenas 1 ano nessa escola e, pela primeira vez, meus irmãos, minha irmã e eu estudávamos em escolas diferentes, mas ainda particulares. Ali, minhas notas foram as melhores que possuo no meu histórico. Exatas se tornou uma brincadeira de perguntas e respostas. Tendo me recuperado de episódios de falhas psicopedagógicas, com o auxílio de professores (as) dedicados (as) e sensíveis, mas ainda deslocada racialmente, me lembro de perguntar para os meus pais o motivo de ainda continuar naquela escola particular, considerando que minha mãe já tinha sido admitida no concurso de professores (as) efetivos (as) e deveríamos fazer jus à educação pública. Seria o tempo de conhecermos a realidade das escolas públicas. Eu quis isso para a minha trajetória, aos 15 anos, e acabei influenciando meus pais a tomarem uma decisão para toda a família.

Da escola pública à Universidade de Brasília

Estudar no Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) me trouxe a sensação de respirar respeitando o meu tempo. Com a bagagem de diferentes escolas, passar pela 4ª escola da vida foi simples e revigorante. No momento de entrar para a lista de vagas, eu estava com a minha mãe e percebi que as escolas públicas são disputadas por muitos estudantes. Especificamente o CEMAB – berço de estudantes que entram na Universidade de Brasília (UnB) e com uma grande quantidade de professores (as) provenientes dessa universidade –, que tinha uma lista de espera extensa, mas tivemos sucesso e pude finalizar minha formação básica naquela escola que muito me ensinou. Ali, coloquei todo o meu esforço, estudando noites adentro, realizando trabalhos em grupos com grande complexidade e conquistando amigos e amigas que se reconhecem como negros e negras ou que, como brancos (as), entendem a existência de uma luta antirracista.

Na primeira escola, provavelmente 90% dos (as) alunos (as) eram negros (as) e moradores (as) de Ceilândia e região, e vivíamos em uma rede de valorização de nossas identidades, na medida do possível. Na segunda escola, pelo contrário, a maioria dos (as) estudantes eram brancos (as) e moradores (as) do Plano Piloto e região. Na terceira escola, na Samambaia, o número de estudantes negros (as) começou a ser (re)percebido, mas até aí nenhuma pessoa se apresentava como tal. Por esse motivo, entrar no CEMAB e ver que eu poderia conversar com pessoas que ouviam rap, assim como eu, e se vestiam como os (as) vizinhos (as) e amigos (as) da minha quadra foi o momento chave para me perceber, positivamente, negra de fora para dentro.

Na escola, percebi o quanto a profissão de educador (a) pode ser edificante, mas, ao mesmo tempo, cansativa e com poucos sinais de reconhecimento. Mesmo assim, com a estrutura familiar que tenho, sabia que seria educadora como eles (as), mas desconhecia o momento de início. Assim, em contato com um formato diferente de inserir física, química, biologia e matemática no cotidiano dos (as) estudantes, tanto na escola anterior quanto no CEMAB, até ali tinha decidido que estudaria biologia, provavelmente, para descobrir soluções para a vida cotidiana e para ser professora. No meio do ano de 2009, meus irmãos, minha irmã e eu entramos no curso de francês do Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia (CILC) e

minha ideia de estudar biologia mudou. Decidi estudar assuntos internacionais e, com o tempo, eles se ligaram ao ensino.

O ano de 2009 passou rápido. Minha rotina na escola era integral por organização própria. Ia para a escola, voltava para casa, almoçava, ia para o curso de francês, voltava para casa, ou ficava na biblioteca, ou voltava para Taguatinga para fazer trabalho e estudar com o grupo de amigos (as). A parte de estudar na casa dos (as) amigos (as) impulsionou o meu desejo de estudar na UnB e muito fortaleceu meu desempenho, além de permitir troca de informações. Escolhi 3 cursos para disputar. Relações Internacionais era a primeira opção, Turismo era a segunda opção – mas ainda estava em construção na UnB – e, por último, por incentivo de uma professora, Letras Francês se tornou uma possibilidade.

Vivendo a Universidade de Brasília (UnB) para além da academia

Comecei a fazer o Programa de Avaliação Seriada (PAS) para ingresso na UnB no 1º ano do Ensino Médio e no 2º ano perdi o prazo de inscrição, devido a data de pagamento das taxas de seleções serem diferentes da data de salário dos meus pais. Durante o 3º ano, minhas chances foram reduzidas sem o PAS e as vias possíveis para a entrada na universidade eram o vestibular ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Todavia, o ENEM ainda estava sendo inserido na UnB e não fazia parte das modalidades de entrada. Eu não pensava em sair da minha cidade, pois levo o lema “conheça a sua cidade e depois compartilhe com o mundo o que aprendeu” a sério, então, o ENEM não era interessante. Com essa realidade, fiz o ENEM esperando ter a média para garantir que, caso houvesse qualquer problema, eu tivesse, pelo menos, o registro de conclusão do Ensino Médio. Dessa forma, só pude usar o vestibular como modo de entrada na UnB.

Em março de 2010, entro no curso de Letras-Francês, na UnB, via vestibular, pelo sistema de ações afirmativas (cotas raciais). No momento de escolher a habilitação, concluí que gostaria de me aprofundar em pesquisas e me matriculei em Bacharel. Hoje, percebo que, para mim, enquanto estudante de Letras, o mais interessante seria ter feito diretamente a Licenciatura, por se tratar do mesmo currículo praticamente. Porém, acredito que tudo tenha sido uma boa escolha para a permanência e aprendizado no universo acadêmico. Entre 2010 e 2014, além dos estágios, participei do Programa Afroatitude, dos encontros realizados no

Centro de Convivência Negra (CCN) e conclui dois projetos no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/UnB).

Foram esses programas e estágios que fortaleceram minha independência financeira, sem que minha mãe e meu pai tivessem que destinar altas quantias para o meu almoço, cópias e lazer. Esse processo de formação em programas de extensão me auxiliou como profissional. No Afroatitude, tínhamos como foco a tentativa de estruturar narrativas antirracistas e antissexistas, mesmo diante de uma estrutura excludente. Em um dos projetos do ProIC, trabalhei com a professora Dra. Mara Lúcia Mourão Silva o estudo “Mulher, negra e insubmissa: o imaginário da violência contra a mulher na obra de Conceição Evaristo”. No segundo projeto do ProIC, fui orientada pela professora Dra. Debora Diniz para realizar pesquisa em projeto guarda-chuva intitulado “Perfil da violência contra mulheres no Brasil e em Moçambique: uma revisão bibliográfica”.

Na relação com essas duas professoras, aprendi mais sobre a vida de educadores (as) e, em especial, como o racismo, o sexismo e a classe limitam as possibilidades na vida acadêmica em relação ao acesso à informação. Especificamente, durante o segundo projeto, havia o planejamento para ida à cidade Maputo, em Moçambique. Essa ida dependia da nota do ENEM, mas, justamente por não ter tido informações anteriores sobre outras oportunidades de uso dessa nota, tirei 4 décimos abaixo da média esperada e acabei não refazendo a prova nos anos seguintes. Cinco anos depois da entrada na universidade, eu não tinha tempo hábil e estava distanciada do conteúdo do ensino médio. Por isso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não aprovou meu dossiê, a equipe não levou a diante, não foi possível ir à Moçambique e essa, dentre tantas, se tornou uma grande frustração social/acadêmica. Porém, é um livramento espiritual que eu valorizo hoje.

Conciliando estudo, trabalho e militância: a chegada ao mestrado

Com essa bagagem, em 2015, fui convidada a compor a equipe da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal como Chefe do Núcleo de Educação e, posteriormente, promovida à Assessora Especial da subsecretaria. Fiquei nesse ambiente até 2017, quando passei em concurso temporário para professora de Língua Francesa nos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal, local onde estive até 31 de agosto de 2020. Trabalhar na

estrutura de um governo me trouxe questionamentos sobre as desconexões das demandas da sociedade civil com os interesses do Estado, principalmente em observação à vida das pessoas em situação de rua, das pessoas encarceradas, da saúde mental de estudantes e das mulheres, em sua maioria negras (os). Como ainda estava na graduação, essas inquietações se relacionavam com a avaliação que eu fazia sobre as negligências presentes no currículo da graduação, que ainda encontra resistência na aplicação do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Fazendo parte da organização da Marcha das Mulheres Negras, em 2015, enquanto representante de um órgão governamental, com breve distanciamento da realidade dos movimentos sociais, percebi que estava agindo conforme a estrutura racista demanda e quis mudar minhas perspectivas pessoais e profissionais. Portanto, passei a refletir sobre Políticas Públicas antirracistas e antissexistas, além de valorizar a ação pública de mulheres negras. Com isso, em 2017, passo a reforçar meu desejo de estar em sala de aula, em contato cotidiano com quem vive os serviços públicos e também começo a auxiliar na estruturação da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF), o que me deu força e reflexões suficientes para fazer a seleção de entrada no Mestrado em Educação da Universidade de Brasília (UnB) e o que fundamenta o meu interesse em avaliar a ação pública de mulheres negras que impactam na produção de conhecimento e em Políticas Públicas.

Hoje (2020) estou formada em Letras-Francês e atuo como Assistente de Língua Portuguesa no *Collège International de l'Est Parisien*⁴, pelo *Ministère de l'Éducation Nationale, de la Jeunesse et des Sports*⁵; ademais, sou ex-professora em contrato temporário da Rede de Ensino Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), onde atuei desde 2017 e, por isso, sou membro da Associação dos Professores de Francês do Distrito Federal (APPDF); possuo histórico de estagiária no Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL) – do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, atuei como consultora e voluntária em projetos vinculados ao Instituto Francês da Embaixada da França no Brasil, ao Escritório das Nações Unidas sobre Crimes e Drogas (UNODC), ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), à Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Sistema

⁴ Colégio Internacional do Leste Parisiense

⁵ Ministério de Educação Nacional, de Juventude e dos Esportes.

da Organização das Nações Unidas (ONU). Atuo no ensino-aprendizagem de língua estrangeira, relacionando reflexões sobre cultura e sociedade, além de ser membro no Movimento de Negras Jovens Feministas pela Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF).

O que pode acontecer depois do mestrado

Assinalo sempre que atuar com políticas públicas, criando estratégias estatais ou no Movimento de Mulheres Negras, é resultado do racismo estrutural. Mulheres negras atuam em coletivo como uma forma de manter a própria existência e estar em movimento é uma escolha para o combate ao racismo. Existem outras atuações possíveis a partir de possibilidades criativas de transmutar o mundo em que vivemos. Hoje, terminando o mestrado, estou contratada pelo Governo Francês para contribuir com o ensino de Língua Portuguesa do Brasil em uma periferia da região de Paris, em Noisy Le-Grand. Posso afirmar que sonhei a minha vida, apenas não esperava que algumas coisas realmente aconteceriam em formato melhor do que imaginei. Esta é uma mensagem para as mulheres negras que vieram antes de mim, que estão comigo e que virão depois: acessar informação e ferramentas que nos deem instruções é um direito que nos deu, dá e nos dará opções de escolher quem queremos ser e o que queremos fazer.

INTRODUÇÃO

Entende-se que a trajetória a ser investigada por este trabalho conecta-se ao nosso⁶ histórico de mulheres negras, e pode ser considerada uma resposta à demanda que **Joselina Silva**⁷ (2014), enquanto pesquisadora negra e ativista, identificou ao avaliar o percurso e os resultados do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), realizado em 1988, quando diz que: *“se faz necessário expressar a ausência de estudos que permitam dimensionar a extensão do legado das afro-brasileiras ao longo da constituição do Estado-Nação brasileiro”* (SILVA, 2014, p. 37, grifo nosso). Com essa constatação, Silva apresentou “pistas capazes de auxiliar um número maior de pesquisas em torno da atuação de muitas daquelas ativistas” (SILVA, 2014, p. 37) participantes do I ENMN. A pesquisadora afirma que “aspectos inúmeros podem ser observados quando se pretende retratar as mulheres negras no Brasil e que há muito a ser averiguado numa seara quase virgem de análises e diagnósticos” (SILVA, 2014, p. 37). A ausência de registros já havia sido notada por nós, mas o alerta de **Joselina Silva** sinalizou a necessidade de outras pesquisas nesse teor, que ainda estão por ser realizadas.

Este estudo se insere nesse contexto e atende, também, à necessidade de registro de um compilado das ações de ativistas negras – ao longo das últimas décadas no Brasil – que tiveram importante papel na decisão e avaliação de políticas públicas, em particular, as políticas educacionais que passaram a atender a população negra no ensino superior.

O aspecto “do legado das afro-brasileiras ao longo da constituição do Estado-Nação brasileiro” (SILVA, 2014, p. 37) tanto fundamentou decisões tomadas no ambiente de instituições públicas quanto impactou a vida profissional e pessoal de brasileiras e brasileiros.

⁶ Feitas as devidas considerações que indicam a minha trajetória pessoal para chegada até aqui, no mestrado, saliento que essa escrita é feita por diferentes vozes que ecoam e, por isso, os caminhos e escritos, por vezes, são chamados de nossos, seguindo as trilhas de **Carla Akotirene** (2018). Nossos, pois mulheres empenharam esforços para que eu tivesse acesso à educação formal e, igualmente, por esse texto ter a orientação de uma mulher negra.

⁷ Enquanto “provocação feminista na escritura acadêmica que se crê neutra” (p. 76), a Profa. Dra. Debora Diniz (2013) propõe que as autoras sejam reconhecidas em seus escritos (p.76-77). Assim, para ela, “importa saber se são mulheres ou homens que respondem pelos textos” que a interessam de algum modo (p.77); dessa forma, ao “citar pela primeira vez uma fonte” (p.77) em seu texto, ela a referencia pelo nome e sobrenome. Adotando a mesma perspectiva, adicionando uma provocação feminista antirracista, decolonial e transnacional, participantes da edição de 2018 da Escola Internacional de Feminismo Negro, Decolonial e Transnacional (Universidade Federal do Recôncavo Baiano/UFRB-Cachoeira-BA), propuseram, na presença da autora Kimberlé Crenshaw e na fala da Profa. Dra. Ângela Figueiredo, que autores negros e autoras negras tenham, além do nome e sobrenome inserido na citação, seus nomes assinalados em negrito para que possamos saber a efetividade de nossa prática decolonial, como um “projeto de intervenção sobre a realidade” (**BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL**, 2018, p. 10) evidenciando a nossa presença na produção de conhecimento. Para Diniz, “a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), não reconhece a regra da transparência de gênero, mas essa é uma violação compartilhada e aceita por autoras feministas” (2013, p.77) e, no contexto desse trabalho, acredita-se que essa transparência, ao ser estendida ao contexto de raça, é uma violação a ser compartilhada por autores negros e autoras negras.

Por esse motivo, é possível conectar com minha experiência pessoal que, durante o meu ensino médio, vivi os impactos de uma educação inacessível às temáticas étnico-raciais e de gênero. Porém, durante a minha graduação, parte desse cenário se modificou. Pude ver os resultados e a continuidade da operacionalização da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena), assim como sou beneficiária do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, aprovado em 06 de junho de 2003, na Universidade de Brasília (UnB), implementado a partir de esforços de pesquisadores e pesquisadoras negros (as) e antirracistas que também atuaram politicamente para a implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas nas Instituições Federais), ou seja fui cotista nesta instituição. Quero dizer que vivi as ausências durante a educação básica, mas também usufruí das políticas de inclusão do século XXI, na UnB, como resultado da colaboração em ação pública da mulher negra que será aqui apresentada.

PROBLEMATIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA DE ESTUDO

Assim, por compreender minha história, trajetória política e atuação profissional ligada à história de outras negras jovens, e como reflexo do trabalho do Movimento Negro (MN) e do Movimento de Mulheres Negras (MMN), referencio os escritos de **Joselina Silva** (2014) e intento, de modo a “dimensionar a extensão do legado das afro-brasileiras ao longo da constituição do Estado-Nação brasileiro” (SILVA, 2014, p. 37): desenvolver este estudo que permita retratar sobre as potencialidades de gestoras como **Matilde Ribeiro**, selecionada em meio a várias outras igualmente relevantes, por ter sido a primeira atuante na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPIR/PR).

Na articulação capaz de tornar possível as Políticas Públicas educacionais com a atuação da SEPPIR/PR, inúmeras gestoras e/ou acadêmicas como **Petronilha Beatriz, Eliane Cavalleiro, Maria Auxiliadora Lopes, Nilma Lino Gomes, Macaé Evaristo e Luiza Helena Bairros** estiveram em outras frentes no Movimento de Mulheres Negras, dentro do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e das universidades, sendo demandantes de políticas antirracistas e antissexistas, produtoras de conhecimento, receptoras/guardiãs de encaminhamentos feitos via legislação e responsáveis por coordenar decisões imprescindíveis para a validação dessa agenda.

Por ter um espaço curto e por considerar a necessidade de aprofundar no histórico da SEPP/PR, essas outras mulheres negras são citadas, mas o foco de avaliação está na ação de Matilde Ribeiro, que trabalhou nessa instituição. De todo modo, esta pesquisa e seu produto poderão ser uma estratégia para que consigamos dar continuidade, em outras pesquisas, ao memorial histórico de vida pessoal e profissional de **Petronilha Beatriz, Eliane Cavalleiro, Maria Auxiliadora Lopes, Nilma Lino Gomes, Macaé Evaristo e Luiza Helena Bairros** como uma referência ao dizer: “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019) e do fortalecimento da noção de articulação entre pares que indica a relevância de pessoas negras estarem em lugares diferentes, ocupando e pautando agendas.

Inicialmente, esse trabalho, enquanto Projeto de Mestrado e enquanto texto da qualificação, tinha como objetivo apresentar também as vivências das gestoras **Luiza Helena Bairros** e **Nilma Lino Gomes**. Porém, no decorrer de nossas investigações, foi possível notar:

1. Há um memorial da história de **Luiza Bairros** em construção. Pode-se dizer que ele já existe e está vigoroso, sendo sempre adicionadas novas memórias a ele. Este trabalho vem do esforço de várias pessoas e em duas delas tenho referência científica. **Felipe da Silva Freitas** e **Ana Flávia Magalhães Pinto**, ambos pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB). Essas pessoas renovam suas bases de dados e podem ter o trabalho científico pesquisado para que seja possível compreendermos a trajetória de **Luiza Bairros**. O trabalho já existente não seria impedimento para que pudéssemos analisar, à luz do que se discute aqui, a atuação de **Luiza Bairros** na gestão da SEPP/PR. Contudo, é inegável o escopo que existe e devemos considerar que uma dissertação é curta em espaço e tempo para falar de todas essas mulheres;

2. Em virtude da Pandemia do novo coronavírus, nossas datas não convergiram com a agenda da professora **Nilma Lino Gomes**. Independente das agendas, tivemos um contato com a professora, sem entrevista, e, desde o início, ela evidenciou que seria muito importante relatar a vivência das mulheres que passaram pela SEPP/PR. Nós temos certeza que o fato de a professora estar produzindo/participando de inúmeras conferências nesse momento vai auxiliar a continuidade deste trabalho para o nosso grupo de pesquisa, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPPHERG), ou qualquer outro que queira dar prosseguimento. Isso se aplica à história da professora Matilde Ribeiro. Nesta investigação, inserimos o que foi possível em tempo e espaço. Convidamos outras negras jovens, mulheres negras, negros jovens, professores (as) e pesquisadores (as) à continuidade do que foi iniciado aqui.

A escolha da SEPP/PR se deve ao seu caráter de intervenção e mediação na operacionalização de políticas públicas, dentre elas as educacionais antirracistas voltadas para

o ensino básico e superior, como veremos mais detalhadamente à frente; já a escolha desta mulher se deu por ser negra acadêmica que assumiu o cargo de secretária (com *staff* de ministra) do referido órgão. A natureza das conexões entre protagonistas do Movimento de Mulheres Negras, bem como a articulação de Políticas Públicas Educacionais para a população negra que tomaram conta do Brasil, em particular a partir do ano de 2003 ao ano de 2008, além de ser nosso recorte temporal, também nos levou à escolha desta acadêmica.

Assim, busca-se compreender, especificamente, como a trajetória da acadêmica e ativista Matilde Ribeiro singularizou sua atuação na SEPP/PR e em que medida contribuiu para a articulação de Políticas Públicas e Educação. Ao focar no percurso e contribuição dessa gestora – Matilde Ribeiro, acadêmica e ativista – buscar-se-á estreitar laços narrativos para evidenciar suas articulações com as demandas do Movimento de Mulheres Negras, na sua prática como gestora – provocação feita pela também acadêmica negra **Joselina Silva** (2014).

A importância da SEPP/PR para este trabalho é notória no histórico de agenciamentos feitos pelo Movimento Negro e pelo Movimento de Mulheres Negras, pois é nesse espaço que o acesso às Políticas Públicas de Igualdade Racial e de Gênero urge na perspectiva de atuação do Estado e do Governo, a partir da atuação de gestores e gestoras protagonistas da pauta racial negra. Daí, optamos por destacar, no grupo de gestoras negras com histórico de atuação no Governo Federal, aquela – Matilde Ribeiro – que, no governo do ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), atuou como gestora da SEPP/PR, como dito, na condição de secretária com status de ministra durante o período de 2003 a 2008; ademais, por ser acadêmica e ativista do MN e MMN. A atuação será destacada em termos de contribuição para a operacionalização de Políticas Públicas de Educação e, nesta instituição governamental, pela centralidade na execução de políticas afirmativas com foco nas políticas educacionais para negras e negros.

Ao falar sobre o Movimento Negro (MN) e o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras (MMNB), tomamos a compreensão de “multiplicidade” (p. 18), evocada por **Lélia Gonzalez** (1982). Como ativista da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, participo de discussões que praticam justamente o que a ativista aponta. A exemplo, a pluralidade de identidades de negras jovens e mulheres negras no Brasil e no mundo. Distante do euro centrismo, somos múltiplas. Somos lésbicas, bissexuais, estudantes, autônomas, professoras, urbanas, rurais, dentre outros pertencimentos. Com isso, fica nítido que existem diferentes grupos políticos e concepções de atuação dentro do MN e do MMNB. Unindo a experiência à memória escrita, **Lélia Gonzalez** (1982) reforça que, portanto, somos tão plurais quanto a nossa origem, mas marcadas pela raça e pelo racismo.

Mantemos o nome, movimento, em singular por unidade em pauta comum, conscientes de que somos equânimes, sem a pretensão de sermos iguais, pois nossas diferenças nos unem em riquezas ímpares. Em termos organizacionais, a prática no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras leva quem deles participa a ter formação política que molda a atuação profissional, como uma escola fomentada pela educação popular. Nesses espaços, nós aprendemos a estruturar nossa visão de liberdade, a elaborar propostas, a escrever projetos, a captar recursos, a tomar notas em formato de atas ou relatórios; aprendemos a produzir encontros com um grande número de pessoas, a compreender as deliberações que podem ser utilizadas em nossa vivência coletiva enquanto pares negros e negras, assim como a desafiar o *status quo*, o Estado.

Pensando sobre essa possibilidade de ação que é a passagem que o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras faz à atuação no Estado, alguns nomes, entre eles os de alguns homens, precisam ser listados em consideração à história de permanência, rupturas e ressignificações que o tema – interseccionalidade de raça e gênero em políticas públicas e gestão: mulheres negras protagonistas – aciona. Pois, se a defesa histórica do MN e do MMN é por uma narrativa construtiva que valorize momentos e pessoas que contribuíram com alguma mudança afirmativa, seja em Políticas Públicas, seja em outras áreas, registrar o percurso de pessoas atuantes na SEPPPIR/PR é promover o dizer “nossos passos vem de longe” (WERNECK^a, 2019).

Assim, acentuamos nomes como os de **Matilde Ribeiro** (2003-2008), **Martvs Antonio Alves das Chagas** (2008-2008), **Édson Santos** (2008-2010), **Eloi Ferreira Araújo** (2010-2010), **Luiza Helena de Bairros** (2011-2015), **Nilma Lino Gomes** (2015-2016) enquanto parte do marco histórico da trajetória do MN e do MMN – mesmo que se considere a instabilidade dos prazos desses cargos e que nem todos (as) tenham suas trajetórias completas descritas. No produto final⁸ deste estudo, apresentaremos a narrativa de uma das pessoas – Matilde Ribeiro – que participaram desses processos, refletindo sobre sua trajetória acadêmica e política, além dos impactos da SEPPPIR/PR no contexto de construção de políticas públicas antirracistas no Brasil.

⁸ Este estudo é processo e resultado do Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação (FE), da Universidade de Brasília (UnB). Nessa modalidade, temos como orientação a escrita do texto e a entrega de um produto aplicável à nossa prática enquanto profissionais. Nesse sentido, o produto a ser entregue como complemento desse estudo será um histórico que contribua para a implementação do art. 26-A da LDBEN 9394/96, que evidencie a atuação do movimento de mulheres e homens negros (os) na História do Brasil, bem como registro a memória e as narrativas da gestora Matilde Ribeiro, de forma articulada à trajetória empreendida por essa mulher em sua atuação na SEPPPIR.

Essa irregularidade e brevidade na permanência de algumas gestoras nos cargos têm relação com o jogo político pertencente à política partidária e à ação pública vista nas relações entre Estado e Sociedade Civil, o que influencia na escolha de representantes para cargos públicos comissionados e têm a ver com o objetivo do cargo. No caso da SEPPIR/PR, aglutina-se à disputa de narrativa no jogo político – a interseccionalidade de raça e gênero, explicitamente por se tratar de um órgão destinado à temática étnico-racial – com necessidade de atuar considerando gênero, classe, território, dentre outras categorias; por sua vez, esses são aspectos que pretendemos elucidar no decorrer da pesquisa. A instabilidade na permanência dos cargos resultante de jogo político, por exemplo, pode ser apresentada em relação à docente **Nilma Lino Gomes**, que atuou como secretária de 01 de janeiro de 2015 até a época do resultado do *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, em 12 de maio 2016, o que influenciou em completa reformulação do quadro de servidores (as) do Governo Federal.

QUESTÃO DE PESQUISA

Assim, para conhecer um pouco mais acerca da atuação de Matilde Ribeiro, consideramos a seguinte questão central: Em que medida as experiências de uma mulher negra – Matilde Ribeiro – em cargo de gestão na SEPPIR/PR singularizaram a ação pública em atendimento à pauta negra, no que se refere às políticas públicas para a educação, de 2003 a 2008, se estendendo aos dias de hoje (2020)?

OBJETIVO GERAL

Compreender, em uma abordagem interseccional de raça e gênero em espaço de gestão, a atuação de um mulher – Matilde Ribeiro – no cargo de gestão na SEPPIR/PR, entre 2003 a 2008, e de que forma suas experiências e trajetória enquanto mulher negra, acadêmica e ativista foram mobilizadas para propor as políticas educacionais para a população negra.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Refletir sobre a contribuição do conceito de *ação pública* conectado ao de *interseccionalidade de raça e gênero* via **Kimberlé Crenshaw** (2002; 2004) e **Carla Akotirene** (2018) e a ideia de *conhecimento situado*, de **Patrícia Hill Collins** (2018);

- 2) Evidenciar o contexto histórico em que emergem as demandas do MN e MMN e quais são as conexões que a atuação de mulheres negras tem com a implementação das Políticas Educacionais antirracistas;
- 3) Mapear e sistematizar as ações realizadas no período de atuação de Matilde Ribeiro, de 2003 a 2008, com destaque às políticas públicas educacionais implementadas para a Educação Básica e o Ensino Superior com recorte racial;
- 4) Elaborar, como produto, uma cartilha que evidencie a atuação do movimento negro e de mulheres negras na História do Brasil, as ações e os registros da memória e das narrativa das (os) gestoras (es), que ocuparam cargos na gestão da SEPPIR, de 2003 e 2008, com destaque para Matilde Ribeiro.

JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO

Uma característica fundamental do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras é se reconhecer como proveniente de uma tradição oral. A tradição oral, como dinâmica existencial do povo negro, desde os *Griots*, nos dá o ímpeto de fomentar memórias que se estabeleçam em nossa comunidade. Nós sabemos quem somos e o legado que deixamos a partir de nossas histórias. Cada acontecimento considerado importante é registrado. Com o advento de diferentes meios de comunicação, o livro é uma dentre as várias excelentes ferramentas de impacto para nós, que desejamos resgatar e imprimir memórias. Por isso, um dos achados mais singulares desse trabalho é, sobretudo, a forma como o Movimento de Mulheres Negras se empenhou e se esforça para registrar as reuniões, as marchas, o que antes era deliberação e se tornou encaminhamento, o que se transformou em produto tangível.

Por isso, na seleção de autores (as) que fazem parte do referencial teórico do trabalho, priorizou-se que, em termos de Ação Pública e Políticas Públicas, **Ângela Figueredo** (2018), **Joselina Silva** (2014) e **Lélia Gonzalez** (1982) fossem as anfitriãs para receber os (as) demais autores (as). Essas autoras se complementam nas memórias que remontam o passado do MN e do MMN. Na escrita delas, fica nítido o caminho que se leva desde a organização em coletivos até a ascensão a um cargo público com função de promover a equidade racial. Nesse memorial tecido por mulheres negras, dada as ingerências da vida e do racismo, conceituar a Ação Pública ou as Políticas Públicas é um exercício feito à base dos exemplos, da prática dos caminhos, até o produto esperado.

Seguindo as autoras, uma coletividade de pesquisadores (as) negros (as) são fios dessa rede, mesmo que sem consciência desses laços. **Renísia C. Garcia Filice** e **Rayssa Araújo Carnaúba** (2019) mergulharam no universo das coerências, mas também das *escrevivências* (EVARISTO, 2011) de jovens e adolescentes negras da Cidade Estrutural-DF; refletiram sobre o campo da Educação; e têm como escopo metodológico a interseccionalidade de gênero, raça e classe em espaços de gestão.

Sobre a atuação dos movimentos sociais e, em particular de mulheres negras, **Carla Akotirene** (2018), **Denise Maria Botelho & wanderson flor do nascimento** (2016), **Kimberlé Crenshaw** (2002; 2004) e **Patrícia Hill Collins** (2018) também compõem a tessitura, se apropriam de exemplos reais e auxiliam na conceituação da interseccionalidade como ferramenta metodológica para a compreensão da existência, elaboração de narrativa e compreensão da ação pública de mulheres negras no Movimento de Mulheres Negras Brasileiras em atuação no campo da implementação de Políticas Públicas em cargos de governo.

Para pensar Políticas Afirmativas e Colonialidade, nos baseamos em **Achille Mbembe** (2017), que contribui com essa proposta a partir da visão sobre como o conceito de Estado se constitui e impacta a realidade de pessoas da África e da Diáspora. Com base nos resultados da colonização que fomentaram a modernidade e a democracia vigente em países como o Brasil, há de se pontuar as ações que impactam na decisão de criar órgãos como SEPPIR, que articulam raça e racismo como conceitos a serem observados, por formatarem, em alguma medida, as políticas em execução pelo órgão.

Seguindo essa compreensão, a partir da Decolonialidade, **Joaze Bernadino-Costa**, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, em “Decolonialidade e Pensamento Afro-Diaspórico” (2018), elencam as contribuições da decolonialidade para a constituição de novas práticas educacionais e de atuação do Estado. No capítulo de Walter D. Mignolo e María Lugones (2014), vemos, a partir da decolonialidade, reflexões e conceituações em torno das categorias raça, racismo, gênero e patriarcado que complementam o que este trabalho sugere: observar a atuação de uma mulher negra na gestão de políticas públicas em diálogo interseccionais com estruturas marcadamente excludentes como resultado do processo colonial ressignificado na contemporaneidade.

Se a tradição afrocentrada tem uma forma de se apresentar e existir, a eurocêntrica também. Compreendendo os meandros da academia e do modelo acadêmico brasileiro que é eurocêntrico – e que sempre necessita de respostas às perguntas “O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? e Quem?” – relacionamos todo o empirismo dos (as) autores (as) citados (as) anteriormente às conceituações de *Ação Pública* e *Políticas Públicas* evocadas por Pierre

Muller e Yves Surel (2002); Pierre Lascoumes e Patrick le Galès (2012); e Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018).

O referencial teórico foi conectado aos relatórios de gestão, decretos, portarias, leis, publicações e demais documentos catalogados ao longo desse texto, elaborado pela mulher negra que é centro dessa pesquisa (ou na mesma época de atuação dela na SEPPIR/PR): Matilde Ribeiro.

ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Diante desse panorama, a dissertação está assim dividida:

O primeiro capítulo, intitulado *Notas Teórico-Metodológicas*, apresenta o processo de construção do trabalho e as bases conceituais que nortearam a pesquisa. Neste capítulo, informamos como e onde foi realizada a busca por informações capazes de transmitir o histórico da ação pública que tem como centro a mulher negra compreendida como protagonista na SEPPIR/PR entre 2003 a 2008. Com isso, apresentamos a atuação profissional dela como um extrato de suas vivências pessoais até à chegada ao cargo de gestão.

No segundo capítulo, *De onde saímos: As relações entre o MMNB e a gestão de políticas públicas por gestora protagonista na SEPPIR/PR*, identificamos/evidenciamos os eixos de ação pública propostos por Matilde Ribeiro e como interagem com as demandas estipuladas pelo Movimento de Mulheres Negras Brasileiras. Para isso, mobilizam-se documentos finais de conferências, fóruns, reuniões, dentre outros. Adotamos como ponto de partida o questionamento: Existe uma forma de fazer Política Pública e Ação Pública que seja singular, por ser articulada por uma mulher negra, ativista e acadêmica?

O Capítulo traz informações sobre o I ENMN, em 1988, que refletiu sobre “*As Mulheres Negras e as Organizações da Sociedade Civil*”; “*As Mulheres Negras e o Trabalho*”; “*As Mulheres Negras e a Educação*”; “*As Mulheres Negras e a Legislação*”; e que foi transposto à análise já feita por Maria Luiza Heilborn, Leia Araújo e Andreia Barreto (2010) sobre mulheres negras “*na produção de conhecimentos científicos*”, “*no mercado de trabalho*”, “*no espaço escolar*” e “*na organização da vida política*” (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p. 75-81, grifos nossos).

Essa seção trata de dois tempos distintos, mas conectados pelo uso dos mesmos termos, tanto na inscrição de demandas *por*, quanto na análise *de* Políticas Públicas, quais sejam: 1. A ação do Movimento de Mulheres Negras no campo da reflexão e do estabelecimento de demandas, denunciando a pirâmide social nos eixos trabalho, conhecimento, educação e vida

política; e 2. A ação de mulher negra protagonista já articulando às Políticas Públicas através do conceito da Interseccionalidade. Como nota de conhecimento, saberemos se essa mulher esteve, pessoalmente ou impulsionada por outras, no fronte de concepção e elaboração de Políticas Públicas que correspondessem às suas demandas entre 1988 e 2008. Como exemplo, formaremos quadros de participação política e representativa, além de refletir como essa dinâmica se conecta à SEPPIR. Quanto a essas informações, veremos nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo, *Mulher negra, gestora e a educação*, são colhidas as ações da atriz que atuou no período entre 2003 e 2008 na SEPPIR. A partir da pergunta “O que foi produzido no campo de políticas públicas, especialmente na área de educação entre 2003 e 2008?”, analisamos as ações da gestora na condição de secretária da SEPPIR e apresentamos os resultados sobre suas percepções acerca da gestão das políticas de ações afirmativas. Com isso, elaboramos um quadro de sistematização das ações realizadas no período de atuação de Matilde Ribeiro na SEPPIR/PR de 2003 a 2008, para que possa subsidiar o estudo do ensino de história do Brasil, evidenciando a contribuição negra (art. 26-A, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN) e as políticas públicas afirmativas. Destacamos suas percepções de trabalho, o espaço, os desafios, o jogo político, os impactos na própria vida e as percepções que surgiram após a atuação em cada um dos órgãos.

O quarto capítulo, *Entre profecias melhores: negra gestora e a luta antirracista*, aborda a narrativa da gestora e a relação entre gestão, o quadro de operacionalização do artigo 26-A da LDBEN 9.394/96 – alterado pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que trazem a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica – e uma reflexão da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas nas Instituições Federais. Serão ações públicas decididas, elaboradas, implementadas e avaliadas durante sua gestão, ou que foram implementadas com base nos esforços dos primeiros anos de SEPPIR/PR.

Após levantar quais foram as ações e projetar a narrativa da gestora, no Capítulo 4, focamos, estritamente, nas pautas educacionais para o Ensino Básico e o Ensino Superior. Assim, verificamos em que medida o fato de ser mulher negra, gestora, acadêmica e ativista aparece imbricado na sua narrativa, e como essa narrativa pode ser alocada na configuração da ação pública de Mulheres Negras para a população negra e a relação da gestora com a educação.

Inserir a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais – no escopo de políticas públicas impulsionadas pela ação pública de Matilde Ribeiro reafirma o fato de que a Ministra atuou em coletividade e parte do ponto de vista de que “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019). Por mais que ela já estivesse saído da SEPPIR, o trabalho

de disputa continuou nos anos seguintes e essa legislação é vista como uma das mais cruciais, inclusive para que esse trabalho fosse feito, considerando que quem escreve é cotista formada na graduação na Universidade de Brasília (UnB), uma das primeiras universidades a inserir o programa de cotas raciais – universidade essa que é desenvolvida por um grupo de pesquisadores (as) que auxiliou no avanço da política.

Nas considerações finais, a partir do percurso feito no desenvolvimento, nós avaliamos se as expectativas acadêmicas em torno do tema tiveram os resultados esperados. Ademais, verificamos quais foram os impactos desta escrita na trajetória dos estudos no Mestrado em Educação, com vistas às Políticas Públicas e Gestão de Sistemas Educacionais.

A pesquisa exploratória realizada desde o início do projeto de mestrado abriu caminhos para verificar o que a ex-Ministra da SEPP/PR narrou em sua entrevista. Conclui-se que a instituição foco de nossa avaliação, a SEPP/PR, em medidas de produção e articulação para a elaboração de políticas públicas, é um espaço necessário para a participação e atendimento de demandas da sociedade civil.

Ao final, como determina o Mestrado Profissional em Educação, apresentamos o produto: a cartilha “*Quando uma mulher senta à mesa: Matilde Ribeiro em ação*”. Trata-se de um histórico que contribui para a implementação do art. 26-A da LDBEN 9394/96, na Educação Básica, a fim de evidenciar a atuação de representante do movimento de mulheres negras na História recente do Brasil, bem como registrar a memória e a narrativa da gestora negra, Matilde Ribeiro, de forma articulada à trajetória empreendida pela mesma em sua atuação na SEPP/PR.

CAPÍTULO 1: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Como foi introduzido, o Movimento Negro (MN) e o Movimento de Mulheres Negras (MMN) possuem o hábito de registrar o percurso de cada ação realizada. É dessa forma que, em 2020, jovens como a que escreve esse texto têm acesso ao que começou a acontecer na década de 40 e reverbera até os dias atuais. Pesquisadoras-ativistas negras como **Ângela Figueredo** (2018), **Joselina Silva** (2014) e **Lélia Gonzalez** (1982) são algumas das guardiãs da memória do que o MN e o MMN fizeram e fazem. Na escrita delas – a ser apresentada no segundo capítulo –, nós encontramos a prática, o passo a passo de cada encontro, reunião ou conferência pertinente para o que será apresentado ao longo desse texto.

De antemão, podemos declarar que o que elas revelam se chama Ação Pública e que esta levou à elaboração de Políticas Públicas. Ora, se essas autoras evidenciam o sentido da Ação Pública e de Políticas Públicas, importa saber o que é considerado cada conceito antes de apresentar os exemplos. Por estarmos comprometidas com a noção de Ação Pública e Políticas Públicas ligadas ao MN e ao MMN, evocamos a Interseccionalidade como o pulsar da atuação da primeira gestora da SEPPIR, sendo ela mulher negra.

Com isso, este capítulo busca apresentar o percurso teórico-metodológico do estudo com base na perspectiva “sociológica da ação pública”, defendida por Pierre Lascoumes e Patrick le Galès (2012, p. 48-49), com base nas “interações entre os atores múltiplos no seio dos quais imerge a política” (2012, p. 49). Nesse sentido, as perspectivas da atriz tanto são múltiplas por fazer emergir várias interações com o coletivo, quanto por ser negra. Adota-se a interseccionalidade como aporte de pesquisa antirracista, antissexista e decolonial (**GARCIA-FILICE & CARNAÚBA**, 2019, p. 109-132; **MALDONADO-TORRES**, 2018). Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo (**CRESWELL**, 2007) com acesso a documentos públicos (atas, jornais, instrumentos de legislação, normativos), documentos privados (registros, diários, cartas), discussões via e-mail (**CRESWELL**, 2007, p. 185-193), entrevista narrativa (**GARCIA-FILICE & CARNAÚBA**, 2019, p. 109-132), entre outros.

1.1 - A INTERSECCIONALIDADE COMO METODOLOGIA DE PESQUISA PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL

Em decorrência das vivências compartilhadas entre as mulheres negras ativistas, reconhece-se que as inúmeras teorias científicas criadas por meio da produção de conhecimento

dessas mulheres tenham um histórico anterior à publicação de livros ou apresentação ao público. São nas vivências e nas práticas que as mulheres negras, tragicamente, têm a experiência do racismo e do sexismo. Assim, é nesse mesmo campo que elas projetam epistemologias, metodologias, métodos e práticas para combatê-los em suas diferentes formas. Há na prática das mulheres negras o experimento do que, posteriormente, foi/é visto como teoria. Essas mulheres estão em linhas de frente e possuem vivências antes de serem teorizadas. É nesse sentido que a teoria da Interseccionalidade foi cunhada, com base nesse modo de existir das mulheres negras. No III Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, entre 31 de julho e 04 de agosto de 1985, em Bertioga, São Paulo (ALMEIDA, 2014), **Luiza Helena Bairros** chama atenção para a relevância do feminismo e para o interesse em pensar “questões sociais, políticas, econômicas” (CULTNE DOC, 2011) de forma articulada.

Pela contribuição de **Bairros**, é compreensível que a universalidade do viver/ser/sentir mulher empregada ao feminismo deveria ser rompida. Entende-se que ela pontua que as mulheres, compartilhando a vivência enquanto mulher, além do gênero, possuem outros marcadores que são, socialmente, utilizados como ferramentas para opressão e não como ferramentas para fortalecimento de subjetividades e identidades, sendo eles: o racismo, a lgbtfobia, o classismo, dentre outros.

Naquele momento, em 1985, o termo e teoria Interseccionalidade ainda era desconhecido. Segundo **Carla Akotirene** (2018), **Kimberlé Crenshaw** apresenta o termo em 1991. Muitos dos encontros feministas são compostos de mulheres de diferentes países e, primeiro pela própria realidade, segundo pelas trocas feitas dentro dos encontros, as mulheres acabam por serem partícipes em processos criativos, sejam de atividades, sejam de conhecimento científico.

Mulheres como **Angela Davis**, **Kimberlé Crenshaw** e **Patricia Hill Collins** estão constantemente no Brasil; a exemplo, a participação na Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano/UFRB-Cachoeira-BA, coordenada pelo Coletivo Angela Davis em colaboração com organizações como o Instituto Odara. Nessa escola⁹, cada uma delas deu formações durante uma semana, nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

⁹Como citado anteriormente, a aspirante à mestra que escreve esse texto, por articulação política de coletivos de mulheres negras brasileiras que visam a autonomia da juventude negra, participou em duas vezes dessa escola. Primeiramente, em 2017, na presença de Angela Davis e Gina Dent. Na segunda ocasião, em 2018, na presença de Isis Conceição, Kimberlé Crenshaw e outras professoras negras que escrevem a história decolonial global. Além disso, realizou diálogos com Paulina Chiziane, quando esteve a trabalho no Festival Latinidades (DF), em 2014, e com Patrícia Hill Collins em reunião com estudantes negros na Universidade de Brasília (UnB), em novembro de 2016. O que nos aponta que esse texto é resultado do que acontece, é tomado como ponto de construção científica

Anteriormente a esses momentos, essas mulheres estiveram junto a ativistas brasileiras e, por isso, pode-se conjecturar que as reflexões para a criação da teoria da Interseccionalidade possam ter tido influências das ideias das mulheres negras brasileiras, e vice-versa. É justamente por esse histórico de trocas que se torna legítimo trazer a teoria da Interseccionalidade como eixo da epistemologia de perspectiva teórica desse trabalho, que tem como objetivo observar os pontos de partida que levaram a gestora ao cargo de gestão e também compreender como essa gestão foi realizada, com esse pulsar coletivo e interseccional que percebe como as diferentes identidades se deram.

De outro lado, a partir de uma reflexão decolonial, ainda em conexão com a interseccionalidade, Nelson Maldonado-Torres (2018) nos informa que existe uma metodologia¹⁰ para avaliar os impactos da colonialidade em nossas vivências, bem como é possível proceder de forma decolonial quando se toma consciência dos efeitos da colonialidade. Para Maldonado Torres (2018), a criação da civilização moderna ocidental tem relação com a colonialidade. A base da modernidade foi/é a criação “de marcadores de civilização com ideias que postulam outros povos como primitivos e selvagens” (p. 30). Apresentando o projeto decolonial, o autor nos mostra dez processos que ele chama de teses.

Primeira tese: Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade;

Segunda tese: Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização;

Terceira tese: Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual;

Quarta tese: Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro;

Quinta tese: A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder;

Sexta tese: A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em afastar-se da modernidade/colonialidade;

Sétima tese: Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador;

Oitava tese: Decolonialidade envolve um giro decolonial estético (e frequentemente espiritual) por meio do qual o condenado surge como criador; *Nona tese: A decolonialidade envolve um giro decolonial ativista por meio do qual o condenado emerge como um agente de mudança social;*

Décima tese: a decolonialidade é um projeto coletivo. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 27-53, grifo nosso)

e, aos poucos, vai sendo registrado. Esse contato entre mulheres negras ao redor do mundo revisa o passado e constrói novas possibilidades, como vamos ler nos próximos parágrafos. Assim, não é presunção dizer que somos nós que construímos a história agora.

¹⁰ Essa perspectiva foi sistematizada em esquemas a serem apresentados em fotos a seguir.

Por estarmos dialogando com autoras que apresentam reflexões sobre decolonialidade, sinalizamos que o conjunto das teses não serão esmiuçadas aqui. Para a nossa reflexão, apenas a segunda, a quinta, a sétima, a nona e a décima tese serão explicitadas de modo a dar substância à nossa metodologia. De acordo com a segunda tese, é necessário sinalizar que o

colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. (...) Desse modo, se a *descolonização refere-se a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência, a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos* (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 35-36, grifo nosso)

Mignolo (2014, p. 10) afirmou que o patriarcado é impulsor e resultado do colonialismo e da colonialidade; logo, estes definiram quem teria acesso ao saber e quem teria o saber produzido e considerado relevante. Portanto, nos cabe apresentar que Maldonado-Torres (2018) complementa essa ideia, fazendo com que compreendamos que, para além de determinar quem faz o conhecimento, a colonialidade determinou o formato do conhecimento. Vide as reflexões trabalhadas em nosso estudo, é factível apontar o racismo e o sexismo como engrenagens dessa mesma proposta do colonialismo e da colonialidade. A partir do racismo, também houve a determinação de quem poderia ter acesso a saberes, quem poderia produzir esses saberes e quais seriam esses formatos, desconsiderando as possíveis diversidades vindas de povos negros, indígenas, dentre outros.

Novamente, refletindo sobre interseccionalidade, o atravessamento entre patriarcado e racismo pode ser compreendido com alto nível de metodologia para frear a atuação de mulheres negras – sobretudo da gestora que estamos pesquisando, independentemente de suas atuações, se no campo privado ou público.

Na quinta tese, Maldonado-Torres (2018) faz um quadro de como as dinâmicas da vida, sobretudo do conhecimento, emergiram/emergem na colonialidade.



Fonte: MALDONADO-TORRES, 2018, p. 43

Avaliando o quadro, é possível perceber que a colonialidade atinge diretamente a subjetividade dos seres e que influencia na forma como as pessoas se enxergam realizando, sofrendo ou reproduzindo “exploração, dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte, tortura e estupro” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 43). Essa ordem colocada pelo autor também produz conhecimento, determina quem terá acesso a conhecimento e o formato desse conhecimento. Todos esses itens – e de forma objetiva, a morte, a tortura e o estupro – são aspectos, inclusive, de violência. Sabendo que o colonialismo e a colonialidade nos moldou e pensando em como eles funcionam em nossas vivências, somados especificamente à educação, nota-se que existe um longo caminho de atuação pública, pesquisa e decolonização de práticas nocivas na forma de transmitir conhecimento e de produzi-lo.

Pensar a violência enquanto sistema perpassa nossa escrita, mas a teoria em torno desse fenômeno não será esmiuçada aqui por limite de espaço. Porém, é importante salientar que tais aspectos mostram como o Decreto nº 1.331 A - de 17 de Fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854) pode ter impactos duradouros na vida da população negra e de mulheres brasileiras, pois o seu objetivo era fornecer educação a um determinado grupo, delimitando o que mulheres (brancas) deveriam estudar e excluindo qualquer possibilidade de acesso à educação para população negra, o que nos atinge, profundamente, no campo do trabalho, nos limitando no acesso à moradia, em nossa saúde sexual e reprodutiva, além de nossa segurança alimentar e nutricional.

Por isso, o projeto da decolonialidade para a vida de oprimidos (as) é que possamos reverter essa ordem, pois a “decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador”

(MALDONADO-TORRES, 2018, p. 46), como pode ser visto no quadro a seguir (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 50) e atestado nas vivências das mulheres negras. Nesse sentido, **Ângela Figueredo** (2018), **Joselina Silva** (2014) e **Lélia Gonzalez** (1982) retornam como necessárias à essa escrita, pois fazem com que mais mulheres negras falem sobre si e escrevam memórias sobre suas histórias envolvendo o Estado-Brasileiro, pois o contrapõe por se tratar do giro epistêmico proposto por Maldonado-Torres (2018).



Fonte: Maldonado-Torres 2018, p. 50

Ou seja, devido a Interseccionalidade compor a crítica ao patriarcado e ser um conceito que prevê informar, desconfigurar e reconfigurar como os “sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177), ela está ligada aos objetivos da “analítica da decolonialidade” de Maldonado-Torres (2018).

A decolonialidade informa/forma o poder e o saber, nos levando a como se dá a decolonialidade do ser, pois não podemos mais estar submissos às violências que nos são impostas. Uma dessas violências é a retirada do nosso poder de criação, compartilhamento e expansão de nossos conhecimentos e práticas. Por essa razão, nesse trabalho, estaremos voltadas a apresentar, ouvir, falar e analisar a gestão de políticas públicas antirracistas compartilhada com Movimentos Sociais – considerando uma de suas protagonistas –, utilizando a Interseccionalidade via Decolonialidade como epistemologia e prática de “inovação social” (DOWBOR, CARLOS, ALBUQUERQUE, 2018, p. 51-52).

1.2 - CONCEITUANDO A PRÁTICA: DO PROJETO DE INOVAÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por essa ser uma porta de entrada aos estudos sobre políticas públicas para alguns leitores e algumas leitoras, salientamos que o que diremos aqui faz parte de uma possibilidade dentre tantas compreensões possíveis sobre o que vem sendo interpretado como Ação Pública e Políticas Públicas.

Nesta pesquisa, por um lado, respondemos às demandas de **Silva** (2014), que busca estudos para demonstrar a contribuição política de mulheres negras para o Estado Brasileiro; por outro, sem pretensão de delongas, acabamos por responder também a demanda proposta por Abers e Von Bülow (2011), que visam um estudo que

começa com o reconhecimento de que redes de movimento social podem, teoricamente, ultrapassar as fronteiras entre sociedade e Estado. Essa hipótese poderá ser confirmada a partir da coleta de dados sobre diferentes tipos de vínculos entre movimentos sociais e Estado, do estudo de trajetórias de indivíduos que cruzam as fronteiras entre o ativismo fora e dentro do Estado e da análise sobre como esses cruzamentos impactam tanto os movimentos sociais como o Estado (ABERS & VON BÜLOW, 2011, p. 79).

As três autoras estão falando da mesma intenção e possuem objetivos comuns. Porém, salientamos o quanto **Silva** (2014) é enfática em ter interesse e justificar os motivos de trazer, à memória histórica, a atuação de mulheres negras ativistas, militantes, empregadas domésticas, professoras, gestoras públicas, dentre outras frentes de atuação, a partir da difusão de um modelo de redes de movimento social que foram além nas divisas entre sociedade e Estado, o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras.

Primeiramente, o MN e o MMN podem ser considerados redes de movimento social pelo que **Lélia Gonzalez** (1982) qualifica como “multiplicidade” inerente ao MN e MMN (p. 18). Posteriormente, Abers e Von Bülow (2011) vão ainda contribuir afirmando que essas redes têm o papel de influência. O MN e o MMN possuem essa influência, ainda que a pauta racial seja descreditada e negada nas relações sociais e sistêmicas, vide o exemplo do Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, de 4 de novembro de 1978, citado por **Lélia Gonzalez** (1982):

MANIFESTO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A
DISCRIMINAÇÃO RACIAL A ZUMBI
20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negro, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação *real e justa* do negro, uma vez que somos os *mais oprimidos dos oprimidos*; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. *Por isto, negamos o treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação.* Por quê? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra: JOGADO NAS FAVELAS, CORTIÇOS, ALAGADOS E INVASÕES, EMPUSSADO PARA A MARGINALIZADA, A PROSTITUIÇÃO, A MENDICÂNCIA, OS PRESÍDIOS, O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO tendo sobre si, ainda, o peso desumano da VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLICIAL. Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, GRITAMOS contra a situação da *exploração* a que estamos submetidos, lutando contra o RACISMO e toda e qualquer forma de OPRESSÃO existente na sociedade brasileira, e pela MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO da Comunidade, visando uma REAL emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, movimento que se propõe a ser um canal de reivindicação do negro brasileiro e que tem suas bases nos CENTROS DE LUTA, formados onde quer que o negro se faça presente.

É preciso que o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL se torne forte, ativo e combatente; mas para isto é necessária a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR

POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL.

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO” (p. 58-59, grifo nosso, maiúsculo em original)

Esse manifesto é uma demonstração essencial para afirmar que, em nossa pesquisa, nós estamos ancoradas no tema “interseccionalidade de raça e gênero em políticas públicas e gestão: mulheres negras protagonistas”, justamente, por conhecer a trajetória e práticas de uma gestora que possui ligação com movimentos sociais, e que atuou junto ao Estado. Esses dados têm o objetivo de evidenciar a contribuição do MN e MMN na elaboração de políticas públicas e a forma que a presença de mulheres negras foi singular para o cumprimento dessa contribuição.

Continuamos com os subsídios de Pierre Lascoumes & Patrick Le Galès (2012), Maria Luiza Heilborn, Leia Araújo e Andreia Barreto (2010), Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011) e Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018) para compreender a Ação Pública e as Políticas Públicas como compostas pela atuação de grupos de

interesse frente ao Estado. Tais grupos podem ser os Movimentos Sociais, como MN e MMN, mas também atores e atrizes com poder representativo e de articulação frente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, como a gestora que apresentaremos aqui.

Para Lascoumes & Le Galès (2012), essas relações entre poderes “são centrais para caracterizar estilos de ação pública” (p. 188). Nessa relação, “em um regime presidencial em que o Poder Executivo é separado do Poder Legislativo, o presidente deve convencer os deputados a adotar uma política pública: argumentos, arranjos e procedimentos são essenciais nesse processo” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 188). Isso é feito a partir do que se ouve e se mobiliza fora do Estado e dentro dele, até chegar ao (à) principal Chefe do Executivo. Assim, além do conjunto de pessoas que sejam articuladoras via movimentos sociais, cabe também estabelecer redes com articuladores (as) internos (as) aos poderes que compõem o Estado.

Para Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018),

os movimentos sociais não são apenas desafiadores do *status quo*, mas também podem apresentar propostas concretas para as políticas públicas. Em geral a elaboração dessas propostas é invisibilizada porque realizada em períodos de latência, isto é, fora dos picos de mobilização. Trata-se de experiências-piloto, aqui entendidas por meio do conceito de inovação social, através das quais as organizações de movimentos geram soluções para os problemas identificados e para os quais não existem ainda respostas do poder público (p. 47-48).

Reforçado por Abers e Von Bülow, “Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas” (ABERS & VON BÜLOW, 2011, p. 65). A atuação dos grupos surge a partir de demandas deles mesmos, por exemplo, com o combate contra o racismo ou o sexismo

Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (ABERS & VON BÜLOW, 2011, p. 65).

A forma como essas demandas chegam a representantes do Estado, gestores e gestoras pode ser pelo que Dowbor, Carlos e Albuquerque (2018) identificam como “bastidores” (p. 52). Essas demandas se tornam encaminhamentos, via conferências, reuniões e demais pleitos, que passam a integrar o passo a passo para suprir a necessidade apresentada pelo grupo: O que

queremos? Por qual motivo queremos? Como queremos? Quando queremos? De que forma o nosso querer impacta grupos para além de nós mesmos?

Nesse sentido, não só é relevante teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal. O desafio metodológico, é claro, é mapear e analisar as redes que conectam atores de movimentos sociais com atores estatais, de tal forma que possamos verificar se indivíduos que ocupam cargos no Estado podem ser incluídos como “membros” de um movimento (ABERS & VON BÜLOW, 2011, p. 78).

“A ação pública é um espaço sócio-político construído tanto para técnicas e instrumentos como para finalidades e conteúdo” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 199) e, como forma de entender e responder a demanda para o coletivo, discute-se o texto de apresentação da proposta em um espaço público e esse se torna o regramento para o que deve ser feito. Após e em meio a várias mobilizações e disputas, temos, então, um decreto, uma portaria ou uma lei sancionados dentro do poder do Estado. Ainda na fusão, à frente, temos um programa de ação ou um projeto e uma atividade que demandam orçamento e mais disputas. Fundamenta-se, desse modo, uma política pública desencadeada através de ações coletivas que pode ter sido impulsionada por um movimento social enquanto um dos grupos de interesse¹¹:

Assim, em suma, tem-se o entendimento de que

As políticas públicas são uma forma particular de ação coletiva. Para desembocar em transformações, a ação pública tem necessidade de regras do jogo e de representações de um desafio que vão permitir aos atores posicionar-se, coordenar-se, e agir de forma previsível. As formas que tornam possível a ação pública, que estabilizam o modo de cooperação entre os atores, são denominadas instituições (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 182).

Todo esse trajeto de disputas pela agenda, ideação e elaboração de medidas que respondam às demandas por meio de ações públicas é observado, primeiramente, na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPPPIR/PR), como resposta do Governo Lula à pressão dos Movimentos e dos acordos da Conferência de Durban (2001) (FILICE, 2019). Assim, busca-se entender o que levou pessoas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras a ocuparem esse espaço estatal.

Por essa visão, abre-se à metodologia desse trabalho, que aposta na interseccionalidade como ferramenta com vistas a apresentar o conceito de ação pública concernente à atuação de

¹¹ Estudos como o de Filice (2011) mostram nitidamente como esse processo se dá. A pesquisa realizada no campo das políticas educacionais, tendo como foco a relação entre o Núcleo de Estudos Negros – NEN, no e fora do Estado, mostra a complexidade que nos referimos.

uma das gestoras na SEPP/PR (2003 e 2008), levando em consideração como ferramenta teórica e, agora, política, o princípio da interseccionalidade de raça, gênero e classe, e a ideia de conhecimento situado de **Patrícia Hill Collins** (2018). Dessa forma, cabe apresentar quem é essa mulher e demonstrar em que ponto nossa proposta se estrutura em sentido – diferenciado, é fato – de pensar ações públicas e o campo das políticas públicas.

1.3 - O QUE DIZEM OS REGISTROS DA GESTORA?

1.3.1 - Quem é Matilde Ribeiro

Matilde Ribeiro nasceu em Flórida Paulista, São Paulo, e realizou sua graduação (1980-1983) em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, finalizando esse período com o trabalho de título “O homem, seu trabalho, sua vida. Em que medida a cultura é determinada e ou altera as relações no cotidiano do trabalhador?”. Posteriormente, especializou-se em Técnica Aplicada ao Psicodrama Pedagógico, pelo Grupo de Estudos de Técnicas Psicodramáticas, GETEP, Brasil, adquirindo o título de Psicodramista (1985-1987). Também se especializou em Gestão Ambiental, na Universidade de São Paulo, USP, Brasil, com foco em Gestão ambiental, participação popular e relações de gênero no campo da Saúde e dos Serviços Sociais (2000-2000). Seu Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) (1996-1999), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, teve como título “Gênero e raça no orçamento participativo”. E seu Doutorado (2008-2013), no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, analisou “A institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil no período de 1986- 2010”.

Se inserindo em outras áreas de estudo a partir de formação complementar, desde 1993, Ribeiro esteve em: curso intensivo de língua inglesa no *The International Language Institute of Massachusetts*¹², ILI, Estados Unidos (2009-2009); formação no *Global Affirmative Action*¹³ (GAAPP); no *The African American Policy Forum - Ucla School*¹⁴, UCLA, Estados Unidos (2008); no *Program Women in Political Leadership*, da *League of Women Voters*¹⁵, LWV, Estados Unidos (2001); na Extensão universitária em Inglês Instrumental Nível 1, na Pontifícia

¹² Tradução livre: Instituto Internacional de Linguagens de Massachusetts.

¹³ Tradução livre: Ação afirmativa global.

¹⁴ Tradução livre: Fórum afro-americano de políticas.

¹⁵ Tradução livre: Programa Mulheres na Liderança Política, da Liga das Eleitoras.

Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil (1998); na formação sobre Relações Raciais no Brasil, realizada pela Faculdade de Psicologia da Universidade São Paulo (USP) e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), Brasil (1998); na formação em Gestão Pública Municipal, do Instituto de Governo e Cidadania do ABC, IGC ABC, Brasil (1997); na Extensão universitária em II Curso de Pós-título: Gênero, Educação e Desenvolvimento no Serviço Universitário Mundial - SUM, Chile (1996); na formação sobre Raça e Diversidade, na Universidade de São Paulo, USP, Brasil (1996); na formação de Moderadores de Processos de Discussão, da Fundação Friedrich Ebert Stiftung, FFES, Brasil (1996); e no II Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade, no Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas, NEP-UNICAMP, Brasil (1993).

A formação de Matilde Ribeiro denota os seus centros de interesse em Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social, Ciências Humanas, Psicologia, Psicologia Social e Ciências Ambientais, se refletirmos sua atuação profissional. Ela é¹⁶ Professora (2014-atual/2019) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Bahia, UNILAB-BA, Brasil e, no contexto de diferentes atuações profissionais, esteve como: Assistente Social, na Prefeitura Municipal de Osasco (1984-1986), Diretora de Creche, na Prefeitura Municipal de São Paulo (1986-1987), Diretora, na instituição Sempre Viva Organização Feminista (1987-1995), Coordenadora, no Instituto Cajamar - Formação Política para Trabalhadores (1995-1996), Coordenadora na Assessoria de Direitos da Mulher, na Prefeitura Municipal de Santo André (1997-2001), Professora, no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2002-2002), Assessora no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (2009-2013), Professora na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano (2010-2013) e Secretária Adjunta, na Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (2013-2014). Ademais, Matilde Ribeiro foi Ministra de Estado na SEPP/PR (2003-2008).

Com esse histórico, Ribeiro também possui ligação com grupo de pesquisa, com o campo editorial, possui dois títulos/prêmios e participou de setenta e três eventos acadêmicos e de gestão, tendo organizado onze deles. Outrossim, orientou trabalhos acadêmicos e participou de bancas de concursos públicos e trabalhos acadêmicos, tendo artigos, livros e publicações articuladas à sua produção e vivência negra.

Os escritos acadêmicos de Matilde Ribeiro permeiam palavras-chaves como “Ações Afirmativas”, “Abolição e Escravidão”, “Estudos Feministas”, “Mulheres Negras”, “Igualdade

¹⁶ As informações aqui descritas são oriundas da base de Currículos da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), extraídas em 21 de agosto de 2019, sendo as últimas atualizações realizadas em 26 de maio de 2017.

Racial”, “Estado”, “Serviço Social”, “Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, “Direitos Humanos”, dentre outros que se articulam ao eixo voltado para a Justiça Social e Democracia.

Para o registro das contribuições de acadêmicas negras para a ciência, os trabalhos de Ribeiro apresentam relevância, alicerçando o pensamento interseccional em raça e gênero. Além disso, ela tem um marco histórico em escritos/memórias ímpares sobre práticas do Movimento de Mulheres Negras: “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing (1995)”.

Enquanto fato marcante, Ribeiro esteve presente, fazendo comentários registrados, em uma das explanações de **Kimberlé Crenshaw** sobre Interseccionalidade, ato registrado na publicação Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de **Luiza Bairros**, da Universidade Católica de Salvador. Para além do percurso acadêmico, revela-se a afirmação de que Matilde Ribeiro esteve presente no processo de fundamentação teórica de Políticas Públicas Educacionais para a Igualdade Racial no Brasil e que houve coerência em sua prestação de serviço em cargos públicos, especialmente, na SEPPPIR. Revelar como esse processo se deu é um dos objetivos deste estudo.

1.4 - ANÁLISE DOCUMENTAL

Tendo as informações primárias sobre como essa mulher é identificada em seus campos de atuação de ativismo e vida profissional, a metodologia será complementada por análise horizontal e vertical. Com subsídios de Maria Luiza Heilborn, Leia Araújo e Andreia Barreto (2010), a análise horizontal ajuda a compreender as Políticas Públicas investigadas e seus avanços durante o período de 2003 a 2008, bem como as contribuições da gestora – Matilde Ribeiro – para além da atuação na SEPPPIR, considerando o que essa atriz poderá nos informar sobre a Ação Pública e como a ação política articula o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres Negras e o Estado.

Por sua vez, a análise vertical considera 2003, 2008 e 2012, respectivamente, como anos-base, com foco na sanção das Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que trazem a Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena para a LDBEN, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 26-A. Essas são duas leis de grande importância para as políticas públicas de educação básica.

A análise documental partiu dos documentos e registros produzidos na gestão da mulher negra e gestora Matilde Ribeiro, entre 2003 e 2008, em atuação na SEPPPIR, além de outras leis e decretos de âmbito federal sancionados entre 2003 e 2008 – ou além.

A análise documental de leis e decretos do período de 2003 e 2008 teve como objetivo identificar a ação pública de ativistas do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras, como Matilde Ribeiro – e o contínuo da construção feito por esta mulher –, e verificar como essa ação se reflete na promoção de Políticas Públicas educacionais desencadeadas pela SEPPIR no período e em uma política específica, como a da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, sanção da Lei de Cotas Raciais nas Instituições Federais, resguardando as cotas raciais em conformidade com a população negra local.

Na entrevista narrativa, ao receber a afirmação de Matilde Ribeiro sobre os passos para implementação das políticas, perceberemos que ela também foi imprescindível para auxiliar a sanção da Lei de Cotas.

Sendo assim, as técnicas usadas nessa pesquisa foram: entrevista narrativa, análise documental e proposta qualitativa.

- 1) Sobre a entrevista semiestruturada em relação à contribuição das mulheres negras: A entrevista ocorreu com Matilde Ribeiro. A metodologia de pesquisa utilizada foi a “Metodologia Interativa”, compreendida na gestão de políticas públicas a partir de métodos combinados com abordagem antirracista e antissexista (**GARCIA-FILICE & CARNAÚBA**, 2019, p. 109-132). Tais métodos foram combinados a partir de: 1. História de vida (HV), que consiste em analisar a interseccionalidade e a transversalidade na formulação avaliação de Políticas Públicas antirracistas e antissexistas acionadas por Matilde Ribeiro quando à frente da SEPPIR; e 2. Entrevista semiestruturada com Matilde Ribeiro.
- 2) Para a análise documental (**GARCIA-FILICE & CARNAÚBA**, 2019, p. 109-132), fez-se o uso de documentos públicos (atas, jornais, instrumentos de legislação), documentos privados (registros, diários, cartas) e discussões via e-mail (2007, p. 185-193), relacionadas à temática, priorizando palavras-chaves como: “Ação Pública” (**LASCOUMES & LE GALÈS**, 2012), “Políticas Públicas” (**LASCOUMES & LE GALÈS**, 2012) e “Interseccionalidade” (**CRENSHAW^b**, 2004; **AKOTIRENE**, 2018; **COLLINS**, 2018). Na análise documental (**CRESWELL**, 2007), buscou-se verificar em que medida a trajetória pessoal dessa ativista se conectou às suas funções de gestora e atuante na SEPPIR, e como se materializam na SEPPIR as conexões mulher negra, intelectual, ativista e gestão. Ademais, procurou-se evidenciar se e como as ações propostas se conectam às demandas de membros do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras.

- 3) Por esse motivo, essa pesquisa utiliza uma proposta qualitativa (CRESWELL, 2007) em sua abordagem, por ter “alegações de conhecimento reivindicatório e participatório” (CRESWELL, 2007, p. 65) e ser composta por: “estudo de pessoas (narrativas); no lugar de pesquisadora consciente da autobiografia da pessoa narrada e que considera as permissões para publicação das informações levantadas via entrevista semi-estruturada e não História de Vida” (GARCIA-FILICE & CARNAÚBA, 2019, p. 113-115), que seria nossa intenção e situação mais adequada. Em virtude da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), houve uma adaptação à proposta. O projeto de História de Vida (HV) foi substituído por entrevista semi-estruturada.

Como explicitado, essa dissertação teria como objetivo analisar as trajetórias das ex-Ministras Matilde Ribeiro, Luiza Helena Bairros e Nilma Lino Gomes, a partir de suas Histórias de Vida. Pelos motivos explicados, conversamos com a professora Matilde Ribeiro entre abril e maio de 2020. Em abril, enviamos e-mail e tivemos resposta positiva para a realização da conversa. Quando recebemos o e-mail, foi um momento de muita mobilização emocional, pois este trabalho fala de pessoas e todas nós somos tocadas pela sensação de saber como cada uma dessas políticas nos afetam.

Após a resposta, combinamos um horário de acordo com a disponibilidade da professora e tivemos um diálogo de quarenta minutos a partir de nossa seleção de perguntas relevantes. A troca de e-mails ocorreu em um lugar simbólico, quando eu estava hospedada, por cuidados espirituais, na casa de minha família de santo. Nossa conversa foi em um lugar ainda mais simbólico, na casa dos meus pais, que me ajudaram muito a convidar a professora Matilde Ribeiro a entrar na nossa casa, sem estar ali fisicamente. A professora teve acesso às perguntas antes de entrar na sala de videoconferência e acredito que isso a auxiliou a contar a sua história de forma fluida e orgânica, sem se ater apenas ao que ali estava. Isso nos ajudou a fazer a transcrição de forma leve e objetiva, considerando quase que integralmente tudo que foi dito, o que era nosso objetivo.

Após a entrevista, passaram-se muitos dias para retomar à transcrição; houve um pouco de receio em ser uma das possíveis interlocutoras responsáveis por transmitir parte da trajetória política de Matilde Ribeiro e, ao final, o que pôde ser sentido foi majoritariamente emoção. A emoção que cito não é uma emoção romântica, mas a emoção mobilizadora que nos convida a continuar tecendo nossas redes¹⁷, nos ensinando a priorizar o ativismo com afeto e respeito.

¹⁷ A expressão “Tecendo nossas redes” faz alusão à proposta de construção de pesquisa científica e editorial de publicação do projeto Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal, lançado em 2019, organizado por Renísia Cristina Garcia Filice, Anderson Ribeiro Oliva, Marjorie Corrêa Marona, wanderson flor do nascimento.

Isso tudo sem perder o compromisso com o rigor teórico-metodológico que uma produção dessa natureza acadêmica requer.

Nesse intuito, o próximo capítulo registra partes do histórico inserido aqui como prelúdio, fazendo uso dos textos elaborados por pesquisadores (as) e/ou ativistas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras, além do material legislativo e executivo à nossa disposição.

CAPÍTULO 2: DE ONDE SAÍMOS: AS RELAÇÕES ENTRE O MMNB E A AÇÃO PÚBLICA DE UMA GESTORA PROTAGONISTA NA SEPPIR/PR.

Recentemente, em termos estatísticos que comprovam o ativismo político do Movimento Negro, a população negra ultrapassou a metade do contingente populacional brasileiro (BRASIL, 2017). Considerando as categorias de pertencimento étnico-racial entre amarelos (as), brancos (as), indígenas, pretos (as) e pardos (as) declarados (as)¹⁸, enquanto pessoas negras somos 56%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A chegada a essa esfera de reconhecimento racial representa um esforço de “poder político” (BARROS, 2019, p. 8), de incentivo ao auto reconhecimento e à auto declaração em documentos oficiais. Esse poder, constituído na aplicação de uma “pedagogia antirracista” (GARCIA-FILICE & CARNAÚBA, 2019, p. 113-115) em instâncias públicas e privadas, é voltado para toda a sociedade brasileira, a fim de que essa afirme a sua história nos campos material e simbólico e reflita sobre desigualdades em suas ações (NASCIMENTO et al, 2008, p. 7-16).

De forma lastimável, os índices de desocupação e analfabetismo (BRASIL, 2018) para a população negra, em específico, ainda ultrapassam, inclusive, as taxas niveladas nacionalmente. Por outro lado, essa auto declaração sistemática enquanto negro e negra se refletiu em um ambiente onde há anos seria impossível ver uma quantidade primordial de estudantes negros (as) (NASCIMENTO et al, 2008, p. 7): as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), onde, em 2019, estavam em torno de 51% (ANDIFES/FONAPRACE, 2019)¹⁹.

¹⁸ A auto declaração está relacionada ao contexto de coleta de dados que são utilizados para basear as informações sobre o perfil da população e a formulação de Políticas Públicas. Ela consiste em indicar em documentos ou em entrevistas como o (a) entrevistado (a) deseja ser identificado (a) racialmente perante a sociedade, o que revela seu auto reconhecimento, enquanto negro (a) (preto (a) ou pardo (a)), indígena, branco (a), amarelo ou não declarado (a), por exemplo. No Brasil, a coleta de dados que tange ao perfil racial da população, levando o modelo apresentado, é conhecido como “Quesito Cor” ou “Quesito Raça/Cor”, podendo ser conhecido pela atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre os conceitos de raça/cor, ao longo desse texto será possível visualizar o entendimento a ser debatido nos aspectos dessa reflexão. No momento, necessitamos salientar, brevemente, que “a introdução do chamado ‘quesito cor/raça’ nos instrumentos de coleta de informação oficiais tem sido uma das principais bandeiras do Movimento Negro no Brasil, uma vez que se considera a única forma de mensurar o grau de desigualdade racial existente no país, informação fundamental para o direcionamento das políticas” (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p.119).

¹⁹ Os dados da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018” podem ser questionados, considerando que as universidades públicas e programas de bolsas de instituições privadas foram impactadas pelo alto número de registro de estudantes que se identificaram como negros (as) em bancas do sistema de cotas raciais; porém, ao ser instaurado processo administrativo posterior para verificar a veracidade das informações, tem-se concluído que existem fraudes em curso, em todo o território brasileiro, de pessoas que entraram por cotas ao longo dos anos já exercendo suas profissões e pessoas que passaram recentemente em vestibulares se apresentando como negras sem o ser. Houve um crescimento de estudantes negros (as) nas universidades. Todavia, lembraremos desses casos de fraude para demonstrar o quanto a população negra

Atingir essa porcentagem de estudantes auto declarados (as) negros (as), ou seja, pretos (as) e pardos (as) em universidades, relaciona-se ao crescimento da auto declaração populacional negra em todo o país. Ela foi atestada pela obra “Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas” (NASCIMENTO et al, 2008), adotada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e assinalada em pesquisa recente feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em conjunto com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), em 2019.

A histórica não presença negra nas universidades se conecta à realidade atual e remonta a um passado bem recente. Sem a intenção de recuperar as dinâmicas históricas do racismo em sua totalidade, entendemos ser necessário pontuar que “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019), como defende o Movimento de Mulheres Negras (MMN). Em resposta, a proposta deste trabalho, como dito, objetiva desenvolver estudos e análises que permitam retratar em que medida a trajetória de uma mulher negra, acadêmica e ativista singulariza suas práticas quando da assunção de cargos públicos.

Na Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ela impulsionou a agenda da educação antirracista, promovendo o maior acesso de estudantes às universidades e contribuindo, também, para a implementação do art. 26-A da LDBEN. Na verdade, há uma conexão ainda não pesquisada em profundidade sobre os efeitos da mudança curricular com a inclusão do debate racial e a maior permanência de crianças e adolescentes e jovens na escola, mas já há sinais de estudos básicos.

O objetivo deste capítulo é evidenciar o contexto histórico em que emergem as demandas de fora para dentro da SEPPIR. Além disso, buscamos mostrar como essas demandas foram articuladas à produção de ação pública concernente à atuação da gestora, entre 2003 e 2008, levando em consideração o conceito de interseccionalidade de raça, gênero e classe, e a ideia de conhecimento situado de Hill Collins (2018). De qualquer forma, tomamos ciência que a continuidade de ações auxiliou na presença de negros (as) nas Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, as potencialidades da gestora Matilde Ribeiro serão revisitadas por ela ter sido a primeira a assumir o espaço da SEPPIR/PR na condição de secretária (com *staff* de ministério), por ser acadêmica e ter uma considerável produção sobre a temática racial, além de

perde sua perspectiva de inserção social até mesmo em sua possibilidade de reparação histórica. Embora não seja nosso interesse mergulhar na relação entre o art. 26-A da LDBEN e a maior presença negra em Instituições de Ensino Superior, fica o registro para aprofundamentos futuros. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>> Acesso em: jul de 2019.

ser parte atuante com notório reconhecimento dentro do Movimento de Mulheres Negras, ou seja, por ser ativista.

A natureza das conexões entre gestão, Políticas Públicas e o protagonismo no Movimento de Mulheres Negras foi levada em conta, em paralelo à articulação de Políticas Públicas Educacionais para a população negra que tomaram conta do Brasil, em particular nos anos de 2003 a 2008 e 2012, com impactos até hoje. O foco nas Políticas Públicas educacionais tem a ver com o fato de este estudo ser realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade Mestrado Profissional em Educação, na Faculdade de Educação (FE), da Universidade de Brasília (UnB), mas não só. Articula-se ao nosso compromisso registrar aspectos desconsiderados da História do Brasil que se conectam à eminência de políticas afirmativas que impulsionaram o país no início do século XXI, mas permanecem desconhecidos do grande público.

2.1 - CRUZAMENTOS AUDACIOSOS: ESTADO, EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA

No período escravocrata e no pós-abolição, a população negra, enquanto escravizada ou não, foi desautorizada a frequentar o ambiente escolar (NASCIMENTO et al, 2008) a partir de ações institucionais (Estatais/governamentais) que apontavam ambiguidades registradas em narrativas que contribuíram para sua exclusão social; isso se estende até a atualidade (2020). A exemplo, o Decreto nº 1.331 A – de 17 de Fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854) – citado no Capítulo 1, que “*Approva*²⁰ o Regulamento para a reforma do ensino *primario e secundario* do *Municipio da Côrte*” estendido às províncias do império, em seu texto diz que “Art. 69. Não serão *admittidos* à *matricula*, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem *molestias* contagiosas. § 2º Os que não tiverem sido *vaccinados*. § 3º **Os escravos**²¹.”. Sendo um exemplo de “não decisão intencional” (MULLER & SUREL, 2002, p. 22), trata-se de uma decisão instrumentalizada por um órgão de poder público que impediu explicitamente a entrada de pessoas negras nas instituições de ensino, quando se refere a escravizados – diretamente, e aos (às) negros (as) não vacinados, indiretamente. As mulheres negras, em sua maioria escravizadas, ainda que incorressem em liberdade, deveriam atuar em

²⁰ As palavras colocadas em itálico representam o que está escrito no texto original e não foi alterado, considerando que há mudança temporal na língua, mas é possível compreender a palavra.

²¹ Esta palavra foi colocada em negrito apenas para evidenciar o contexto da legislação citada em relação às pessoas escravizadas.

serviços domésticos ou para atendimento de outras pessoas, de acordo com o Art. 50 do Decreto nº 1.331 A - de 17 de Fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854).

Por esse mesmo texto (BRASIL, 1854), as mulheres foram indicadas como público-alvo para acesso à educação, mas uma educação diferenciada, “feminina”: “Art. 50. Nas escolas para o sexo feminino, *além* dos *objectos* da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalhos de agulha mais *necessarios*”. O texto deixa sem especificações o perfil das mulheres, se livres ou não. Por conseguinte, pela proibição de conceder educação aos (às) escravizados (as), pode-se inferir que as mulheres negras, por fazerem parte do grupo de pessoas escravizadas sem acesso ao ensino formal, estavam, conseqüentemente, fora do grupo permitido a acessar a educação.

Indo além, esse texto ainda caracteriza quais são as atividades que se esperam das mulheres: bordados e trabalhos de agulhas. Tudo isso é diferente para o que se espera dos homens, e o que a história registra como o que se espera para as mulheres negras, as amas de leite, residentes de Casa Grande e cuidadoras de crianças do “Sinhô”, como eram chamados os proprietários de terra. Tem-se explicitamente uma discriminação intencional, reverberando no que se vê nos números da desigualdade no presente.

Passaram-se dezenas de anos e a Revista Retratos (BRASIL, 2018), por exemplo, além de revelar os índices de desocupação e analfabetismo (BRASIL, 2018, p. 14-19) para a população negra, aponta que as mulheres, em sua maioria negras, foram/ainda são atingidas pela disparidade salarial e de ocupação de cargos em serviços públicos e privados. Como desdobramento, essas mulheres negras deixam de ter reconhecimento em sua participação social (BRASIL, 2018, p. 20-25). Elas foram e ainda são colocadas longe da possibilidade de acesso a bens e serviços como, por exemplo, a educação (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p. 74-81).

O aprofundamento de desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo na realidade de homens negros e mulheres negras, acirra a estrutura de uma pirâmide social desigual “na produção de conhecimentos científicos”, “no mercado de trabalho”, “no espaço escolar” e “na organização da vida política” (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010, p. 75-81). Embora essa estrutura seja questionada em narrativas decoloniais que assumem uma perspectiva relacional, ela permanece inabalada, mesmo que assuma diferentes dinâmicas e evoque outras formas de análise: ora mobiliza raça, ora gênero (mais que classe; ora raça e classe mais que

gênero)²². Há um racismo estrutural que pavimenta a desigualdade e as conformações e deformações se dão em meio ao sistema de opressão capitalista. Essa é uma realidade.

A constatação nos leva a acionar metodologias interativas que não permitem desprezar o peso da estrutura racial e econômica tão desigual podendo, inclusive, acionar a contribuição marxista. Por sua vez, também apresentam alterações na perspectiva do sujeito coletivo marxista, evidenciando seus limites para ajudar a pensar de que maneira o pertencimento racial, o gênero e a classe se combinam e singularizam as presenças das populações negras em determinados espaços (**GARCIA-FILICE & CARNAÚBA**, 2019). É o caso, por exemplo, a ser observado em relação à gestora escolhida, Matilde Ribeiro, que conseguiu romper com as amarras estruturais e legais. Isso torna Matilde uma representativa e nos informa sobre o quanto outras mulheres negras precisam ser incentivadas a percorrer um caminho educacional e profissional que lhes dê possibilidade de escolha e aumente as possibilidades de participação social.

A contribuição da autora **Kimberlé Crenshaw** (2002^a), por meio do conceito de Interseccionalidade de Raça e Gênero aplicado às Políticas Públicas, vem ao encontro dessa lacuna de disparidade salarial e de ocupação de cargos por mulheres negras. Embasadas em **Crenshaw** (2002^a), podemos considerar, em diferentes situações, as relações entre raça e gênero.

Do que se passou no Decreto nº 1.331 A – de 17 de Fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854) – lido por nós enquanto “não decisão intencional” (MULLER & SUREL, 2002, p. 22), nos remete a ações recorrentes que, mesmo que apareçam de forma *invisível*, compõem o que **Crenshaw** (2002^a) define como “invisibilidade interseccional” (2002, p. 174) na relação com os conceitos de *superinclusão* (2002, p. 174) e *subinclusão* (2002, p. 175).

Crenshaw (2004, p. 10-11^b), a partir da experiência de mulheres negras na empresa General Motors, explica como está estruturada a interseccionalidade de raça e gênero. Em processo movido pela empresa *De Graffen Reed* contra a *General Motors*, “várias mulheres afro-americanas afirmavam terem sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras” (**Crenshaw^b**, 2004, p. 10).

Como visto no Brasil, a realidade semelhante remonta o século XIX (Decreto nº 1.331 A – de 17 de Fevereiro de 1854) em relação à educação e ao campo do trabalho. Na *General Motors*, a autora nota que existiam trabalhos para homens na linha de montagem e trabalhos

²² Por exemplo, homens negros em determinados espaços públicos morrem mais que jovens negras. Essas, as jovens negras, são as maiores vítimas de feminicídio em espaços privados. Ou seja, em geral a estrutura segue racista e sexista, com algumas variações de forma.

para mulheres em escritório. Por se tratar de trabalhos de montagem, eram acolhidos, também, homens negros. Já o trabalho de escritório era para mulheres brancas. Logo, nenhum dos cargos, ainda que fazendo uso do sexismo para dizer que existem atividades diferenciadas para homens e mulheres, estava disponível para mulheres negras.

Esse caso foi a julgamento. No tribunal, as mulheres negras tiveram como solicitação a apresentação de uma prova que dissesse que a não existência de mulheres negras em cargos constituía discriminação racial e de gênero, não separadamente. Ou seja, não estavam no escritório somente por serem mulheres, mas também por serem negras. Diante das perguntas: “Houve discriminação racial?” e “Houve discriminação de gênero?” (Crenshaw^b, 2004, p. 10), a conclusão do juiz, por separar as pautas, foi que havia pessoas negras empregadas, assim como mulheres. Dessa forma, não foi possível provar que havia tanto discriminação de raça quanto discriminação de gênero incidindo sobre mulheres negras. Ou seja, diante desses pertencimentos de gênero e raça/etnia, elas foram invisibilizadas em ações e discursos. Isso dificulta a discussão em relação ao acesso a direitos para mulheres negras, posto que gênero não abarca raça.

Assim, Crenshaw^b (2004) diz que *superinclusão* acontece quando um problema ou condição imposta de forma específica ao subgrupo de mulheres subordinadas é tratado como coisa de mulher; dessa forma, não se faz uma análise cuidadosa e efetiva da discriminação de gênero em sua intersecção com raça. Na história do Brasil, esse argumento é antigo e liga-se, por exemplo, ao fato de as mulheres terem sido indicadas a aprender “bordados e trabalhos de agulha mais *necessários*” (BRASIL, 1854) – e que se entenda, este trabalho dito como feminino, à época, se destinava às meninas e mulheres brancas não as negras, impedidas que estavam de se *misturar*.

Para o segundo caso, *subinclusão*, um subconjunto de mulheres enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, e em parte por serem negras. Isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência de mulheres dos grupos dominantes – mulheres brancas –, seja da General Motors, seja do Brasil colônia ou Brasil República. A exemplo das mulheres negras no Brasil (BRASIL, 1854), revela-se que muitas deixaram de acessar a educação formal por serem negras. Isso mostra que os contornos específicos da discriminação de raça/etnia, gênero, dentre outros marcadores não são bem compreendidos, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou em outras realidades.

Assim, adota-se a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica importante para a compreensão dessas dinâmicas racistas, sexistas e classistas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW^a, 2002, p. 177)

A partir dessa descrição fundamental, ao ler Walter Mignolo (2014) e María Lugones (2014), entendemos que o autor e a autora também estão refletindo sobre interseccionalidade. Eles exploram as consequências estruturais de subordinação e como elas foram consolidadas a partir da colonização, que exerce seu controle nas seguintes instâncias: economia, autoridade, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade. Assim, são criados, segundo os autores, o racismo e o patriarcado para sustentar suas dinâmicas de apropriação de terras, exploração do trabalho, dicotomias, dentre outros mecanismos de exclusão ou domínio.

Para Mignolo (2014),

a matriz colonial do poder foi construída no processo de conquista e colonização; no processo de resolver problemas de distintos níveis e de organizar o controle político e econômico. Não obstante, os princípios de cada um dos níveis estavam já em funcionamento na Europa. (...) A matriz colonial é a que regula, desde então, as formas de vida, a sociedade e a economia Europeias em relação com sua crescente expansão na parte não Europeia do mundo. Mas para regular, é necessária uma instância enunciativa: atores sociais, instituições e um marco conceitual e ideológico que dê sentido à regulação (p. 10)²³

A afirmação acima gera questionamentos sobre quais problemas um processo de colonização poderia, por exemplo, resolver? Ou ainda, para quem a colonização seria favorável? Na nossa concepção, foram a colonização e a colonialidade que operaram e traçaram a exclusão da população africana, indígena e da diáspora africana. Dessa forma, com a interseccionalidade, **Crenshaw^a** sugere que, ao invés de conservarmos uma pirâmide social de desigualdades, busquemos analisar “os sistemas discriminatórios” (CRENSHAW^a, 2002, p. 177). Eles devem ser vistos em suas performances e cruzamentos multicausais que, observados em conjunto, sejam articulados ou desarticulados a partir de uma ação Participativa (entre setores da sociedade civil e/ou do Estado), Transversal (que tenha os temas como raça e gênero transversais a todas as Políticas) e Interseccional (que avalie e desarticule a sobreposição de

²³ Tradução livre: la matriz colonial de poder fue construida en el proceso de conquista y colonización; en el proceso de resolver problemas de distintos niveles y de organizar el control político y económico. No obstante, los principios de cada uno de los niveles estaban ya en funcionamiento en Europa. La matriz colonial es la que regula, desde entonces, las formas de vida, sociedad y economía Europeas en relación con su creciente expansión en la parte no Europea del mundo.

discriminação). Tudo isso incide sobre corpos historicamente discriminados, no caso desse estudo, as mulheres negras.

Em nosso ponto de vista, tal abordagem possibilita minar a lógica da exclusão racista e sexista apresentada por Mignolo (2014). Nesse sentido, foi possível que nosso estudo agregasse, à perspectiva interseccional, a transversalidade e o conceito de intersectorialidade, sem desestabilizar os conceitos que são diferentes quando observamos a sua aplicação em termos de operacionalização no campo das públicas. De todo modo, esses conceitos se somam um ao outro.

Lugones (2014) afirma que “a interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça se formam como separadas uma da outra”²⁴ (p. 20) e que “a lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como constituído por e constituindo a colonialidade do poder”²⁵ (p. 21). Isso faz com que compreendamos, também, a necessidade de acionar a perspectiva relacional da abordagem de gênero e relações de poder. O gênero é pensado, pelo patriarcado, com características ditas femininas, mas mulheres brancas ocupantes de alguns pontos permitidos por esse próprio poder patriarcal excluem cruelmente mulheres negras e se acomodam sem questionar a singularidade da opressão em que gênero se soma a raça.

No Brasil, essa proposta de utilizar a interseccionalidade enquanto base avaliativa vem sendo aplicada mediante esforços de “poder político” (BARROS, 2019, p. 8), impactando em Gestão de Políticas Públicas em Raça e Gênero. Esse “poder político” pode ser observado na composição de Políticas Públicas desde as ações que veremos, no decorrer da pesquisa, que constituíram a criação de órgãos de participação da sociedade civil e a criação de Legislações capazes de enfrentar o racismo e o patriarcado.

Para uma melhor compreensão de sentido de ação pública, os conceitos de racismo e patriarcado serão brevemente destrinchados para que o sentido de interseccionalidade impresso na atuação da gestora Matilde Ribeiro, sua trajetória e o convite para compor a gestão para que contribuísse na estrutura de governo se tornem evidentes.

Para Mignolo (2014),

o Patriarcado regula as relações sociais de gênero e também as preferências sexuais e o faz em relação à autoridade e à economia, mas também ao conhecimento: o que se pode/se deve conhecer, quem pode e devem saber. Mulheres, Indígenas e Negros

²⁴ Tradução livre: A interseccionalidad revela lo que no se ve cuando categorias como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otra.

²⁵ Tradução livre: La lógica de los ejes estructurales muestra al género como constiuuido por y constituyendo a la colonialidad del poder.

estavam excluídos (as)²⁶ do acesso ao que se considera a cúpula do saber. [...] O racismo regula as classificações de comunidades humanas com base no sangue e na cor da pele²⁷ (p. 10).

Quando Mignolo (2014) diz que essa estratégia colonial de utilizar o racismo e o patriarcado para sustentar dinâmicas de exclusão – a exemplo do Decreto nº 1.331 (BRASIL, 1854) e tantos outros normativos – são endossadas pelas relações sociais e por instituições, pode-se entender, na modernidade, aquelas instituições que compõem o Estado ou o próprio Estado. **Achille Mbembe** (2017) nos informa que estamos em um *continuum* de guerra (colonialidade), empreendida em decisões institucionais e sociais nas (não) decisões do Estado, pois a guerra – a ser identificada em Mignolo como “processo de conquista e colonização”²⁸ (2014, p. 10) –, “não só se instalou como fim e como necessidade na democracia, mas também na política e na cultura” (Mbembe, 2017, p. 10).

Mbembe (2017) pode ser colocado em paralelo a Lugones (2014), quando ela afirma que o gênero foi criado e retroalimenta a colonialidade. Ademais, podemos estender isso incorporado à raça, sabendo que estamos refletindo no contexto da interseccionalidade. Ela vem a ser utilizada, na contramão da colonialidade, como denúncia que vai além do racismo e do sexismo e como estratégia de resignificação dentro de uma construção decolonial. Ela é, também, a chave e a potência enquanto ferramenta teórico-metodológica e política, como ressalta **Collins** (2018) e **Garcia-Filice & Carnaúba** (2019).

Nesse ínterim, entre colonização, colonialidade, descolonização e projeto decolonial, percebe-se um poder de mobilização social que pautou/pauta as ações públicas e o Estado, além de ser constituído, em grande medida, no Brasil, de forma organizada metodologicamente a partir da atuação do Movimento Negro Brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras. Trata-se de forças forjadas de e com demandas específicas que partem de uma mesma reivindicação e interseccionam outras, posto que estão articuladas à elaboração de Políticas Públicas para o combate ao racismo, sexismo, machismo, lgbtfobia e demais violências correlatas.

Esse poder de mobilização social é transcrito por Monika Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018) através dos conceitos “inovação social, alternativa e

²⁶ Respeitando o código gramatical referente à representação do gênero masculino e feminino, inseri (*a*) para indicar que a fala diz respeito aos dois gêneros, mesmo que na língua original do texto isso não esteja assinalado.

²⁷ Tradução livre: El patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferencias sexuales y lo hace en relación a la autoridad y la economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes pueden y deben saber. Mujeres, Indios e Negros estaban excluídos del acceso a lo que se considera la cúpula del saber. (...) El racismo regula las clasificaciones de comunidades humanas en base a la sangre y al color de la piel.

²⁸ Tradução livre: proceso de conquista y colonización.

instrumento” (p. 51-52), que “ajudam iluminar a atuação de movimentos sociais que buscam transformar seus objetivos políticos em ações concretas, quer no âmbito da sociedade, quer na esfera das políticas públicas” (p. 51-52).

Esse conjunto de conceitos, “inovação social, alternativa e instrumento”, trazidos por Dowbor, Carlos e Albuquerque (2018) tem serventia ao que analisamos: compreender a ação pública conforme ela se delineia a partir do protagonismo da mulher negra gestora atuante no Movimento de Mulheres Negras Brasileiras em prol da formulação de Políticas Públicas Educacionais antirracistas e antissexistas. Lembrando que, por ação pública, entende-se a forma como são desenvolvidas as relações entre a sociedade política (representantes) e a sociedade civil (movimentos sociais, sujeitos individuais e sujeitos coletivos diversos), reivindicando participação política e atuação nos espaços decisórios e burocráticos.

Ou seja, “a ação pública é um espaço sócio-político” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 199), em que problemas são apresentados e busca-se o uso de instrumentos (programas, legislação) “que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 200). Todavia, no nosso caso, acrescenta-se que no poder público estão mulheres negras imbricadas nos movimentos sociais, mas que não se subsumam neles. Assim, verificar como, de forma interseccional, raça e gênero em espaço de gestão se apresentam e moldam políticas educacionais antirracistas e antissexistas é nosso intuito, além de identificar o quão os resultados práticos coletados podem ser vistos como parte da luta do MMNB.

Outro ponto a ser considerado é que, primeiramente, a inovação social faz jus à ideia de que existem demandas que se originam de questões coletivas, à medida que afetam grupos da sociedade (racismo e sexismo, exemplificando) e precisam ser problematizadas, senão solucionadas, por meio de instituições ou políticas públicas.

Seguindo a linha das autoras Dowbor, Carlos e Albuquerque (2018), a aplicação de uma ideia de inovação social atrelada às políticas públicas pode ser entendida como algo pertinente à uma mudança imaterial. Todavia, essa aplicação se estabelece estruturalmente quando se transforma em política pública; por sua vez, para se transformar em política pública, uma ideia depende do interesse governamental. Ou seja, a ideia precisa ser apresentada ou surgir como “alternativa de política pública, na medida em que se propõe a resolver um problema presente na agenda de governo” (*apud* KINGDON, 1995; DOWBOR, CARLOS & ALBURQUEQUE, 2018, p. 55).

Os diversos elementos que compõem uma política pública não são apenas técnicos, administrativos ou burocráticos, pois incluem visões de mundo e expressam relações de poder. Essa abordagem se apoia no conceito de instrumento de política pública, cuja seleção é profundamente política e produz efeitos estruturantes nas relações entre Estado e sociedade (DOWBOR, CARLOS & ALBURQUEQUE, 2018, p. 5)

Seguindo as reflexões da autora Jackeline Amantino de Andrade (2011) ao evocar Andrew Pettigrew (1977; 1992) – que nos apresenta o que é o conceito de estratégia no estabelecimento de ações –, podemos ratificar que a política pública não é apenas algo técnico, administrativo e burocrático. As políticas públicas, se pensadas dentro do conceito de estratégia que emana de um grupo social, também “são fluxos envolvendo valores e ações inseridas num contexto e mobilizando poder” (*apud* PETTIGREW, 1997; ANDRADE, 2011, p. 51). Ou seja, as estratégias passam por um período de agenciamento, de ação, como parte de um planejamento, para se tornarem factíveis na solução de um problema.

No nosso caso, o racismo é o problema a ser enfrentado pelo governo em suas combinações entrecruzadas com gênero, gestão e políticas educacionais. Para **Miguel de Barros** (2019, p. 8), o “racismo é estrutural. Está evidente na sociedade brasileira, presente nas sociedades africanas e dissimulado nas sociedades europeias.” A sucessão de retrocessos nos diferentes campos políticos brasileiros, desde o início dessa nação, especialmente, entre 2016 e 2019, reafirma que a

narrativa exacerbadamente neocolonial e neoliberal, correspondida em termos eleitorais, demonstra que as reivindicações do movimento negro em prol da educação étnico-racial e que levou à alteração da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo a obrigatoriedade do tema da história e cultura afro-brasileira (art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) – não condiziam com uma visão partilhada pela sociedade brasileira, mas sim por uma corrente de poder político (**BARROS**, 2019, p. 8-9) .

Na escrita de **Barros**, acrescentamos que a atuação do MN e MMN se conectou a esse poder político para que houvesse a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou o art. 26-A da LDBEN. De todo modo, “a implementação ordenada e institucionalizada das diretrizes curriculares, fruto dessa reforma, favoreceu o acesso à informação e o conhecimento sobre as bases da diversidade étnico-racial” (**BARROS**, 2019, p. 9). Existem créditos a serem dados ao movimento social negro, indígena e demais povos e comunidades tradicionais em relação à ascensão dessa agenda, que sequer compõe os estudos sobre a História do Brasil (**GARCIA**, 2008). Assim, por uma “corrente de poder político” (**BARROS**, 2019, p. 8), entende-se que a ação pública – a ser exemplificada a seguir – do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, juntamente com grupos sociais de atuação antirracista e antissexista, mobilizaram

forças dentro das instituições do Estado em coletivos negros diversificados e em organizações não governamentais – seja de fora para dentro, seja de dentro para fora, mas, certamente, vividas de baixo para cima (*bottom up*).

2.2 - AS RELAÇÕES ENTRE O MMNB, GESTÃO E AGENDAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PAUTA NEGRA.

Esses dois grupos, o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras, agregando a demanda de inúmeros coletivos negros, realizaram a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 20 de novembro de 1995 (Brasília-DF) e impulsionaram a III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001.

Antecederam a esses dois marcos da história do Brasil muitas ações coletivas. Especificamente, o Movimento de Mulheres Negras, que esteve no III Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, entre 31 de julho e 04 de agosto de 1985, em Bertioga, São Paulo (ALMEIDA, 2014). Três anos depois, realizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), entre 2 e 4 de dezembro de 1988 (Valença-RJ). Na atuação mista da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 20 de novembro de 1995 (Brasília-DF), seus resultados colaboraram com a IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995, em Beijing, China (ALMEIDA, 2014) e com a III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001. Vários outros encontros aconteceram até a chegada da Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver, em 18 de novembro de 2015 (Brasília-DF); o Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver; e o Mulheres Negras Movem o Brasil, em 6 a 9 de dezembro de 2018 (Goiânia-GO).

Nota-se que esse movimento influenciou, com seu legado, a realização do I e II Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas (ENJF), de 27 a 29 de novembro de 2009 (Salvador-BA) e de 06 a 10 setembro de 2017 (São Paulo-SP), além da efetivação da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF), em plenária no dia 07 de setembro de 2017.

Pode-se dizer que o III Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, entre 31 de julho e 04 de agosto de 1985, em Bertioga, São Paulo (ALMEIDA, 2014), alavancou o processo de construção das pautas das mulheres negras, tornando ainda mais evidente a defesa por uma visão interseccional de raça e gênero dentro do debate feminista. Naquela ocasião, Luiza

Bairros discursou sobre a relevância do feminismo e evidenciou o protagonismo das mulheres negras, afluindo a noção de interseccionalidade:

Gente, o movimento feminista, ele fez uma interação na sociedade muito maior do que as feministas imaginam. Me parece, inclusive, que a gente não se deu conta disso. E, por isso mesmo, que a gente identifica uma dificuldade muito grande de perceber esse grau de interação e a necessidade que a gente tem agora, com um feminismo cada vez mais entranhado na sociedade; ele está, realmente, articulado com outras questões. O temor que algumas pessoas demonstraram nas conversas que eu tive com elas – de que o tratamento de questões sociais, políticas, econômicas pudessem vir a descaracterizar o objetivo maior do feminismo – eu acho que é infundado. (...) É uma coisa muito mais profunda do que a gente mesmo imagina e ela tem que, necessariamente, vir acompanhada de um despertar nosso para uma série de questões que antes a gente não conseguia enxergar. Houve um primeiro momento de necessidade do Movimento Feminista manter uma unidade, um certo pensamento, no bom sentido da palavra, em cima de questões específicas, mas eu creio que agora é o momento de nós *começarmos a olhar o que existe de diferente e o que existe de aparentemente contraditório dentro do movimento. E é importante a gente começar a olhar isso de frente, acho que vai ter sido dado um salto qualitativo e quantitativo muito importante.* Basicamente, esta coisa que nos vem em função do fato de nós tentarmos trabalhar, *enquanto mulheres negras*, certas coisas que nós aprendemos com o feminismo, levando em conta nossa especificidade étnica. *E a gente não pode de maneira nenhuma esquecer que, na América Latina e no Caribe, a grande maioria das mulheres não são brancas. E por não serem brancas tem uma forma muito especial de inserção na sociedade determinada por essa condição.* Bom, a gente vai agora. A gente que eu falo, além de mim, que faço parte do Movimento Negro Unificado, as mulheres do Agbara, do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, e do Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, e mais outras companheiras que são do Sindicato das Enfermeiras e dos Publicitários do Rio de Janeiro... *A gente vai demonstrar alguma coisa para vocês, como uma mensagem final nossa que é um pouco da história das mulheres negras e do processo de resistência da luta que o negro desenvolve e sempre desenvolveu dentro desse país, pelo direito de existir como ser humano.* (CULTNE DOC, 2011, grifo nosso)

A fala de Luiza Bairros congrega inúmeras outras até então submetidas a um silenciamento ao qual persistimos. Fazendo ecoar, em sua própria voz e na voz de outras ativistas, o canto “Salve a mulher negra” adaptado do poema de Oliveira Silveira (CESTARI, 2014), ela vem ao encontro da resistência e luta negra pelo reconhecimento do seu lugar na constituição democrática da sociedade brasileira, sem desconsiderar demandas muito específicas, por serem mulheres negras em movimento.

[...]Luiza Mahin / Chefa de negros livres / E a preta Zeferina / Exemplo de heroína / Aqultune de Palmares / Soberana quilombola / E Felipa do Pará / Negra Ginga de Angola / África liberta / Em tuas trincheiras / Quantas anônimas / Guerreiras Brasileiras.

Esse foi um momento que impulsionou a defesa de um debate internacional. No contexto mundial, o racismo institucionalizado culminou em conflitos como o *apartheid*, colocando especificamente a vida de mulheres em cheque como desfecho do agravamento das violações

de direitos humanos (ONU Mulheres, 1995). Como consta na Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, em setembro de 1995, em Beijing, China (ALMEIDA, 2014) e no mesmo ano, em novembro de 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, pessoas vão às ruas de Brasília dizer que até ali todas as denúncias já tinham sido feitas, e não se tratava mais de dizer em que o Estado se omitia ou o que o Estado não fazia, *era uma marcha para dizer o que o Estado deveria fazer*²⁹ (Jornal da Marcha, 1995). Validava-se a noção de que “os movimentos sociais não são apenas desafiadores do *status quo*, mas também podem apresentar propostas concretas para as políticas públicas” (DOWBOR, CARLOS & ALBURQUEQUE, 2018, p. 2).

Dessa década em diante (1990), não é mais possível questionar a atuação dos movimentos sociais, em particular do MN e do MMNB, no impulsionamento de políticas públicas e educacionais antirracistas no Brasil.

Idealizada pelo Movimento Negro, a Marcha vai-se construindo como uma *ação unificada envolvendo novas parcerias, que atestam o crescimento de nossa base social e o alargamento das frentes de luta contra o racismo: sindicalistas, setores populares, mulheres, estudantes, organizações não governamentais, comunidades rurais*. A Marcha é assim uma espécie de ponte entre este momento, extremamente fecundo mas sob o predomínio de ações pulverizadas, e um outro cujas iniciativas se pautarão em um programa político amplo, delineado na efervescência de um movimento de massas e projetado a partir de uma ótica negra. (JORNAL DA MARCHA, 1995, p. 1, grifo nosso)

A perspectiva relatada no Jornal da Marcha (1995) mostra o reconhecimento do caráter político, interseccional e estratégico que envolve as dinâmicas de mobilização que levaram a formulação de ação pública de grande relevância para a sociedade brasileira, e sob as quais iremos nos debruçar neste estudo.

Denise Botelho e wanderson flor do nascimento³⁰ (2016) fazem uma análise das políticas públicas em um cenário de contrastes sociais que caracterizam a sociedade brasileira, a partir da compreensão de que tais desigualdades apresentam multicausalidades. Eles discutem a importância das dimensões de gênero e raça na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. A discussão busca “ênfatar o papel da percepção da interseccionalidade de vulnerabilidades para a consolidação estratégica de transversalização das políticas” (BOTELHO & nascimento, 2016, p. 01).

²⁹ Grifo nosso

³⁰ Em nossa compreensão, o autor Prof. wanderson flor do nascimento, em uma perspectiva decolonial, identifica-se com todas as letras do nome em minúsculo. Respeitando sua forma de se apresentar, ele também será citado assim.

No Brasil, as complexidades dos problemas sociais exigem que as discussões relacionadas às políticas públicas envolvam as questões de gênero e raça ao debate econômico e de justiça social. É preciso uma atuação transversal que envolva os diversos setores e atores articulados em ações conjuntas.

Nas periferias brasileiras, a situação de vulnerabilidade na qual a população se encontra faz com que se perceba a ausência do Estado. São locais em que a população é representada, em sua maioria, por negros, sujeitos à situação de miséria e violência. Para que as políticas públicas atinjam esse público, é preciso uma maior participação da sociedade civil; ela precisa ser mais atuante no planejamento e nas ações, mesmo que para isso seja preciso romper muitas barreiras.

Nas discussões, de **Botelho e nascimento**, são apresentadas algumas situações em que o limite e o alcance das políticas públicas, por não serem universalizantes, são questionados:

Enquanto ferramenta, a perspectiva de interseccionalidade permite visualizar como a articulação das diversas formas de opressão é obliterada quando apenas abordamos uma específica forma de exclusão, ou seja, mostrando os limites de uma política focal, sem adotar, em contrapartida, uma perspectiva de uma política universal (**BOTELHO & nascimento**, 2016, p. 5).

Fernanda Cruz e Doriana Daroit (2017) trazem a transversalidade e a intersetorialidade como categorias de análise utilizadas nos estudos de gestão de políticas públicas ou espaços compostos por sujeitos que planejam a ação pública. No contexto deste estudo, que se compromete a ampliar visões sobre políticas antirracistas e antissexistas, foi preciso acionar a interseccionalidade de raça, gênero e classe, articulando ao debate sobre a dinâmica da Marcha Zumbi que induziu uma agenda transversal antirracista, antissexista, menos desigual socialmente e que buscou preservar as identidades, além de abrir margem para o debate sobre orientações sexuais.

Por ser uma agenda transversal, a pauta negra deve ser alocada na educação, na saúde, na agricultura, dentre outras. A atuação dos setores precisa observar o conjunto de ações e agir de forma articulada e intersetorial, tendo como abordagem transversal gênero, raça e classe ou renda, além de outras assimetrias como a geração e o fator localidade, que também têm interferência. Os territórios negros e não negros possuem dinâmicas muito específicas e isso deve estar composto na formulação de políticas públicas.

A análise que este trabalho propõe visa considerar a interseccionalidade como necessária à transversalidade e à intersetorialidade. A aplicação de políticas públicas educacionais em amplitude nacional está sob responsabilidade do Ministério da Educação

(MEC). Embora este órgão seja o principal, ele depende da atuação de demais instituições e áreas para a sua atuação. Além disso, é preciso que raça, gênero, classe, sexualidade, território, dentre outras categorias sejam refletidas dentro do contexto de ação unificada, que busca uma educação universal, inclusiva e acessível.

No Jornal da Marcha (1995), “ação unificada” é uma ação política que já reivindica esse olhar interseccional. A Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver, realizada em 18 de novembro de 2015, também em Brasília-DF, é igualmente lida nesse contexto de ação política que desencadeia ação pública. Segundo seu manifesto, de 2014, ocorreu

pele fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas; pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados; pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras; pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho; pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções; pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos; pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade; pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana; pela nossa participação efetiva na vida pública. (GELEDÉS, 2014)

Um estudo mais cuidadoso e amplo que expande o universo das políticas educacionais evidenciará que muitas dessas demandas geraram ação pública e políticas públicas³¹. Três anos depois da marcha de Brasília (2015), em alusão aos 30 anos do Movimento de Mulheres Negras, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver - Mulheres Negras Movem o Brasil, entre 6 e 9 de dezembro de 2018, em Goiânia-GO. As reivindicações das mulheres negras tiveram foco estabelecido em louvar a vida e a atuação política de todas as mulheres negras, além de fazerem a avaliação dos 30 anos de propulsão do MMN e do pós-marcha³².

Em resumo, pode-se dizer que essa agenda complexa se consolida como resultado de uma sistematização a nível estadual e nacional, os “*projetos-piloto*” (p. 3) pensados por Monika

³¹ Veremos essas ações a seguir no subitem “A SEPPPIR – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)”

³² Algo a ser considerado para esse período de avaliação é a existência da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF), fundada em 07 de setembro de 2017, como uma força política que segue os passos dessas mulheres, nossas mães, e se posiciona para que, cada vez mais cedo, mulheres negras possam ter acesso à informação em relação à Direitos Sexuais e Reprodutivos, por exemplo.

Dowbor, Euzeneia Carlos e Maria do Carmo Albuquerque (2018). Os “projetos-piloto” surgem dos movimentos sociais como “soluções políticas”. Ou seja, são projetos políticos de inovação social (DOWBOR, CARLOS & ALBURQUEQUE, 2018).

Feito esse arrazoado revelador sobre o potencial político e reivindicatório do movimento de mulheres negras e seus desdobramentos no campo das políticas públicas, evidenciando, no Brasil, o protagonismo do MN e do MMNB na abordagem interseccional como ferramenta importante para a transversalidade e intersectorialidade das políticas públicas, passamos a descrever a educação em pauta na atuação de mulheres negras em relação à interseccionalidade.

2.3 - DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS (I ENMN) À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Em relação ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), ocorrido em Valença, Rio de Janeiro, **Joselina da Silva** (2014) aponta para a relevância das trocas que aconteciam nas atividades da “técnica de Linha da Vida” – uma atividade convidativa em que as participantes contavam e escreviam suas histórias, deixando os escritos à disposição durante o encontro. Neles, elas relacionavam suas trajetórias com as do Movimento de Mulheres Negras, bem como com suas demandas. Segundo **Silva**, “chocava-nos perceber que faixa etária, posição geográfica, lugar social, formação acadêmica, ou mesmo tom de pele (mais claras ou mais escuras), enfim, nada obstaculizava a ação dos racismos e sexismos sobre cada uma de nós”. Essa fala nos faz refletir de forma objetiva a respeito da teoria de **Crenshaw**^a (2002) sobre interseccionalidade, assim como da sua aplicabilidade para compor estudos sobre políticas públicas e ação pública:

A luta, portanto, era por direitos iguais, pela denúncia contra o racismo e os aspectos diferenciados de sexismo quando exercido sobre as mulheres negras. As desigualdades sociais impostas eram também alvo da preocupação do olhar das mulheres negras. Prova disto é o temário do IENMN, aqui abordado. A farta abrangência de temas corrobora com o que buscamos aludir. Ou seja, a pauta de reivindicações era mais ampliada que meras visões ideológicas preexistentes no cerne de outros movimentos. Neste sentido, a organização das mulheres negras, em âmbito nacional, muito contribuiu para visibilizar as questões específicas nos diferentes âmbitos presentes no cotidiano das afro-brasileiras. (**SILVA**, 2014, p. 36)

Ou seja, o temário do IENMN dito por **Silva** (2014) é um exemplo de como movimentos sociais organizam reivindicações que compõem quadros que foram incorporados às Políticas Públicas. Dentro de suas atividades, os modelos de produção escrita, artística ou expositiva

acabam por incidir na formação cidadã e educacional das participantes. **Silva** (2014, p. 17) assinala que, naquela época, iniciando em 1985 com a criação de conselhos, como o Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, eram a questão de gênero e a agenda do feminismo, então, sendo inseridas no âmbito do Estado. No ano da Constituição Federal de 1988, as mulheres negras estabeleceram as suas ordens de prioridade para aquela época e o porvir. O *roll* de títulos presentes no evento mostra as preocupações da época:

“As Mulheres Negras e as Organizações da Sociedade Civil”; “As Mulheres Negras e o Trabalho”; “As Mulheres Negras e a Educação”; “As Mulheres Negras e a Legislação”; “As Mulheres Negras e o Mito da Democracia Racial”; “As Mulheres Negras e a Ideologia do Embranquencimento”; “As Mulheres Negras e a Sexualidade”; “As Mulheres Negras e os Meios de Comunicação”; “As Mulheres Negras na Arte e na Cultura”; “As Mulheres Negras e a sua História na África e no Brasil”; “As Mulheres Negras e as Políticas de Controle de Natalidade”; “As Mulheres Negras e a Saúde”; “As Mulheres Negras e a Violência”; “As Mulheres Negras e a Estética”; “As Mulheres Negras e o Sexismo” (**SILVA**, 2014, p. 34)

Nota-se uma gama de assuntos atuais no âmbito identitário de afirmação do pertencimento racial e, paralelamente, de luta antirracista e antissexista, quando evoca ações do Estado que, como dito, são aplicáveis às Políticas Públicas. Ademais, 30 anos depois, com o foco de desvelar as mazelas que incidem sobre os corpos de mulheres negras, tais temas seguem em pauta.

Meses antes do IENMN, a Constituição da República Federativa do Brasil havia acabado de ser promulgada, em 05 de outubro de 1988 (CF/88).³³ As reivindicações estabelecidas no IENMN mostram as demandas que prosseguiram como prioridade para as mulheres negras e a amplitude da população negra; ainda hoje, elas são inseridas em agendas internas e externas ao movimento, e são parte da estrutura das Políticas Públicas. Elas também foram pautas levadas para instâncias como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001, sendo identificadas na declaração e plano de ação da atividade:

31. Também expressamos nossa profunda preocupação quando os indicadores nas áreas, interalia, da educação, emprego, saúde, moradia, mortalidade infantil e

³³ Em 2020, mulheres negras enviam carta ao Supremo Tribunal Federal para atuar contra o Racismo e a Violência e pelo o Bem Viver. Essa carta apresenta tópicos já publicados e compartilhados do Manifesto da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Em virtude dos ataques à democracia e o retrocesso no campo de Direitos Humanos, ações como essas se tornam ainda mais necessárias. Esta não é a primeira vez que o Movimento Negro atua frente ao Estado para reivindicar a manutenção de direitos. Esse ano, a Coalização Negra por Direitos também esteve no Distrito Federal junto ao Movimento Negro Unificado e outras entidades para entrega de carta ao Congresso Brasileiro. Dito isso, pode-se afirmar que à época do IENMN, as mulheres negras impulsionaram antes e depois o processo de promulgação da CF/88. Disponível em:< <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/coalizao-negra-por-direitos-protocola-impeachment-de-bolsonaro-e-faz-protesto-em-brasil>>

expectativa de vida para muitos povos revelam uma situação de desvantagem, particularmente quando os fatores que para isto contribuem incluem racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. (BRASIL, 2001, p. 16)

2.3.1 - Educação como pauta da luta antirracista

Especificamente sobre educação, os e as membros/representantes do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras presentes na Conferência escreveram sobre “Medidas de prevenção, educação e proteção com vistas à erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em níveis nacionais, regionais e internacionais” (BRASIL, 2001, p. 25). Eles citaram os motivos pelo qual solicitavam investimentos em educação e quais resultados esses investimentos poderiam/poderão trazer para a população negra e todo o conjunto da população brasileira.

Em 1988, a partir do Art. 5º da CF/88, o Estado passou a considerar que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. A articulação entre o avanço na Legislação que se deu com a “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, e as agendas que foram resultado da ação compartilhada do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras entre outros, têm a busca pela transição da realidade em termos de exclusão de grupos sociais (mulheres, negros (as), indígenas, LGBTs, pessoas com deficiência).

No acesso à educação, o eixo que resultou foi gerenciado, cerca de 10 anos depois, pela aplicação da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, que considera, em seu Art. 1º, que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem *na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

É importante observar o caráter de “obrigatoriedade e gratuidade do ensino”, “valorização profissional”, “gestão democrática” e “valorização da experiência extraescolar” (BRASIL, 1996) impressos na lei. Mais tarde – diante da necessidade do acesso à educação de acordo com as especificidades desses mesmos grupos (GARCIA, 2010, p. 50-68) –, ela foi alterada em seu artigo 26-A, inserida como um dos instrumentos da “educação antirracista e antissexista” (GARCIA-FILICE & CARNAÚBA, 2019, p. 113-115).

O Art. 26-A estipulou a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, incluiu

a pauta indígena. Ambas incidiram sobre o Art. 26-A da LDBEN. Ao final, resulta-se na seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o *estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena* (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008, grifo nosso)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (BRASIL, 1996, grifo nosso)

Nota-se que, com a Lei nº 11.645/08, a única alteração foi a incorporação das pautas indígenas no texto da LDBEN 9394/96, em seu artigo 26-A, que aciona metodologias e práticas bem diferentes e específicas. São aspectos que não exploraremos, pois nosso foco são as articulações do Movimento de Mulheres Negras.

De forma mais geral, até 2013, o Art. 3º da LDBEN conservou a seguinte determinação:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extraescolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

Em 2013 e em 2018, respectivamente, a Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, e a Lei nº 13.632, de 06 de março de 2018, inserem ao Art. 3º: “XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) e XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)” (BRASIL, 1996). Esses são registros das alterações feitas como resultado de uma demanda de um ensino que visualize e aplique a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, em conformidade com o Art.

26-A. Por sua vez, a educação “ao longo da vida” refere-se, entre outras coisas, à educação de jovens e adultos ao qual não faremos grandes referências por não ser o foco da pesquisa, mesmo que, em grande parte, seja constituída por uma maioria negra.

Outro conjunto de medidas, como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e de outras providências)³⁴, e determinados programas, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (ANDIFES/FONAPRACE, 2019, p. 53), nos trouxe à realidade de contabilizar 51% de estudantes negros (as) em universidades públicas (ANDIFES/FONAPRACE, 2019). Como dito, ao apresentarmos o Programa REUNI a partir da pesquisa da ANDIFES e FONAPRACE, reconhecemos que seus dados podem ser questionados, tendo em vista a fragilidade dos processos administrativos de aferição da autodeclaração prestada por estudantes agindo de forma fraudulenta que se apresentaram como possíveis cotistas. As denúncias de fraudes têm sido constantes, dada a ausência de Bancas de Heteroidentificação, outro tema polêmico que não iremos aqui explorar por não ser o foco³⁵.

Feito esse preâmbulo, nota-se que a interseccionalidade está presente na prática do Movimento de Mulheres Negras e seus resultados, em termos de aparato legal, se estendem à CF/88, à LDBEN 9394/96, em seu art.26-A, e também à “Lei de Cotas” (Lei nº 12.711/2012). Na continuidade, seguem algumas reflexões preliminares sobre a importância do estudo sobre mulheres negras em cargos de gestão, com destaque para as relações com as demandas do MN e MMN.

³⁴ A elaboração de políticas públicas evidencia um ciclo na implementação, na operacionalização e nos impactos. A existência do art. 26-A da LDBEN demanda das Instituições de Ensino Superior a reformulação dos currículos e do sistema de seleção, pois para uma pessoa que frequenta a Educação Básica receber seus conteúdos, outra precisou ser formada a se tornar apta a compartilhar esses temas. Ou seja, os conteúdos antirracistas, antissexistas, com compreensão não LGBTfóbica, não capacitistas, dentre outros, são tão importantes quanto a presença de pessoas negras, mulheres, LGBT, pessoas com deficiência em sala de aula para reforçar a participação de quem a sociedade e o Estado excluem. Da implementação do art. 26-A até o processo de votação das Cotas Raciais no Superior Tribunal Federal (STF), algumas universidades começaram a elaborar seu próprio sistema, como foi a Universidade de Brasília (UnB), que em 2003 já tinha um modelo em funcionamento, com manifesto – presente em nossas referências – elaborado por professoras (as) da universidade. O sistema elaborado pela UnB serviu de exemplo para a tratativa realizada no STF. Para aprofundamento, recomenda-se a leitura do livro “O Sistema de Cotas Para Negros da UNB: Um Balanço da Primeira Geração”, de Sales Augusto dos Santos (2015) e do artigo “Encontro de Saberes e cotas epistêmicas: um movimento de descolonização do mundo acadêmico brasileiro”, de José Jorge Carvalho, publicado no livro “Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico”, organizado por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, em 2018.

³⁵ Sugerimos a leitura e acompanhamento do trabalho feito por pessoas pesquisadoras do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPPHERG), da Universidade de Brasília (UnB), dentre outras que estão em atuação na Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN) e que podem ser pesquisadas no portal da associação.

2.4 - MULHER NEGRA EM CARGO DE GESTÃO (2003-2008)

A sociedade, através do Racismo Estrutural, provoca uma escala de prioridades na vida das pessoas negras, impedindo que a população negra possa escolher por si. Carolina Maria de Jesus, hoje, é conhecida como uma das escritoras célebres no contexto literário brasileiro. Todavia, ela pode viver muito pouco para ver o reconhecimento de seu trabalho. Essa escritora poderia ter tido maiores oportunidades de viver uma vida com acesso a saneamento básico, alimentação saudável e com um retorno digno de seu trabalho, fosse enquanto recolhadora de material reciclável ou como escritora. Sabemos que, se fôssemos reformular o nome *catadora de lixo* para *recolhedora de material reciclável*, não mudaríamos a realidade daquela mulher que, em sua totalidade, queria se alimentar e ter um lugar para morar.

A educação sempre foi interesse central para a população negra, no tocante a acesso a direitos. Porém, esse grupo viveu por anos impedido de acessar essa possibilidade, e isso impactou em outras áreas da vida. Quando refletimos sobre o teor do Decreto nº 1.331 (BRASIL, 1854), observamos um ciclo de prejuízos gerados na vida de inúmeras pessoas negras: 1º As pessoas negras viveram e vivem um histórico de longos anos de escravização; 2º Para comer, era preciso trabalhar para a pessoa que mantinha o trabalho forçado; 3º No momento de ter acesso à educação, não foi possível, pois um coletivo de pessoas que outrora decidiam sobre a manutenção da escravização, agora, decidiam quem poderia estudar.

Isso gera o estabelecimento de prioridades em que o momento da pessoa negra decidir por si não chega. Vive-se uma trajetória de fazer muitas atividades laborais, sem alguma remuneração para conseguir o mínimo (comida e casa), em extrema precariedade e em lugares não desejados.

A população negra, de modo geral, é composta, como dito por **Lélia Gonzalez** (1982), por pessoas que são múltiplas. Todavia, o racismo enquadra todo o grupo em possibilidades reduzidas. Temos interesses em comum ou distantes; ademais, somos atravessados pelo Racismo Estrutural de inúmeras formas, sejam elas sutis e/ou com aspectos cruéis, que podem deixá-lo imperceptível ou provocar dores corporais visíveis em muitas circunstâncias, dada a sua característica de crime perfeito. No acesso à educação como direito, todo esse enquadramento de educação – apenas para quem era considerado cidadão – nos afastou e ainda nos exclui do ensino; no campo da gestão pública, apenas recentemente temos tido maiores exemplos de participação e ainda estamos às voltas de extrema precariedade. **Renísia Garcia** (2013), em ação pública no campo da pesquisa acadêmica na área de educação, intera que

A continuidade das formas deturpadas sobre a representação do (a) negro (a) propagada na historiografia, na mídia e nos discursos científicos se conectam visões de mundo dos sujeitos do/no processo; portanto, desvelam como as políticas sociais e econômicas se apresentam na memória da sociedade e na ossatura do Estado brasileiro, desconsiderando outras singularidades a elas atreladas, como raça e gênero, por exemplo. (p. 98)

Isso nos indica que a chegada de Matilde Ribeiro ao cargo de Ministra levou muitos anos entre disputas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras com forças do Estado, não sendo, de forma alguma, um momento de pensar que a partir dali todos os projetos de emancipação tinham sido alcançados. Pelo contrário, talvez ali começaria uma jornada de maior enfrentamento e disputas políticas.

2.4.1 - O caminho até a chegada ao cargo de gestão

Como resultado desse racismo que compartilha “formas deturpadas sobre a representação do (a) negro (a) no Brasil” (GARCIA-FILICE, 2013), a ausência educacional também provoca a escassez em representação e participação política por parte da população negra. O impedimento de acesso à escola no Brasil leva à completa impossibilidade de estar em espaços para disputa de poder. Além da exclusão por racismo, esse cenário é intensificado pelo sexismo, machismo e pelo classismo.

As representações de atrizes e atores públicos anteriores a Matilde Ribeiro a serem citadas estão entre **Zumbi dos Palmares, Maria Filipa de Oliveira, Luísa Mahin e Luís Gonzaga Pinto da Gama**, por exemplo. Todas essas foram pessoas que atuaram em diferentes frentes de independência para a comunidade negra em épocas distantes e, por vezes, distintas. Justamente essa distância até à chegada de deputados, deputadas e senadores negros e negras como **Paulo Paim, Benedita da Silva, Abdias Nascimento**, dentre outros (as), prova a maestria e comprometimento dessas pessoas enquanto gestores (as) propositivos (as), como também atesta a eficácia do racismo nas perspectivas da meritocracia.

2.4.2 - O momento de sentar à mesa

Em 28 de março de 2011³⁶, Matilde Ribeiro foi convidada pelo Conselho de Direitos Humanos a ir ao Senado Federal para relatar como foi o processo de criação da SEPPIR/PR. A

³⁶ Em 29 de março de 2011, eu completava 19 anos. Ali, estaria fazendo 1 ano de minha entrada na Universidade de Brasília (UnB) para cursar Letras-Francês, Bacharelado. Acredito que àquela altura eu já tivesse desenvolvido

ex-Ministra se dirige ao Senador **Paulo Paim** para dizer que muitas pessoas a perguntam se ela tivesse que recomeçar, o que ela mudaria. Matilde Ribeiro responde:

*Eu digo: não dá para a gente mudar o passado, dá para mudar o futuro. No passado, o que foi possível, foi uma secretaria como um órgão coordenador das Políticas de Igualdade Racial, um órgão especial com status de Ministério, tendo como missão tocar as políticas destinadas à população negra, que é mais de 50% da população brasileira, mas em diálogo com os indígenas, com os ciganos, com os povos que vivem discriminações históricas, culturais e sociais, no Brasil, seguindo que determinava a Declaração e o Plano de Ação da Conferência de Durban. Difícil? Sem dúvida. Por quê a estrutura estava sendo criada, eu assumo como Ministra dia 21 de março de 2003 e, no dia 22, eu vou à busca do espaço para trabalhar. Da cadeira para se sentar, do telefone, da equipe para trabalhar. E vocês que já viveram isso comigo ou viveram depois... **Mario Theodoro** está tendo a oportunidade, hoje, de viver na condição de gestor, ocupando a cadeira número dois da secretaria e aí, aqui também, eu saúdo a **Ministra Luiza Bairros**, que é uma pessoa que nós conhecemos à longa data, trabalhando em prol da comunidade negra do país... **Eloi**, enfim, todos os demais que estiveram junto ou no momento posterior à minha permanência no governo, não de concordar comigo que a estrutura é bem menor do que a fila das demandas históricas. Não é, **Adami**? Eu acho que o **Adami** aprendeu muito. (TV SENADO, 2011, grifos nossos)*

A fala de Matilde Ribeiro é sobre Sankofa, vista aqui como uma metodologia de avaliar a vida e a própria ação pública. Sankofa é sobre futuro e passado, sobre olhar o passado que precisa ser revisto no contexto de justiça social para a construção de um futuro mais aproximado de uma humanidade compartilhada em sociedade. Nessa explicação, Matilde Ribeiro apresenta o sentido social da SEPPIR/PR longe de um entendimento mecanicista de ação pública. A SEPPIR/PR foi criada para atuar junto às pessoas que estavam à frente de outros ministérios, assim como para atender demandas de outras pessoas que estavam/estão no corpo da sociedade civil. Além disso, representantes de ministérios estão também sendo beneficiados de mudanças sociais que ocorrem ao longo dos anos.

O ponto crucial que Matilde Ribeiro sinaliza está atrelado ao Racismo Estrutural que retroalimenta o Racismo Institucional. **Jurema Werneck^b** (2016) analisa o racismo em campos similares ao observado por **Achille Mbembe** (2017), Nelson Maldonado-Torres (2018), Walter D. Mignolo (2014), María Lugones (2014), **Kimberlé Crenshaw** (2002, 2004) e **Carla Akotirene**

a mesma predisposição familiar à insuficiência renal. Naquela época, eu refletia sobre como teria dinheiro para não sobrecarregar meus pais com as contas de alimentação, roupas, cópias e lazer. Me lembro da primeira aula em que o professor era um senhor branco, que se orgulhava em ter como legado uma matéria muito inacessível e com um modelo incompreensível de dinâmica de leitura de textos em que nenhum escritor negro ou nenhuma escritora negra serviu para ser colocado no currículo. Isso me faz refletir sobre como a entrada na universidade, pública ou particular, é um avanço em muitas de nossas famílias negras, porém, há um momento de divisão entre a busca pela entrada e o momento de iniciar os estudos. Para entrar, nos dividimos entre estudar para alcançar a nota no vestibular. Para permanecer, lutamos para ter a alimentação e estar sempre em disposição para frequentar as aulas.

(2008), quando essas pessoas escrevem sobre interseccionalidade de raça, gênero, classe, colonialidade, colonialismo, patriarcado e exploração de povos.

O racismo tem efeito em ciclos e camadas; ele impacta “os sentimentos, as condutas, as ações, as omissões, o material e o acesso ao poder” (WERNECK^b, 2016, p. 11). A criação da SEPPPIR/PR estava estabilizada e registrada. Porém, o material básico não estava garantido para o exercício do trabalho. Por muitos anos, em muitas conversas informais, ouvi questionamentos sobre a relevância da SEPPPIR/PR ou sobre a sua existência não estar atrelada ao acesso aos recursos básicos para o trabalho, como o próprio orçamento. A fala de Matilde Ribeiro, comprovada pelo convite em ouvir os ativistas **Mario Theodoro, Humberto Adami, Eloi Ferreira** e a própria **Luiza Bairros**, revela, justamente, isso: não havia estrutura para trabalhar.

Por outro lado, o impacto de acesso à gestão pode ser visto quando **Matilde Ribeiro** explicita seus “Percursos e vivências no Ministério” (ALVES; SOUZA; SANTOS & SANTOS, 2018, p. 36):

Foi muito importante para mim ter sido Ministra da SEPPPIR, do ponto de vista da compreensão do Brasil, da compreensão da elaboração de políticas, do aprendizado por dentro da máquina pública. *Não há escola que ensine o que eu vivi naqueles anos, eu aprendi fazendo. Logo que me tornei ministra consultei **Abdias Nascimento**, primeira pessoa com quem conversei. Perguntei que conselho ele me daria naquele momento quanto à forma de conduzir as ações do Ministério.* Ele disse: “Você vai ter excelentes aprendizados, mas vai viver situações que vão te fazer entender que não se faz uma omelete sem quebrar ovos”. Ele já tinha sido gestor na área de igualdade racial no Rio de Janeiro, o primeiro entre nós, *e estava ali me apresentando os riscos da construção dessa política. Essa frase de fato se confirmou, considerando até a maneira como deixei o cargo*³⁷. O meu entendimento hoje, da realidade social brasileira e das dinâmicas da política no Brasil, *é uma consequência direta das experiências que tive no Ministério. Minha origem é de família pobre, de mãe analfabeta, pai semianalfabeto. E, assim como a maioria da minha geração que tem esse perfil, o meu passaporte para o convívio com esses mundos foi a universidade e a militância política, fui descobrindo a duras penas.* (grifo nosso)

Esta longa citação mostra o encontro do mestre Abdias Nascimento com uma das ativistas que vieram depois. Matilde Ribeiro sinaliza que nenhuma escola poderia lhe ensinar o que ela viveu durante os anos na SEPPPIR/PR. **Patrícia Hill Collins** (2018) revela uma abordagem que contempla e justifica essas percepções. **Hill Collins** (2018) nos diz que existem dois tipos de pensamentos, “o conhecimento cotidiano e tácito compartilhado” entre mulheres negras enquanto grupo e o “conhecimento especializado produzido por intelectuais negras” (p.

³⁷ A maneira como Matilde Ribeiro saiu do cargo tem relação com as decisões tomadas na dinâmica do jogo político tanto partidário quanto na atuação da sociedade civil organizada. Efetivamente, a sua saída foi conduzida de forma abrupta e as nuances desse fato poderão ser desveladas na ocasião da metodologia que aplicaremos nesse trabalho: realização de entrevista narrativa semiestruturada para construção de um memorial que apresente a História de Vida de Matilde Ribeiro.

164). O primeiro pode estar na educação popular, vindo de um Terreiro de Candomblé ou de um Ilesin³⁸, assim como pode emergir da Capoeira e de reuniões do Movimento Social, sendo o caso de Matilde. Em sua afirmação, a relação com o movimento social/militância política foi o que a propiciou a visão que possui hoje.

Em sua abordagem, **Collins** (2018) vai “descrever a tensão criativa que conecta a influência das condições sociais sobre o ponto de vista das mulheres negras e a maneira como o poder das ideias propiciou a muitas delas os meios para alterar as mesmas condições sociais” (p. 164), e aborda “o pensamento feminista negro como situado em um contexto de dominação, e não como um sistema de ideias divorciado da realidade política e econômica” (**COLLINS**, 2018, p. 164). A noção de **Hill Collins** sobre como o poder das ideias auxiliou mulheres negras em busca de mudança social pode ser atrelada ao histórico que **Ângela Davis** (2016) faz sobre como mulheres negras, dos Estados Unidos, lutaram pelo direito à educação.

Segundo **Davis** (2016), as pessoas negras sempre tiveram muita vontade de aprender e criaram metodologias para isso. Vide inúmeras histórias de pessoas que burlaram as regras que as afastavam da prática à leitura, sob o risco da vigilância e da violência:

Com frequência, os poderes misticadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. (**DAVIS**, 2016, 115-116)

O impacto de ter sido de origem pobre, filha de mãe analfabeta e pai semianalfabeto acabou privando Matilde Ribeiro do acesso ao capital cultural que, pressupõe-se, foi adquirido com o ingresso no espaço escolar e também em universidades. Todavia, essas mesmas condições compõem quem ela foi enquanto gestora, profissional e enquanto pessoa. Isso cria um panorama histórico em que sua experiência e ancestralidade são acionadas e mobilizam conhecimentos. “As experiências das mulheres negras servem como uma localização social a partir da qual se pode examinar a conexão entre múltiplas epistemologias” (**COLLINS**, 2018, p. 165); nelas, se articulam experiências com a construção de conhecimento, prático e teórico³⁹. E são essas epistemologias que

³⁸ Espaço sagrado onde se cultua *Orunmila-Ifá* em coletivo. Em uma vivência Yorubá, comungada aqui no Brasil, *Orunmila* pode ser compreendida como uma existência sagrada a quem cultuamos a partir do culto tradicional de Ifá, onde podem ser feitas consultas para alinhamento da espiritualidade.

³⁹ Sobre a produção teórica da gestora iremos descrever nos próximos capítulos.

Desafiam todos os conhecimentos legitimados e introduzem questionamentos acerca da validade dos constructos que foram considerados verdades quando confrontados com formas alternativas de validação da verdade. A existência do ponto de vista das mulheres negras que utilizam a epistemologia feminista negra desafia o que é normalmente tomado como verdade e, ao mesmo tempo, questiona o processo através do qual a tal verdade é produzida. (COLLINS, 2018, 167)

O fato de Matilde Ribeiro ter conversado com **Abdias Nascimento** permitiu/permite a continuidade de um legado ancestral e parece ser um diferencial na construção de Políticas Públicas na SEPPIR/PR. É a materialidade do dizer “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019), em respeito aos que vieram antes, revelando o conceito Adinkra Sankofa, que nos alerta sobre construir o futuro olhando para o passado. Ele está representado por um pássaro, como o da foto abaixo, escolhida por ter as cores (lilás, roxo) que lembram o movimento de mulheres.



Griôs da Diáspora Negra

Figura: Símbolo Adinkra contextualizado na publicação 2014 do Festival Latinidades, sob responsabilidade do Instituto Afrolatinas. Organização: Ana Flávia Magalhães Pinto, Chaia Dechen e Jaqueline Fernandes. Editora: Griô Produções. Brasília, 2017⁴⁰

A conversa com **Abdias Nascimento**⁴¹, pensador negro que exerceu sua profissão enquanto ator, diretor, escritor e dramaturgo, nascido na cidade de Franca, no estado de São Paulo, em 1914, é sintomática. Antes de morrer no Rio de Janeiro, em 2011, o militante do movimento negro esteve como peça chave na criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) e atuou enquanto Deputado Federal e Senador (1983-1999) no Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Leonel Brizola e **Lélia Gonzalez** (RATTS & RIOS, 2010).

⁴⁰ Publicação 2014 do Festival Latinidades, sob responsabilidade do Instituto Afrolatinas. Organização: Ana Flávia Magalhães Pinto, Chaia Dechen e Jaqueline Fernandes. Editora: Griô Produções. Brasília, 2017. Disponível em: https://issuu.com/grioproducoes/docs/21_5_17_publicac_o_2014_latinidades

⁴¹ Ver: Personalidades: Abdias Nascimento. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>

Por essa trajetória, reverenciar seus conhecimentos é conectar diferentes tempos e experiências. Falas como as de Matilde Ribeiro indicam uma conquista elaborada através da articulação de setores que geraram e geram impacto em Políticas Públicas de Educação (ALMEIDA, 2014, p. 110-116), ainda que os setores sejam carentes de maior participação ou engajamento social ou que o Estado seja estruturalmente desarticulado (CAETANO, 2017; MBEMBE, 2017, p. 31-38) para sanar desigualdades que ainda permanecem na educação e para além dela. Nesse contexto, entende-se por setores o Estado, as Empresas e a Sociedade Civil Organizada, em conjunto, com outros (as) agentes institucionais (servidores públicos ou não), atores e atrizes públicos (as), individuais e coletivos (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

A começar pela atuação da Sociedade Civil Organizada, nos idos dos anos 90 e 2000, sua participação no âmbito do Estado iniciou-se de forma mais efetiva (GARCIA, 2010). As reivindicações feitas pelo Movimento Negro organizado composto por homens e mulheres de diferentes gerações tiveram e têm participação constitutiva nos avanços alcançados no campo de Políticas Públicas e ações afirmativas na Educação. Elas impulsionaram tanto a auto declaração em documentos oficiais, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dentre outros, quanto a maior participação de estudantes negros (as) nas IES.

Como visto, esses homens e essas mulheres se articularam de modo a reivindicar a educação como possibilidade de “transformação social”, tendo atuação voltada para a formação e para a participação em espaços de decisão como uma medida de reversão, a longo prazo, da exclusão causada pelas normas de uma sociedade como a brasileira, desigual desde o regime escravocrata (GARCIA, 2010).

Essa atuação, além de formar quadros para ocupação de espaços, incentivou a compreensão de que seria necessária a criação de um órgão próprio à pauta étnico-racial, justamente para o acesso à informação e compreensão sobre a forma que o Estado se constitui (CAETANO, 2017, p. 64-67). Parte dos resultados dessa atuação pode ser vista com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), solicitados na Declaração e Programa de Ação da Conferência de Durban, em 2001:

113. Reconhecemos o importante papel que os órgãos regionais competentes, incluindo as associações regionais de instituições nacionais de direitos humanos, podem realizar no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel-chave que podem ter no monitoramento e sensibilização da opinião pública sobre intolerância e discriminação, em nível regional, e reafirmamos o apoio

a tais órgãos onde quer que elas existam e *recomendamos a sua criação* (BRASIL, 2001, p. 35, grifo nosso)

Acreditamos que o pertencimento do debate está compreendido, embora saibamos que muito há por fazer e muitos percursos e lacunas ainda serão apresentadas neste estudo. Com esse entendimento, segue uma breve apresentação da SEPPIR – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC) –, por ser a instituição investigada nesta pesquisa.

2.5 - A SEPPIR – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR), DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (MJC)

A SEPPIR, criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, é uma instituição que surgiu em alusão ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, com vistas a atuar⁴² no acompanhamento de denúncias e na promoção de Políticas Públicas de Igualdade.

Para Lascoumes & Le Galés,

Instituições são construções sociais e políticas, nascidas de conflitos e negociações. São regras, normas e procedimentos, sequências de ações standardizadas, mais ou menos coordenadas e obrigatórias, que governam as interações entre indivíduos notadamente para a construção de políticas públicas. Elas sobrevivem e se reproduzem sem mobilização particular, a partir de mecanismos sociais e políticos inter-relacionados, rotineiros. As regras variam segundo três demandas principais: graus de precisão, formalismo e peso normativo. As instituições são socialmente construídas. Elas permitem a ação coletiva exercendo uma pressão, conduzem a antecipação de atores, bem como de comportamentos relativamente regulares e previsíveis. (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 190-191)

Em meio a todas as ações e pressões do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras via as inúmeras agendas citadas (III Encontro Feminista Latino-americano e Caribeno, I Encontro Nacional de Mulheres Negras - I ENMN, Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, IV Conferência Mundial da Mulher e III Conferência Mundial Contra o Racismo), a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo tornam-se *um problema público e problema político* (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012; DOWBOR,

⁴² Ver: <https://justica.gov.br/news/conheca-melhor-o-trabalho-da-seppir>

CARLOS & ALBURQUEQUE, 2018; grifo nosso), passando a compor a agenda governamental.

Com isso, Ações Afirmativas e um quadro legal considerável passam a se materializar, como: o Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra, o Juventude Viva (Portaria Interministerial nº 44, de 29 de junho de 2017) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) (Decreto 6.261, de 20 de novembro de 2007). Houve também uma concentração de ações que resultaram no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o SINAPIR, instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010); no Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos (Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016); e no Plano Nacional de Políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro (Decreto 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007), dentre outras ações. Tendo isso em vista, faz grosso sentido o que Lascoumes & Le Galès (2012) apontam como institucionalização. Para ambos,

O processo de institucionalização repousa sobre as dinâmicas para as quais as regras e os procedimentos aparecem, se desenvolvem ao ponto de constituir um espaço social e produzem em definitivo comportamentos dos atores que os gerou ou os integrou. De maneira mais precisa, o processo de institucionalização pode ser observado logo que as regras e os procedimentos sejam cada vez mais numerosos, ganham em precisão e tornam-se realmente prescritivos. (LASCOURMES & LE GALÈS, 2012, p. 190-191)

Ao dizer anteriormente que a transversalidade e a intersetorialidade são parte da análise para os estudos de gestão de políticas públicas ou espaços compostos por sujeitos que articulam a ação pública (CRUZ & DAROIT, 2017), reafirma-se o lugar de relevância da SEPPIR/PR como órgão que impulsionou a transversalidade de raça, gênero, classe, sexualidade e território enquanto temas comuns a diferentes níveis da ação no campo de políticas e de educação.

Em intersetorialidade, a SEPPIR/PR atuou como corresponsável pelas agendas do MEC na ampliação de políticas antirracistas e antissexistas, o que foi diferencial na estrutura Estatal que provoca apagamentos teóricos e práticos, utilizando-se da raça, do gênero, da classe, da sexualidade e do território como categorias de exclusão.

Atualmente, à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;
II - formular, coordenar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade racial e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais, população negra, estrangeiro, grupos étnicos afetados por ações de discriminação racial e demais formas de intolerância;

- III - articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos e organizações nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial e étnica;
- IV - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência;
- V - formular, coordenar e acompanhar as políticas transversais do governo para a promoção da igualdade racial e étnica;
- VI - planejar, coordenar e avaliar a execução do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- VII - promover e acompanhar a implementação das legislações de ações afirmativas e a definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Estado brasileiro, nos assuntos relacionados à promoção da igualdade e do combate à discriminação racial e étnica;
- VIII - implementar, formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas para promoção da igualdade racial e étnica considerando a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional. (BRASIL, 2019)

Anteriormente à SEPPIR, as pautas e demandas de igualdade racial estavam dispostas no Decreto de 20 de novembro de 1995, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra e dar outras providências. (BRASIL, 1995). O Decreto de 20 de novembro de 1995, do GTI posterior ou ocorrido na mesma data de diferentes agendas aqui citadas, teve como atribuição no seu Art. 2º:

- I - propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação da População Negra;
- II - elaborar, propor e promover políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da População Negra;
- III - estimular e apoiar a elaboração de estudos atualizados sobre a situação da População Negra;
- IV - reunir, sistematizar, avaliar e divulgar informações relevantes para o desenvolvimento da População Negra;
- V - incentivar e apoiar ações de iniciativa privada que contribuam para o desenvolvimento da População Negra;
- VI - estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades, incluídas as do movimento negro, nacionais e internacionais, cujos objetivos e atividades possam trazer contribuições relevantes para as questões da População Negra e seu desenvolvimento;
- VII - estimular os diversos sistemas de produção e coleta de informações sobre a População Negra;
- VIII - contribuir para a mobilização de novos recursos para programas e ações na criação de mecanismos eficientes e permanentes na defesa contra o racismo e em áreas de interesse da População Negra, a fim de sugerir prioridade para otimizar sua aplicação;
- IX - estimular e apoiar iniciativas públicas e privadas que valorizem a presença do negro nos meios de comunicação;
- X - examinar a legislação e propor as mudanças necessárias, buscando promover e consolidar a cidadania da População Negra;
- XI - estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover a cidadania da População Negra. (BRASIL, 1995)

Neste texto, o Estado se comprometia em “estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades, incluídas as do movimento negro, nacionais e internacionais” (BRASIL, 1995), apontando como o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras já estavam próximos dessa agenda a nível de instituições públicas.

No Art. 3º do Decreto de 20 de novembro de 1995, temos o informe de que integrava ao GTI “oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro” (BRASIL, 1995). Matilde Ribeiro esteve nessa articulação (ALVES; SOUZA; SANTOS & SANTOS, 2018) e logo em 2003 se torna Ministra da SEPPIR/PR, órgão que ampliou os objetivos do GTI operacionalizado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, passamos a evidenciar algumas ações da SEPPIR/PR na gestão de Matilde Ribeiro, na intenção de contribuir em mostrar as articulações e redes estabelecidas entre Estado e Sociedade Civil, em destaque o movimento negro. No capítulo seguinte, descreveremos o que conseguimos alcançar de informação sobre o que foi feito por essa mulher.

CAPÍTULO 3: MULHER NEGRA, GESTORA E A EDUCAÇÃO

Este capítulo apresentará a atuação da ex-Ministra da SEPPIR/PR, Matilde Ribeiro, a partir de documentos, leis, normas e instrumentos que foram sancionados e publicados durante o período de serviço prestado ao Governo Federal na SEPPIR. Nesse aparato de documentos, temos os resultados e análises sobre suas percepções, na condição de secretária da SEPPIR, acerca da gestão das políticas de ações afirmativas. Com isso, objetiva-se elaborar e apresentar quadro de sistematização⁴³ das ações realizadas no período de atuação dessa gestora na SEPPIR/PR, de 2003 a 2008, para que possa subsidiar o produto a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional de Educação, de forma a contribuir com a implementação do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDBEN), da Lei nº 9394/96 e do ensino de história do Brasil e políticas públicas afirmativas.

3.1 - PERCEPÇÕES PRELIMINARES: MULHER NEGRA EM FOCO

Na apresentação dessa mulher, ecoa o dizer *UBUNTU*. Segundo **Luís Augusto Ferreira Saraiva** (2020), *Ubuntu* é uma das Filosofias Africanas no tronco da língua *Bantu*. Comumente essa filosofia vem sendo apresentada como um jargão “*Eu sou porque nós somos*”, envolvido em uma prática mercadológica de solidariedade, o que está distante das possibilidades das Filosofias Africanas. Então, em seu livro “*Ubuntu e a Metafísica Vodum: O pensar filosófico a toques de Tambor de Mina*”, **Saraiva** nos apresenta perspectivas acerca da forma que a Filosofia Ubuntu vem sendo dissecada e esvaziada de sentido africano. Para o autor, a

Filosofia Ubuntu enfatiza o conceito de humanidade; humanidade para com a comunidade, em uma não referência ao eu individualista moldado pela modernidade. Ubuntu busca se referir a tudo que é humano e a tudo que partilha da força vital estabelecendo meios inter-relacionais de importância fundamental para a existência das pessoas (p. 71).

Nesse sentido, novamente, decidir por apresentar essa gestora – Matilde Ribeiro –, exerce a dinâmica do dizer “nossos passos vêm de longe” (**WERNECK**^b, 2019) ou “uma sobe e puxa a outra” e, aqui, as histórias se entrecruzarão. “Uma sobre e puxa a outra” é uma expressão evocada pelo Movimento de Mulheres Negras Brasileiras, compartilhada como um dos lemas da Marcha de Mulheres Negras, em 2015, que intenta expressar o fato de que a ação

⁴³ Cartilha a ser elaborada como produto.

de uma mulher negra impulsiona outras mulheres negras que estão ao seu redor e que estas mobilizam toda a sociedade.

Matilde Ribeiro faz parte dessa escrita, por ter sido a primeira mulher empossada no cargo maior da SEPPPIR/PR no momento da criação da instituição. Porém, evidenciamos que a sua representação naquele espaço foi coletiva e também sucedida de outros homens e outras mulheres que se comprometeram em dar seguimento à agenda de combate ao racismo e equidade racial refletida durante todos esses anos de mobilização política vinda da população negra. Justamente por esse pulsar da ação de Matilde Ribeiro ser tão preenchido da presença coletiva que nos interessa evidenciar seu trabalho e atuação, sendo ele parte de uma história. Os registros que temos sinalizam que a ação é pautada em uma pedagogia antirracista e antissexista para impulsionar a educação para as relações étnico-raciais.

Sendo assim, registrar a atuação dessa mulher nos meandros da elaboração de políticas públicas, quando não há muitos registros sobre a atuação de ativistas e militantes negras, é de suma importância tanto pela sua notoriedade no campo da educação, quando dos direitos humanos e para a História do Brasil.

Essa mulher é a ativista que atuou e atua como atriz individual; é também a que, a partir de seus estudos, tornou viável a mudança de “alguma decisão que já havia sido tomada pelo governo” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 19); é também atriz coletiva e da iniciativa pública e privada, atuante em associações, organizações não governamentais, em conjunto com estudantes, consumidores (as), sindicatos, dentre outros “com capacidade de estabelecer estratégias claras, mobilizar recursos e pessoas que possam agir articulada e coletivamente em direção ao objetivo comum” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 20). O objetivo comum de Matilde Ribeiro é o combate ao racismo, ao sexismo e às violências correlatas como “problema público”, “problema político” e com poder de mobilização para definir pautas para uma “agenda pública” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 23-24).

Enfim, fica evidente que, na atuação em cada instituição, essa atuante é atriz coletiva pública que possui “características como poder de decisão, legitimidade institucional, compromisso com os interesses comuns, atribuições para fiscalizar os órgãos administrativos, promover licenciamentos, etc” (LASCOUMES & LE GALÈS, 2012, p. 19), retroalimentadas pelas suas atuações.

3.2 – AÇÕES PÚBLICAS NA SEPPPIR

Para catalogar as ações elaboradas pela Ministra e equipes durante o tempo de serviço na SEPPIR, construímos tabelas baseadas em modelos desenvolvidos durante a participação da mestranda no Projeto Violência contra mulheres no Brasil e em Moçambique: um estudo comparado, do Edital 2014 ProIC AF/CNPq/UnB, sob Orientação da Prof. Dra. Debora Diniz e supervisão da Doutoranda Sinara Gumieri (FE-UnB).

A construção dessas tabelas como ferramenta de apresentação de informação se deu por pesquisa em base de dados de arquivo público. Ao todo, encontramos 18 produções contidas das ações realizadas, entendidas, em Linha Temática, como Realização/Participação de Eventos, Leis e Normas – ou seja, instrumentos normativos, e Publicações informativas, como cartilhas e livretos na gestão de Matilde Ribeiro.

As tabelas com todas as publicações encontradas e revisadas estão disponíveis no apêndice deste trabalho. Das publicações, extraímos as ações que identificamos relevantes para o período de atuação da ex-ministra. Possivelmente, a gestora possa ter elaborado outros produtos e realizado ações que não puderam ser encontradas por nós, seja por estarem fora das bases de dados acessadas (SEPPIR, Presidência da República, Ministério da Educação, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Partido dos Trabalhadores) ou por terem sido dissipadas em mudanças de governo.

3.2.1 - Quando uma mulher negra se senta à mesa: Matilde Ribeiro em ação

Por 2003 ter sido o primeiro ano de existência da SEPPIR/PR, Matilde Ribeiro, assim como os (as) demais gestores (as) que seguiram nesse cargo, acompanhou boa parte das apresentações das demandas do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro. Ela incumbiu-se e recebeu diferentes demandas, desde a pauta sobre a regulamentação de terras de remanescentes de quilombos até a participação na pauta de relações internacionais. Por fora das negociações próprias do jogo político, essas ações soam como distantes umas das outras; todavia, pela particularidade da agenda antirracista no Brasil, que tem razão de existir como desconstrução dos resultados do processo colonial e de colonialidade, observar o contexto de impactos dos racismo na sociedade brasileira precisa ser uma ação feita em diferentes frentes.

Há significado em coletar dados sobre saúde, educação, economia, dentre outros temas que tenham relação com a população negra. Ademais, faz sentido elaborar respostas às desigualdades que têm ligação com o que o Brasil consegue estabelecer com o continente

africano e com o cuidado e atenção primária que o Estado brasileiro fornece para quem está nessa terra como quilombola.

No quadro a seguir, veremos que, entre 2003 e 2008, Matilde Ribeiro foi figura chave no apoio ao que o Governo do Presidente Lula realizou em termos de Ações Afirmativas, combate ao racismo e equidade racial. Aqui, demos prioridade para a apresentação das ações educacionais e reafirmamos que todas as ações podem ser vistas no APÊNDICE C – Publicações divulgadas no período de atuação da Ministra Matilde Ribeiro.

TABELA 1

AÇÕES - MATILDE RIBEIRO			
Nº	ANO	AÇÃO	FONTES⁴⁴
1	2003	Lei nº 10.639/03	Citados nos Relatórios anuais, no Boletim da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o VII Fórum Social Mundial, em 2007, ou nos textos de regulamentação como ações proeminentes.
2	2003	<p>Programa Ações afirmativas:</p> <p>a) Educação e ações afirmativas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Protocolo de Intenções 1.2 Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 1.3 Programa Diversidade na Universidade 1.4 Quatro instrumentos normativos buscando a implementação de cotas nas universidades 1.5 Programa de Política de Ações Afirmativas para Negros na Educação Superior – Pronegro 1.6 Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas no Departamento de Políticas do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação 1.7 Comissão na Câmara Técnica de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação b) Campanhas educativas e informativas <ol style="list-style-type: none"> 1. Campanha Ação Afirmativa – Atitude Positiva 2. Campanha pela valorização de religiões de matriz africana 3. Campanha 16 Dias de Combate à Violência c) Bolsas para afro-descendentes para carreira de diplomacia 	

⁴⁴ Existem registros oficiais disponibilizados nas tabelas dessa pesquisa que demonstram trabalhos feitos anterior e posteriormente à atuação da Ministra Matilde Ribeiro na SEPPIR como resultado de seu apoio.

3	2003	<p>Programa Desenvolvimento e inclusão social:</p> <p>a) Programa Primeiro Emprego</p> <p>b) Saúde da população negra</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 12ª Conferência Nacional de Saúde – A Saúde que Temos – O SUS que Queremos 2. Política Nacional de Saúde da População Negra 3. Plano Nacional de Saúde <p>c) Empreendedores afro-brasileiros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Parceria entre a Seppir e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros – Anceabra <p>d) Participação em conselhos, comissões, fóruns e grupos de trabalho</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil 2. Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea 3. Conselho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES 4. Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf 5. Conselho Nacional de Saúde – CNS 6. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM 7. Fórum Governamental de Assessores de Participação Social 8. Fórum para implementação da Lei nº 10.639 no sistema de ensino 9. Grupo de Trabalho Promoção da Igualdade Racial da Câmara de Política Social 10. Comitê Gestor <p>e) Seminário Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial</p>	
4	2003	<p>Programa Produção de conhecimento</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil 	
5	2004	<p>Programa Brasil Quilombola⁴⁵</p> <p>a) Ação Kalunga</p> <p>b) Regularização fundiária</p> <p>c) Segurança Alimentar e Bolsa Família</p>	

⁴⁵ Estabelece relação com comunidades tradicionais e indígenas.

		<ul style="list-style-type: none"> d) Desenvolvimento e geração de renda e) Saúde e saneamento básico f) Educação, esporte e cultura g) Parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Multiplicar <ul style="list-style-type: none"> 1. Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) 2. Programa Brasil Alfabetizado 3. Programa de Educação Quilombola da Secad/MEC 4. Projeto Quilomboaxé h) Participação e controle social i) Capacitação de 70 lideranças quilombolas <ul style="list-style-type: none"> 1. “Ação Global” (Rede Globo/Sesi) <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Protocolo de Intenções j) Produção de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico Socioeconômico k) Visitas Técnicas e Monitoramento l) Ações parlamentares 	
6	2004	<p>Inclusão da População Negra no Sistema Educacional</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ações para implementação da Lei nº 10.639/2003 b) Estudo do Projeto de Lei que prevê a Reserva de Vagas para negros e indígenas na universidade c) Ações para implementação do ProUni d) Apoio na revisão do Plano Nacional de Educação e) Parceria com Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais): quesito cor nos formulários do Censo Escolar/2005 e Campanha “Assuma sua Raça, Declare a sua Cor”. f) Comitê de Avaliação dos Projetos do Programa Diversidade na Universidade g) Realização de Parcerias para o fortalecimento institucional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) h) Apoio Institucional aos/às Pesquisadores (as) Negros (as) 	

		<ul style="list-style-type: none"> i) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) <ul style="list-style-type: none"> 1. Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial <ul style="list-style-type: none"> 1.1 “Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial” 2. Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial 3. “Caderno das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” j) Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Culturas Negras do Atlântico, do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) k) “Projeto: A Cor da Cultura” <ul style="list-style-type: none"> 1. Programa Ação 2. Livros Animados 3. Nota 10 4. Heróis de Todo Mundo 5. Mojubá 6. Kit Educativo e Capacitação l) Projeto de Lei nº 3.627, para implantação do Sistema de Reserva de Vagas para Negros e Indígenas no Ensino Superior Público Federal m) Fórum Mundial de Educação n) Seminário Estadual “Educação e Diversidade Étnico Cultural” o) Seminário “Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual” 	
7	2004	Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004	
8	2007	Acordo com CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a União Africana	

Esse aparato que elencamos nos itens nº 1, 2, 6 e 7 da tabela são ações diretas sobre a atuação na SEPPIR/PR em relação à Lei nº 10.639/03. Uma série de outras ações foram realizadas que não computamos aqui, mas passamos a destacar algumas devido à sua conexão com nosso foco da pesquisa.

Embora as cotas sociais sejam de 2012, em 2004, já se intensificavam as negociações em torno do Projeto de Lei nº 3.627, para implantação do Sistema de Reserva de Vagas para Negros e Indígenas no Ensino Superior Público Federal, o que, somado ao que está no Apêndice C com instrumentos indiretos e diversos, foram ações que contribuiriam para a implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas nas Instituições Federais). A Ministra

Matilde Ribeiro e sua equipe participaram ativamente do momento que prepararam o cenário de políticas públicas para a reserva de vagas das Instituições de Ensino Superior (IES), e este é um ponto desconhecido ou pouco valorizado pelas IES.

Outra contribuição diz respeito à Lei nº 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003 pelo ex-Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Naquela data, a efetivação de Matilde Ribeiro enquanto Ministra da SEPP/PR ainda não estava realizada nos moldes de instrumento de lei, pois o órgão não havia sido criado. Por sua vez, o grupo de trabalho que atuou durante o processo de candidatura do ex-Presidente, assim como demais membros da sociedade civil, já havia pautado uma agenda racial a ser implementada a partir do momento em que o Presidente Lula fosse empossado e, caso eleito, ele precisaria honrar com seu compromisso em relação a atuação em combater o racismo. Esse fato histórico foi relatado no decorrer da entrevista com a ex-Ministra Matilde Ribeiro, quando discorre o percurso de sua atuação antes e durante sua gestão na SEPP/PR.

Considera-se que é na criação da SEPP/PR, em trabalho conjunto com o Ministério de Educação (MEC), que a Lei nº 10.639/03 passa a ser implementada e operacionalizada, ao passo que esse marco é registro nos relatórios anuais da SEPP/PR. A Lei foi materializada em políticas e ações públicas variadas, quando notamos o “Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira”:

- 1.1. Protocolo de Intenções;
- 1.2. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003;
- 1.3. Programa Diversidade na Universidade;
- 1.4. Quatro instrumentos normativos buscando a implementação de cotas nas universidades;
- 1.5. Programa de Política de Ações Afirmativas para Negros na Educação Superior – Pronegro;
- 1.6. Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas no Departamento de Políticas do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;
- 1.7. Comissão na Câmara Técnica de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Muito embora a lei altere o artigo 26-A da LDB 9394/96, as suas diretrizes e planos de implementação sempre sinalizaram a necessidade de formação de professores (as) da educação básica, no ensino superior, que atuassem com esses conteúdos. Nesse sentido, elencamos uma série de ações que se conectam tanto ao ensino superior, quanto com a educação básica.

Ao sancionar uma lei, espera-se que pessoas lotadas em órgãos estruturarem processos para a sua implementação e operacionalização. Ali, em 09 de janeiro de 2003, ficou explícito o compromisso de reconhecer o Brasil como um país excludente para a população negra e para os povos indígenas. Todavia, além da lei sancionada, havia a necessidade de encaminhar a sua materialização em salas de aula, quando a responsabilidade se torna das equipes que trabalham na base. Por isso a importância de Conselhos e Câmaras Técnicas para orientar profissionais da área da educação.

A partir desse escopo, ampliaram-se as reivindicações para Bolsas aos afrodescendentes na carreira de diplomacia. Houve também uma série de seminários e congressos formativos compostos por pesquisadores e pesquisadoras com formação em educação antirracista, como os Fóruns de Diversidade e Igualdade Racial para implementação da Lei nº 10.639 no sistema de ensino, que se espalharam pelo país, sendo orquestrados pela SECADI/MEC com a colaboração da SEPPPIR.

Por esse motivo, mantemos em destaque o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que foi um dos pontos cruciais do Programa de Governo do Presidente Lula e impulsionou a visão de que a equidade racial no Brasil deveria ser trabalhada em todas as áreas de forma indissociável, interseccional e transversal. No PBQ, a educação aparece como produção de conhecimento em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Multiplicar para o benefício de pesquisas e implementação de:

1. Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries);
2. Programa Brasil Alfabetizado;
3. Programa de Educação Quilombola da Secad/MEC;
4. Projeto Quilomboaxé.

Evidencia-se que essas ações são resultado do esforço coletivo empreendido pelo Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras Brasileiras. A visão interseccional de raça, gênero e classe nos posiciona como pesquisadoras que apresentam informações a partir de seus resultados e destaques; o aspecto de quantidade de ações se torna crucial apenas diante de sua relevância. Isso fica nítido quando observamos a crítica/denúncia feita por **Mário Theodoro** (2014) em relação à forma como o racismo estrutural impactou a operacionalização dos instrumentos de Políticas Públicas gerados com o intermédio da SEPPPIR/PR. **Theodoro** (2014) informa que “o processo de afirmação da temática racial como cerne da questão da desigualdade brasileira não se deu de forma linear ou isento de resistências, contestações e dificuldades” (p. 207); são esses os aspectos fundantes do racismo estrutural que embasam toda a gestão de Matilde Ribeiro e acompanharam todo o trabalho da SEPPPIR/PR.

Matilde Ribeiro, assim como as demais pessoas gestoras que empreenderam esforços na SEPPIR/PR, com baixos recursos e inúmeras resistências realizou ações de acordo com as possibilidades de cada tempo, enfrentando o racismo institucional enquanto trabalhava para desconstruí-lo por meio da estrutura. Isso se nota na diferença de programas e projetos realizados a cada ano, voltados para as diferentes modalidades: educação indígena, educação quilombola, e níveis de educação superior e educação básica. Percebe-se a diversidade de políticas públicas e de ações afirmativas em distintas áreas. Porém, abaixo se torna possível visualizar como o jogo político afetou o processo de registro de ações, fazendo com que os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 estivessem entre os mais complexos para se encontrar relatórios e documentos de memória de atuação, considerando que 2008 foi o ano de saída de Matilde Ribeiro da gestão da SEPPIR/PR. Ademais, existem os desafios que são próprios do complexo processo para a implementação de políticas públicas, conforme se constata na Tabela 2.

TABELA 2

ESPECIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES REGISTRADAS POR ÁREA E ANO DE REALIZAÇÃO						
ÁREAS	ANO					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Educação Básica	1	3	Registro não encontrado			
Ensino Superior	1	9				
Educação Básica e Ensino Superior	1	6				
Diversos (Cultura, Desenvolvimento Social, Mapeamento de Território, Relações Internacionais, Saúde)	29	33	3	3	4	Registro não encontrado

Como observado, a educação antirracista foi uma das frentes de atuação daquele programa de políticas públicas estabelecido pela SEPPIR/PR. Na Tabela 2, inserimos um campo chamado “Diversos”, para que pudéssemos compreender as temáticas (de cultura, de desenvolvimento social, de mapeamento de território, de acordos de relações internacionais e de saúde da população negra e dos povos indígenas), assim como o que foi produzido em cada ano.

Como dito anteriormente, no ano de 2003, a criação da SEPPIR/PR influenciou a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que desenvolveu a criação do Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira com sete subprogramas que fortaleceram a operacionalização da educação básica e do ensino superior. Especialmente em 2004, houve parceria com a Fundação Roberto Marinho no campo da educação que, possivelmente, criou

possibilidades razoáveis em torno da produção de material didático e de acordos para que a mídia hegemônica se responsabilize em compartilhar imaginários próximos à realidade de pessoas negras.

Essa diversidade de ações, por um lado, se relaciona com as pressões em torno da agenda antirracista que foi implementada diante de intensa mobilização; por outro, tem relação com o histórico contexto da crença em democracia racial, fincada na história brasileira há séculos. Existem ações diferentes e em larga quantidade para além da educação, pois havia necessidade de implementação de muitos programas para imprimir a reparação em meio a várias resistências a fim de que um quadro de políticas públicas antirracistas e antissexistas não acontecesse. Por isso, políticas públicas educacionais, como as leis que alteraram o Art. 26-A da LBDEN, se tornavam urgentes.

No artigo “Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo”, de **Mário Theodoro** (2014), há parte do histórico de ação pública do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras apresentada aqui via memória de ativistas e pesquisadoras negras. Portanto, seria redundante tecer maiores comentários, posto termos um excelente levantamento temporal feito pelo pesquisador sobre como as teorias de branqueamento afetaram a forma do Estado implementar políticas públicas. Porém, vamos registrar alguns aspectos, devido sua importância e a fim de propormos a reflexão entre a interseccionalidade de raça e gestão ou raça e políticas públicas.

Logo em sua introdução, **Theodoro** (2014) explícita antecipadamente que o Brasil ainda é um país extremamente desigual, ainda que tenha sido palco de mudanças no campo político, social e econômico. Esse vácuo entre o acesso a programas como o Bolsa Família e a erradicação integral das desigualdades tem relação com o fato de o Brasil ser um país racista.

Concordamos com **Theodoro** (2014) e trazemos para o texto a sua forma teórica de explicar o racismo enquanto uma estratégia que suprime a diversidade.

O racismo transforma diversidade em desigualdade. Operando a partir de uma escala de valores que torna socialmente aceitável, e mesmo justificável, a distribuição desigual das posições sociais privilegiadas, o racismo reafirma e consolida a subalternidade da população negra. Reproduzido historicamente e estruturalmente, este mecanismo perpassa as relações sociais e inscreve no país uma forma particular de convivência entre desiguais. Sua vigência naturaliza a desigualdade e reforça o processo de legitimação e de engessamento da hierarquia social, contribuindo para a escassa mobilidade racial que ainda caracteriza o país. Assim, o racismo constitui-se em um importante obstáculo ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. (p. 207)

Dito isso, o autor ainda vai além, apresentando os aspectos do racismo como ideologia.

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual. (THEODORO, 2014, p. 214)

Esta é uma denúncia sobre a teoria da democracia racial, apontando o quanto essa noção de sociedade subalterniza a pessoa negra diante de um ideal de branqueamento em imagem e forma de pensar. O fato de o racismo ser um obstáculo para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, como afirma o autor, impactou a perspectiva de como deveria ser a atuação da SEPPIR/PR quando a gestão antirracista e pares da sociedade civil reconheciam que a equidade racial era uma via para erradicar a pobreza. Existiam inúmeras possibilidades de atuação, porém, poucos recursos.

A ideia de que o debate racial se faz apenas em conversas, sem a necessidade de investimento profundo para a Política de Ação Afirmativa, afetou a não implementação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial⁴⁶. Em seu lugar, ficou a secretaria sem recursos necessários e, mesmo assim, com o trabalho de articulação com demais órgãos que possuem seus próprios orçamentos. Compreendemos, assim, que se pôde implementar diferentes estratégias públicas para reduzir pobreza e fome, além de aumentar o acesso à educação, mas ainda falta vontade política sobre o enfrentamento ao racismo. A persistência em um cenário racista demonstra os desafios para implementação de políticas públicas de ação afirmativa no Brasil.

Por isso, daquilo que se apresenta como material, partimos para o que nos dá sentido em imaterialidade: de que forma o agir de uma gestora potencializa a sua própria vida e das pessoas que se beneficiam por aquilo que ela promoveu. Nosso próximo capítulo compartilha a narrativa daquilo que se tornou instrumento de políticas públicas.

⁴⁶ O Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial é citado por Mário Theodoro (2014) enquanto uma proposta concomitante ao Estatuto da Igualdade Racial, que existe em formato de legislação e recomendações para o enfrentamento ao racismo, podendo ser utilizado como recurso, em termos judiciais, para efetivar denúncias. O fundo tem como objetivo impulsionar as propostas de combate ao racismo e igualdade racial com aporte financeiro, algo extremamente importante para a continuidade das Políticas de Ações Afirmativas. Para mais informações, favor, acessar a reportagem sobre em que patamar estão as tratativas de aplicação do fundo, a partir do Senado Federal. Disponível no link: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/01/24/paim-apresenta-pec-para-criar-o-fundo-de-promocao-da-igualdade-racial>> Acesso: Novembro de 2020.

CAPÍTULO 4: ENTRE PROFECIAS MELHORES: NEGRA GESTORA E A LUTA ANTIRRACISTA

Este capítulo objetiva apresentar a narrativa da atriz que atuou no período de 2003 a 2008 na SEPPIR. Ouviu-se da gestora os passos de sua trajetória até à chegada ao posto de Ministra, com destaque às suas percepções sobre o trabalho, o espaço, os desafios, o jogo político, os impactos na própria vida e as percepções que surgiram após a atuação. Passamos a abordar a relação entre a gestão da atriz e o quadro de operacionalização das leis nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, nº 11.645 de 10 de março de 2008 (Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) e nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas nas Instituições Federais) nas políticas implementadas durante sua gestão.

Com a contribuição deste capítulo, elaboramos, como produto, uma cartilha para jovens, para que ela auxilie na implementação do art. 26-A da LDBEN 9394/96 e para que ela evidencie a atuação do movimento negro e de mulheres negras na História do Brasil. Além disso, trazemos a pauta das ações e os registros da memória e das narrativa de uma dentre as (os) gestoras (es) que ocuparam cargos na gestão da SEPPIR, em anexo.

4.1 - A NARRATIVA DE MATILDE RIBEIRO

A entrevista com a ex-Ministra Matilde Ribeiro ocorreu por uma plataforma de videoconferência no dia 11 de maio de 2020, uma segunda-feira à tarde, em meio ao isolamento social ocasionado pela Pandemia do Novo Coronavírus. No Brasil, nós estamos em isolamento social há 8 meses (novembro de 2020). Em condições favoráveis, uma entrevista com essa importância e teor teria ocorrido pessoalmente, dando espaço para uma aproximação maior entre as participantes. Desde o início de nosso planejamento, colocamos como prioridade o posicionamento de todas as integrantes, tanto quem escreve quanto quem transmite a trajetória dos processos políticos, sempre como sujeitos em oposição à visão de objetos. Somos todas necessárias para o encaminhamento deste estudo. No entanto, compreendemos que, para manter o andamento do texto, foi melhor para nossa saúde que a entrevista fosse realizada virtualmente.

A entrevista durou em média uma hora para ser realizada, uma vez que foram enfrentadas instabilidades tecnológicas imprevisíveis daquele dia. A realização desse estudo, juntamente com a conclusão da entrevista, trouxe impactos emocionais de avaliação sobre a

importância de referências como Matilde Ribeiro na vivência de jovens como a que escreve este texto.

Após a entrevista, levou-se alguns dias para a conclusão da transcrição do áudio, por insegurança de ter feito algo equivocado. A escolha de não contratar um profissional para a realização desse serviço se deu para tentar manter ao máximo a proximidade com o tema, sem ter qualquer eventualidade que desviasse o foco. Ainda assim, a revelação da vivência Sankofa de estar construindo uma ponte acadêmica e de políticas públicas entre um ativista mais velha e uma jovem causa impactos emocionais de crescimento sentidos instantaneamente.

Diante do último capítulo, podemos adiantar que as perguntas elaboradas de acordo com os questionamentos que surgiam durante as leituras dos documentos públicos encontrados foram tratadas com êxito pela ex-Ministra, ao passo que adotamos o método de esquematizar perguntas curtas. Deixamos o campo de respostas abertas para que fosse possível levantar uma memória pública de uma atuação política, de ativismo, de gestão e de formação acadêmica. Na estrutura do capítulo, colocaremos algumas das perguntas selecionadas, considerando que todo o questionário está em anexo, juntamente com o modelo de Termo de Consentimento e o levantamento completo das ações com a fonte de pesquisa.

4.1.1 - A academia como porta de entrada

Ao sair da SEPPPIR/PR, Matilde Ribeiro completou seu Doutorado (2008-2013), no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil; lá, ela analisou “A institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil no período de 1986-2010”. Em nossa entrevista-narrativa⁴⁷, se tornou evidente o quanto seu trabalho é chave para o que começamos a propor neste estudo, que se iniciou em 2018. Atualmente, a ex-Ministra está como professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), no Ceará, lecionando na área de Pedagogia, que abrange o curso de Pedagogia, Educação e História. As suas aulas são sobre História Brasil-África.

⁴⁷ Como será possível observar nos anexos desse trabalho, algumas perguntas feitas à ex-Ministra, Professora Doutora Matilde Ribeiro, possuem relação com o trabalho de outras mulheres que ocuparam a SEPPPIR/PR – Luiza Helena Bairros e Nilma Lino Gomes, por, inicialmente, termos cogitado fazer um levantamento também sobre essas mulheres. Porém, com o avançar do tempo e considerações científicas sobre a coleta de dados que ficaria distante da qualidade do trabalho dessas mulheres, decidimos por apresentar uma delas e, assim, conceder o máximo de nosso cuidado em escrita e em evidência do trabalho, o que, de fato, surtiu o efeito esperado. Com isso, antecipamos o convite para que estudos sobre mulheres negras continuem.

Em nosso trabalho, a primeira nuance que nos interessou compreender foram os aspectos gerais de ativismo e de atuação política de Matilde Ribeiro. Por isso, questionamos: 1. Qual é a sua ocupação profissional atual? 2. Como e quais elementos (artísticos e literários) impulsionaram seu modo de se organizar politicamente e afetivamente?

Segundo a professora, para chegar até aqui, houve um caminho árduo. Com todas as evidências políticas, teóricas e práticas que relatamos nos capítulos anteriores, reconhecemos que as mulheres negras brasileiras atravessam longas jornadas de enfrentamento ao racismo estrutural desde a primeira infância para alcançar seus objetivos, que estão atrelados aos direitos mais básicos: educação, trabalho, renda, saúde, moradia, transporte, saneamento básico e outros. Assim, a professora fala de seu currículo e de suas vivências, com rupturas e participação política.

Até me tornar professora, passei por várias outras experiências de trabalho. Eu trabalhei como Educadora Popular durante um grande tempo em uma ONG, mais voltada às questões de gênero. Trabalhei também em Prefeitura Municipal, coordenando a área de direitos da mulher até chegar a ser Ministra. Culminando com a militância no Movimento Negro, no Movimento Feminista e também as ações acadêmicas, né. Eu demorei bastante tempo entre a graduação e o doutorado, por várias paradas, em função dessa triangulação, entre ação profissional, ação militante e ação acadêmica. Isso ao longo de décadas (RIBEIRO, 2020).

Assim, reconhece-se que a vida de uma pessoa disposta a atuar em prol de Direitos Humanos no combate ao racismo e à violência de gênero é afetada em decorrência do tempo que se dedica a apresentar estratégias que possam servir ao coletivo. No contexto de nosso trabalho, chama atenção a consciência da entrevistada em subdividir seu campo de atuação em *ação*, considerando que é isso que estamos apresentando aqui: a ação pública de uma mulher negra como resultado para a elaboração de instrumentos de políticas públicas. Justamente por isso, desse trabalho e atuação profissional e pessoal nos impulsionou saber se: Matilde Ribeiro se imaginava onde está hoje e com a relevância que possui para a História recente do Brasil? Já tinha vontade de ser quem é hoje ou a partir das experiências que isso foi se construindo? Quais motivos da escolha da opção profissional?

Composta dessa autoridade, ainda assim, a professora não se imaginava no cargo que ocupou.

Jamais me imaginei me tornar Ministra. Isso foi uma consequência de ações coletivas e, sobretudo, considerando a construção da vida política partidária no PT (Partido dos Trabalhadores), das campanhas do Presidente Lula. E no momento que ele se elegeu Presidente do Brasil, eu fiz parte da coordenação do programa de governo, representando a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT. Então, é a tarefa naquele momento era dar densidade à elaboração das políticas de igualdade racial para

dentro, seja do programa de governo ou dentro da campanha, seja do programa de governo com o candidato eleito (RIBEIRO, 2020, grifo nosso).

Renísia Garcia-Filice (2013) nos fala sobre a construção da representação das pessoas negras. **Jurema Werneck^b** (2016), **Achille Mbembe** (2017), Nelson Maldonado-Torres (2018), Walter Dignolo (2014), María Lugones (2014) vão nos dizer como que as opressões nos afetam. Dessa forma, se torna esperado que uma pessoa negra não estabeleça projetos. Mulheres negras não possuem o direito de sonhar. Assim, estar no Movimento de Mulheres Negras e atuar em ativismo não é um sonho, é uma necessidade construída como uma forma de combater o racismo, o sexismo, o machismo, o patriarcado, o classismo e opressões correlatas. Por isso, ouvir da professora dizer “jamais me imaginei me tornar Ministra” não pode ser compreendido como retórica ou modéstia. Ainda que com um currículo completo, o espaço de Ministra não foi aberto às pessoas negras, mas conquistado.

Ao dizer que a construção dessa agenda e de sua própria entrada na SEPPIR/PR foram resultados da ação coletiva, fica evidente o quanto a professora compreende a sua atuação como resultado do esforço comunitário.

Desse modo, por um lado, podemos inferir que, na maioria dos casos, o que fazemos enquanto ativistas não está conectado com um plano de ascensão pessoal. Por outro, sabemos o quanto é raro mulheres negras se observarem/estarem em cargos de decisões. O foco no trabalho, que por vezes é exaustivo, nos deixa distantes de compreender que a representante em algum momento pode ser uma de nós. Acabamos também agindo em benefício do coletivo e da população negra em decisões pessoais, como foi o caso da professora Matilde Ribeiro.

Por esse motivo, afirmamos que o ser negro não dialoga com o sentido de meritocracia. O Racismo Estrutural acaba exigindo muito mais que o currículo completo. Ao possuir o currículo completo, ainda temos que lutar por reconstruir outras demandas que, muitas vezes, são alheias, inclusive ao universo do trabalho. No espaço do trabalho, temos sobrecargas de ações, pois o racismo cria variadas opressões: 1º promove o nosso apagamento enquanto profissionais; e 2º nos coloca como única e exclusivamente responsáveis por combatê-lo, por sermos pessoas negras, retirando a responsabilidade do coletivo em atuar de forma antirracista.

E, assim como eu também não planejei ser professora, eu fiz doutorado e mestrado muito em função da necessidade de *sistematizar conhecimentos*, de fazer/de organizar mental e academicamente leituras sobre os processos do Movimento Negro, sobre os caminhos para a construção da igualdade de direitos sociais. Não imaginava que depois de ser Ministra eu ia passar em um concurso público e ia me tornar professora. Isso foram sendo achados pela vida (RIBEIRO, 2020, grifo nosso)

Desde o início deste trabalho, afirmamos a importância de ter pessoas conscientes dentro dos campos de sistematização e organização das atividades do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras. A existência de pessoas que tomam notas em cadernos ou fazem atas durante as reuniões ou encontros realizados sobre as pautas da população negra é de suma relevância para a continuidade de nossa caminhada. Reconhecemos o quão árduo é ser essa pessoa que trabalha em prol de sua subsistência e partilha do seu tempo para atuar no movimento social, indo em reuniões e dando continuidade aos estudos.

Matilde Ribeiro tanto é uma representante que produz ação pública e auxilia na implementação de políticas públicas quanto é uma estudiosa/acadêmica/*griô*/berço de memória que responde à demanda da professora **Joselina Silva** (2014), citada no início de nosso trabalho, como *griô* que arquivou as ideias do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. **Joselina Silva** (2014) escreve sobre o IENMN, solicitando que tenhamos continuidade em construir a memória desse momento de subsídio para muitas ações públicas que já aconteceram ou ainda estão para ocorrer.

Em relação ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras, nós perguntamos como Matilde Ribeiro começou o seu engajamento político e onde estava durante a realização desse marco histórico para o movimento de mulheres negras. A entrevistada acaba revelando que a universidade foi a possibilidade de participação política. Com a intensa maioria da população negra em vivências cotidianas próximas à nossa comunidade, na universidade é onde se torna provável que haja apoio mútuo e coletivo, independente de uma participação em um cargo de gestão.

Matilde Ribeiro diz que “não tinha vida política” antes da universidade. Nós, pessoas negras, vivemos em travessia dessa margem sobre o que é política. Nós sabemos que muitos e muitas de nós temos vida política quando decidimos o que fazer em nosso dia a dia, em nossas famílias e em nossa comunidade. Nossa vida é política. Porém, a participação política a nível de Estado, de fato, ainda é algo raro para a população negra.

Os impactos do racismo e a vivência em comunidade nos provoca o senso político. Assim foi a vida de Carolina Maria de Jesus, que escrevia para expressar o que sentia e sem intenção de se tornar uma pessoa célebre na literatura, como acabou se tornando. No entanto, a sua escrita ainda é invisível por conta do racismo. O racismo retira as possibilidades de representação como retira a construção de imaginários possíveis para a formação de próximas gerações. A entrada na universidade nos dá a possibilidade de reparação desses imaginários.

Se fosse para afirmar, enquanto texto acadêmico, por todas as pessoas negras que frequentaram a universidade o impacto desse espaço em suas vidas, eu teria que angariar um

outro campo de pesquisa em busca de documentos a somar aqui. Todavia, posso afirmar por mim, que escrevo, que a universidade nos dá autonomia, apesar de ainda ser um ambiente hostil para construir nossas visões políticas e participações.

Como é de se esperar para essa pesquisa, em uma entrevista-narrativa – em que a pessoa entrevistada compartilha a memória de sua ação pública na implementação de políticas e visão sobre os fatos –, ao fazermos uma pergunta, mesmo reconhecendo a realidade da população negra, muitas respostas nos pegam de surpresa. Ao perguntar as questões seguintes, destacadas como parte da primeira análise “Atuação Profissional e Ativismo Político”, não esperávamos a resposta abaixo, mas o racismo, enquanto aberração, promove essa realidade na vida de pessoas negras.

Pergunta número 1.4 - Quais foram os principais canais de ingresso na área política? Quais coletivos compôs ou continua compondo?

Pergunta número 1.5 - Quais foram os primeiros contatos com a militância: experiências na juventude, na vida profissional? Como foi o contato com a militância do movimento negro e o contato com a militância do movimento de mulheres? Houve articulação partidária?

Para profundidade das reflexões, destacamos a frase a seguir:

Eu não tinha vida política antes da universidade. Não venho de uma família de tradição de militância política. Foi a passagem pela universidade que despertou para esse caminho. Então, o meu primeiro momento de participação política foi no PT, *dos anos 80*. Depois de ter terminado a faculdade. *Aí, somando-se a isso, a participação no movimento de mulheres e no movimento negro. Nos anos 80, há uma efervescência grande, e considerando toda a ação das Diretas Já, teve a Ditadura Militar, a reorganização dos movimentos negros no período de abertura política pós-final da Ditadura Militar, os 100 anos de abolição da escravidão no Brasil, que foi em 88, organização e realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN).* Tudo isso, somando tudo isso, deu um caldo militante bastante intenso, com a inserção política que propiciou fazer parte lá na frente do programa de governo do Presidente Lula. Eu era jovem, né. Era meu primeiro momento de participação política em rede nacional, naquele momento. Foi um aprendizado muito grande. Foi importante, dentro do movimento, conhecer as posições políticas que vieram a lastrear a vida das mulheres negras e das organizações das mulheres negras *depois de 88*, conhecer Lélia Gonzalez, conhecer um grande número de mulheres que hoje estão aí na vida política, no Brasil, ou estiveram, como a própria Luiza Bairros que também veio a ser Ministra da SEPPPIR e então foi um momento muito intenso de conhecimento e de sentimento de pertença a uma causa (RIBEIRO, 2020, grifos nossos)

4.1.2 - A SEPPPIR: espaço de construção coletiva

O fato de não ter uma família com histórico de ativismo político em movimentos sociais certamente trouxe muitos desafios e novidades à vida de Matilde Ribeiro. Em um país onde as

relações são baseadas em questionamentos coloniais, patriarcais e racistas como “Você sabe com quem está falando?” ou “Quem são seus pais?”, certamente adentrar ao universo de disputa política por participação enquanto mulher negra mudou diferentes cenários. Isso inclui o debate que o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras reivindicou dentro das articulações do Movimento Negro, que é por luta de acesso a direitos, mas, porventura, pode reproduzir machismo e sexismo no fator de exclusão de mulheres na participação política.

Aos 28 anos, exatamente a mesma idade que tenho hoje – e sendo uma pessoa que já ouviu “Quem são seus pais?” no meio da prática política–, reconhecer o fato de que Matilde Ribeiro esteve com **Lélia Gonzalez** nessa mesma idade e pôde construir com Luiza Helena Bairros é motivo para afirmar que “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019). Essa narrativa nos revela a história que se desejava, mas, talvez, nem se imaginava que se concretizaria. Como dito, Matilde Ribeiro participou de inúmeros momentos cruciais antes mesmo da existência da SEPPIR/PR.

Desse momento, questionamos: como foi receber, então, a notícia que seria ministra com o peso da responsabilidade e a criação da SEPPIR?

A SEPPIR é resultado de muitas formulações ao longo da história do movimento negro, inclusive. Foi por dentro da coordenação de programa de governo que ela foi construída e ela veio a responder a uma agenda política muito intensa que na verdade não se consolida em quatro ou oito anos de governo, considerando que soma 500 anos de exclusão social. Então, a SEPPIR foi um mecanismo que foi encontrado para começar a desenhar caminhos para as políticas públicas no Brasil. E eu coordenei os processos para essa construção junto com outras pessoas, né. Junto com o Martvs das Chagas, do PT, com Flávio Jorge, do PT, com militância do movimento de mulheres, com militância do movimento negro. E quando recebi o convite para ser Ministra, esse convite veio como um retorno à uma ação coletiva; e a minha pergunta que esse convite gerou foi “E agora, o que eu vou fazer agora?” Pois muita energia tinha sido gasta nesse processo da construção desse caminho e quando eu me tornei ministra, então, eu procurei me orientar com os mesmos setores que vieram trabalhando comigo até então e com o Presidente Lula, cuja a orientação geral foi para que a SEPPIR passasse a coordenar, prioritariamente, a política de quilombo dentro do governo, que foi o que aconteceu. Gerou, daí, o Programa Brasil Quilombola e várias ações derivadas deste. Mas há somatória também com outras áreas de políticas públicas, como as cotas nas universidades públicas, as cotas na carreira de diplomacia, várias ações que foram se conectando, né (RIBEIRO, 2020, grifo nosso).

Ao notar essa consciência de Matilde Ribeiro, afirmando que antes, durante e depois da sua gestão tiveram pessoas que construíram junto a ela a implementação e operacionalização de políticas públicas, a ex-Ministra pode ser apontada com o termo “gestora proativa”, cunhado por **Renísia Garcia-Filice** (2013). No âmbito da gestão, existem perfis de gestores (as) que

determinarão ou não a eficácia de uma política pública. Segundo **Garcia-Filice** (2013), para observar essa eficácia,

A necessidade de tornar a explicação mais organizada levou a categorizações amplas dos gestores em gestores ausentes/alheios, gestores sensíveis e gestores proativos, que não necessariamente conseguem expressar a multiplicidade de possibilidades que cada situação carrega, não se encerram em si mesmas e não têm a pretensão de abarcar a variedade de leituras possíveis. Há aqueles (as) gestores (as) que enfrentam os conflitos raciais com ações educacionais continuadas e fundamentadas. Em sua maioria militantes, ativistas, pessoas negras e não negras que se empenham por promover uma educação das relações raciais em seus ambientes de ensino. Esses foram considerados no percurso desta pesquisa como gestores proativos. (p. 100-102)

O termo “gestora proativa” cabe à Matilde Ribeiro, pois ela atuou na gestão da SEPP/PR como Ministra, diretamente ou indiretamente ligada à implementação de ações para a educação. A Doutora Matilde Ribeiro soube que ao ser empossada teria que lidar com o jogo político, que não prioriza a equidade racial e o combate ao racismo, para se deparar com o outro lado que agora seria manter a pauta. Isso nos levou a perguntar: Como foi coordenar equipes, sabendo que existem diferentes grupos de interesses na esfera pública? O que gostaria de ter feito mais? O que acredita que pode ter sido um equívoco?

Sobre isso, em relação à coordenação de equipes e tratativa com demais órgãos, também com a ideia do que poderia ter sido feito de diferente, caso fosse possível, a Professora afirma

Foi muito complexo. Demandou muita energia e, assim, era vital que as conexões acontecessem. Então, demandou estar o tempo todo muito ligada, *muito conectada, buscando diálogo com as pessoas, com os setores*. Foi um trabalho intenso, muito intenso. *Eu acho que feito a mais não é bem o caminho a percorrer, pois entendo que foi feito o máximo possível, né*. Agora, caminhos poderiam ter sido diferentes. Por exemplo, a SEPP/PR, ela trabalhou com uma agenda ampla de promoção da igualdade racial. Então, ela dialogava com a população negra, indígena, cigano, judeu, mulheres, todos os setores discriminados historicamente e isso dá uma amplitude muito grande para a ação, às vezes, maiores do que as nossas próprias pernas, né. Então, recortes menores, talvez, fossem necessários, outras formas de entrada nas agendas políticas, mas o que foi feito, foi. *E acredito que foi feito um desenho bastante significativo e importante para a construção das políticas públicas no país* (RIBEIRO, 2020, grifos nossos).

As observações para essa fala nos convocam a refletir sobre as leituras em torno de Lascoumes & Le Galès (2012), em que há a afirmação de que “A ação pública é um espaço sócio-político construído tanto para técnicas e instrumentos como para finalidades e conteúdo” (p. 199). O desenho feito para a implementação de políticas foi tomado por diferentes mobilizações e disputas que não compunham só a população negra, mas outros povos e populações. Houve a interação “entre os atores múltiplos no seio dos quais imerge a política”

(2012, p. 49). Mesmo atuando com essa quantidade de pautas, garantiu-se a transformação de comportamentos e a implementação de políticas públicas dentro do corpo do Estado e da Sociedade Civil, como Abers e Von Bülow (2011) nos auxiliaram a refletir nos capítulos anteriores. Além de terem sido necessárias redes anteriores à criação da SEPPPIR/PR, outras redes foram criadas para dar conta do escopo de demandas vindas dos movimentos sociais para dentro das possibilidades do Estado.

Um exemplo de construção da SEPPPIR/PR que é relevante para os objetivos desse trabalho e que foi feito de modo a impactar, inclusive, em nossas vidas, enquanto pesquisadoras, professoras, ativistas, tem relação com a pauta de educação antirracista e antissexista iniciada na SEPPPIR enquanto instituição representante dos povos citados por Matilde Ribeiro. A importância dessa fala vai para além desse trabalho, pois a professora nos apresenta a sua leitura do passo a passo das ações públicas que foram se tornando instrumentos e políticas públicas na sua gestão, de 2003 a 2008, mas não só, como dito. A Lei de Cotas, em 2012, ainda foi um desdobramento dos debates e ações da década de 1980 e do ativismo negro.

*Nenhum trabalho realizado pela SEPPPIR era possível ser realizado sem interconexões, intersecções com outros ministérios e com outras áreas da vida da população brasileira como um todo. Então, nem sempre as iniciativas de trabalhos que teve como resultado ações de promoção da igualdade racial foram feitas pela SEPPPIR. Muitas vezes, a SEPPPIR acompanhava a realização de outros ministérios. Então, essa **perspectiva da intersecção**, ela sempre esteve presente e as iniciativas próprias da SEPPPIR foram sempre no sentido de chamar os outros ministérios para uma atuação conjunta. O que torna o trabalho muito denso, né. São costuras difíceis, porque cada estrutura de ministério de órgão de governo segue uma linha, uma agenda de trabalho e trabalhar de maneira interconectada não é uma coisa fácil. Então, esse foi o processo o tempo todo de existência dessa política (RIBEIRO, 2020, grifo nosso)*

A responsabilidade de uma ação em Saúde é do Ministério da Saúde. A responsabilidade de uma ação em Educação é do Ministério da Educação. Isso indica que a SEPPPIR/PR é responsável por articular e administrar as pautas de igualdade racial e combate ao racismo que passam ao largo do interesse do Estado. Ou seja, a presença e existência da SEPPPIR/PR diante da implementação de políticas públicas em qualquer área que seja do campo do Estado é para reforçar que a responsabilidade é daquele órgão, que aquele órgão que atende à população negra, aos povos indígenas, ao povo cigano, à comunidade judia, dentre outros, e é responsável por implementar e operacionalizar a política pública de acordo com a demanda e características históricas, culturais e sociais daquele grupo. Porém, anteriormente à existência da SEPPPIR/PR, as pautas estavam desarticuladas. A SEPPPIR/PR tanto faz um trabalho de proposição, quanto

faz um trabalho de acompanhamento de realização daquilo que foi estipulado como planejamento.

Há partes dessas demandas que chegam à SEPPIR por “bastidores” (DOWBOR, CARLOS E ALBUQUERQUE, 2018, p. 52). A existência de Conferências Nacionais e Regionais de Promoção da Igualdade Racial impactam na possibilidade de atuação em “redes” (ABERS & VON BÜLOW, 2011, p. 78) intersetoriais e transversais a partir de órgãos governamentais e da sociedade civil. As conferências também possuem o papel de sistematizar as demandas, tornando públicas as interações entre movimento social e Estado. Enquanto transversais, as pautas de combate ao racismo e igualdade racial foram alocadas em diferentes áreas (saúde, educação, moradia); no sentido intersetorial, as pautas foram articuladas entre os setores (com diferentes órgãos). Matilde Ribeiro aciona a interseccionalidade em políticas públicas como metodologia de trabalho.

Buscando a base de leitura em **Carla Akotirene** (2018), podemos dizer que, enquanto uma mulher negra e fora da classe rica brasileira, a vida de Matilde Ribeiro aciona a interseccionalidade de raça, gênero, classe e outras categorias como forma de experiência. Ao se tornar Ministra, essas experiências não terminam, elas continuam e servem de parâmetro para a operacionalização da ação pública. Isso inclui dizer que o racismo e o sexismo não cessaram na vida de Matilde Ribeiro apenas pela posse em um cargo de destaque. Em seu trabalho, a sua responsabilidade era avaliar como essa interseccionalidade permeava a vida de diferentes grupos populacionais assistidos pela SEPPIR/PR. Além de imprimir a visão decolonial na atuação de outros órgãos, ela posicionou a interseccionalidade em políticas públicas.

4.1.3 - O racismo estrutural como ferramenta para apagamento de trajetória

Em todo o momento, citamos aqui o jogo político que está impresso nessa forma de pensar a SEPPIR/PR, criá-la, ter acesso ao cargo e realizar o trabalho. Em alguns momentos, esse jogo foi ainda mais forte e doloroso em termos pessoais. O nível de espetacularização para a saída da professora Matilde Ribeiro do cargo de gestão estava relacionado com dinâmicas racistas profundas. A professora Matilde Ribeiro foi acusada de estar envolvida em uma atividade ilícita em torno do uso de cartões corporativos e isso intensificou avaliações sobre a relevância de existência da SEPPIR/PR, para além de ter causado impactos danosos em sua vida pessoal, lançando aspectos de julgamentos sobre a sua imagem pública.

Renísia Garcia-Filice (2013) afirma que a mídia retroalimenta a ideia deturpada sobre a vida de pessoas negras no Brasil. Em relação à forma de tratamento⁴⁸ recebida por Matilde Ribeiro no caso de uso dos cartões corporativos não foi diferente. A mídia usa palavras como “insinuou” (GLOBO, 2008) para identificar uma denúncia de racismo feita pela ex-Ministra Matilde Ribeiro, desconsiderando o fator de suma importância que é a existência de uma secretaria de estado com status de ministério sem as condições necessárias para o seu funcionamento dada a sua abrangência nacional e internacional. Em falas anteriores compartilhadas aqui, a ex-Ministra afirma que, no dia seguinte à sua chegada à SEPP/PR, ela precisou buscar todos os recursos possíveis para a realização do trabalho.

Essa é a realidade em diferentes postos de trabalho em que se encontram “gestores proativos”. Os recursos disponíveis no espaço público são escassos para a quantidade de demandas que fazem parte do ofício. Isso leva gestores (as) a usarem recursos financeiros de seu próprio bolso para a realização de atividades simples, como, no caso da educação, passeios escolares a museus ou a realização de atividades para o Mês da Consciência Negra. Muitas dessas atividades feitas ao longo do ano para a aplicação da obrigatoriedade do artigo 26-A da LDBEN nas escolas posteriormente recebem prêmios e fomentam recursos para a própria escola ou para o Estado, como é o caso do Programa Mulheres Inspiradoras, criado pela professora **Gina Vieira**, da Regional de Ensino da Ceilândia, Distrito Federal, e que se tornou parte do currículo de formação de profissionais da educação da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). No caso de Matilde Ribeiro, houve a tentativa de apagamento de sua trajetória através do racismo estrutural.

Setores midiáticos pegaram muito pesado em relação a analisar os cotidianos do governo e dos ministérios. Eu saí em meio a um escândalo que foi o dos Cartões Corporativos e me custaram muito, mas eu já vinha para mais de cinco anos de trabalho na SEPP/PR. Muitas das ações que vieram a se *concretizar depois já estavam desenhadas já estavam grafitadas*. Então, o sentimento foi de uma parada em que eu fiquei de fora vendo o barco andando e seguindo os rumos que depois vieram em resultar no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). Então, a coisa não parou. Diante de uma investida ousada dos setores midiáticos que queriam encontrar problemas, inclusive, onde não tinha, foi necessário esse afastamento para que o barco continuasse. Esse foi o sentimento (RIBEIRO, 2020, grifos nossos).

⁴⁸ Matilde diz que foi induzida ao erro ao usar cartão corporativo. Globo, G1. 01/02/08 - 16h25 - Atualizado em 01/02/08 - 16h56 Disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL283768-5601.00-MATILDE+DIZ+QUE+FOI+INDUZIDA+AO+ERRO+AO+USAR+CARTAO+CORPORATIVO.html>>

4.3 - SANKOFA: O QUE VEIO DEPOIS?

Uma política extremamente relevante que veio depois da gestão da ex-Ministra Matilde Ribeiro e foi desenhada desde a abertura da SEPP/PR, dada a sua efetividade na Universidade de Brasília (UnB) e outras Instituições de Ensino Superior, é a Lei de Cotas no Ensino Superior, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Sobre Sankofa, Matilde Ribeiro considera, a nosso pedido, deixar uma mensagem sobre a mulher que veio na sequência, **Luiza Helena Bairros**. Tínhamos interesse também em saber se houve contato e articulações com **Nilma Lino Gomes**⁴⁹, ficando revelado que “nossos passos vêm de longe” (WERNECK^b, 2019).

Antes da Ministra Luiza Bairros tiveram os Ministros Edson e Elói. Você está dando ênfase para as mulheres, está correto, mas não podemos esquecer que não foi imediato. Luiza era uma pessoa muito inteligente, com muita energia para a construção desse trabalho, com muita experiência também. E a representatividade das mulheres torna-se muito importante para quebrar barreiras históricas. Então, tanto a entrada da Luiza Bairros quanto as três situações vividas, a minha, da Luiza e da Nilma, são situações que demonstram que é possível fazer diferente, que a história não é construída só por homens. Então, nesse sentido, a inserção da Luiza foi muito importante. Considerando nosso histórico, das 3, que embora em áreas diferentes, mas sempre em uma atuação de interferência na agenda política nesse período contemporâneo, considerando esse histórico, dá para dizer que há uma conexão de proposições e de ações. Mas eu não tive nenhuma participação direta em nenhuma das gestões, nem da Luiza nem da Nilma, mas ocorreu diálogos, sim, entre nós, como trocas de experiências e identificação de convergências do ponto de vista da análise da agenda política e da importância dela (RIBEIRO, 2020, grifos nossos)

O diálogo sobre Feminismo e Movimento de Mulheres e outras teorias e práticas de direitos sempre está sendo apagado por discussões que colocam as mulheres distantes de homens, esquecendo que o mesmo patriarcado e machismo que violenta as mulheres também violenta homens. Enquanto as mulheres são subjugadas, homens são levados a manter posicionamentos em nome de uma pretensa masculinidade que não os auxilia. Existem inúmeras violências sociais em relação às mulheres, às pessoas transexuais e tantas outras questões relevantes.

Matilde Ribeiro chama atenção sobre um fato que estávamos cientes durante a nossa escrita: o quanto nossas caminhadas são coletivas e foram feitas com embates, desencontros,

⁴⁹ Nilma Lino Gomes também é ex-Ministra da SEPP/PR, professora atuante na pauta de igualdade racial e combate ao racismo na Educação Básica e no Ensino Superior, enquanto “gestora proativa” (GARCIA-FILICE, 2013)

acordos e desacordos com o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras. Assim, ela apresenta a afirmação sobre uma construção possível em coletivo, com diferentes grupos entre homens e mulheres, pautada na não exploração.

No começo de sua atuação, como citamos nessa dissertação, Matilde Ribeiro esteve com **Abdias Nascimento** dialogando sobre quais estratégias seriam ideais ao ser empossada no cargo de Ministra da SEPPIR/PR. Nos chama atenção a visão de que conexões de ações são continuidades. Ainda que não tenha incidido na atuação de Luiza Bairro e Nilma Lino Gomes, Matilde Ribeiro esteve em momentos anteriores com ambas, especialmente Luiza Bairros, em encontros do Movimento de Mulheres Negras. Nilma Lino Gomes atravessou outra etapa politicamente dolorosa para o movimento social, o que comprova não só o Racismo Estrutural, como também a força do patriarcado e das memórias coloniais no Brasil.

A desconstrução das agendas vindas desde 2015, durante os ataques ao Governo da Presidenta Dilma, gerou impactos na caminhada construída na época de Matilde Ribeiro e foi sentida por Nilma Lino Gomes. Nosso questionamento à professora Matilde Ribeiro é: Quais são as percepções sobre o cenário brasileiro durante sua atuação? Quais são as percepções sobre o cenário brasileiro atual?

Na época, nós tivemos um salto importante no reconhecimento da existência do racismo, da necessidade de atuação nesse caminho para alteração dessa situação histórica e isso levou às conexões entre as políticas de igualdade racial e as políticas públicas de maneira geral. O que não acontece no momento atual. O momento atual é de desmonte. É de desconsideração de construção histórica e coletiva. Então, para mim, esse é o grande diferencial entre os dois momentos (RIBEIRO, 2020, grifos nossos)

O atual projeto de poder estabelecido no Brasil nos leva às trajetórias vividas em períodos coloniais e de intenso silêncio sobre as desigualdades sociais. O esforço técnico e de conteúdo que estrutura as políticas públicas de combate ao racismo e igualdade racial está em constante desconstrução. Isso não significa que durante a criação da SEPPIR/PR tudo estava estabilizado, vide a memória que Matilde Ribeiro apresenta sobre algo básico que é a falta de recurso. De todo modo, estamos perante o Racismo Estrutural em que o Estado operacionaliza o que é básico e, em uma mudança de governo, o mesmo Estado desconstrói o que estava sendo implementado.

4.4 - SANKOFA: O QUE VIRÁ?

Neste trabalho, quis imprimir uma noção de trajetória de mulheres que atuam em ativismo, academia e políticas públicas, para mostrar que pode ser que nós não imaginemos que chegaremos em alguns espaços, mas nós temos uma vivência, ainda que não seja uma trajetória fácil. Sankofa é uma das ferramentas que cruzam o nosso trabalho para pensar sobre isso do começo ao fim e, em minhas perguntas finais, desejei saber o que a professora Matilde Ribeiro diria para ela no passado, criança ou adolescente, aquele ser que não imaginava ter essa perspectiva de agora e quais são as palavras de futuro. Aproveitamos para saber o que teria dito à Luiza Helena Bairros, caso estivesse em vida conosco e às negras jovens brasileiras.

Matilde Ribeiro tanto teve a mudança em sua própria trajetória como é referência para as mudanças que ocorrerão e que ainda estão para ocorrer do ponto de vista de políticas públicas e experiências pessoais de estudantes e profissionais que possuem contato com a história dessa atriz pública.

No começo de minha atuação enquanto ativista, eu acreditava que a estética não era um caminho possível para a mudança social e política na vida de pessoas negras. Algo que esqueci ao pensar assim foi que durante o ensino médio eu comecei a minha transição capilar. Chegando na Universidade de Brasília (UnB), conheci muitas pessoas negras e uma delas me incentivou muito a cortar o cabelo extremamente curto e deixá-lo crescer naturalmente. Essa é a prova de que a estética é um ponto de mudança política e estrutural na vida de pessoas negras, especialmente, mulheres negras.

A ex-Ministra usa a estética como exemplo de algo que era previsível de transformação como impacto das políticas públicas e, de fato, isso aconteceu. Atualmente (2020), ainda que estejamos lutando pela valorização da escrita negra, existem escritoras e escritores de diferentes áreas, sendo pessoas indígenas e negras, com obras desenvolvidas e compartilhadas no campo da Educação Básica e do Ensino Superior. Pautar a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena é inegável, mesmo que esse debate cause embates cruéis em campos interpessoais e estruturais em instituições como a escola. À fala final de Matilde Ribeiro, não há nada que possamos adicionar. Deixemos que essa voz ecoe e fale por si mesma.

Olhando para trás dá para ver que a mudança, o avanço, no campo das políticas de igualdade racial acontecerá de alguma maneira. Vou usar como exemplo, quando eu era criança, o cabelo do nosso tipo era considerado um cabelo ruim, era feio. Não era valorizado esteticamente. Hoje em dia é a nossa cara, a nossa forma de expressão, com garra a partir dos avanços políticos que levaram a essa condição. Então, isso é bom, é valorizativo. E para o futuro, o que eu penso, novas estratégias precisam ser elaboradas, por que nós vivemos em um momento de perdas de nexos na nossa vida política. Então, as experiências já estão dadas já são existentes e a atuação deve continuar, inclusive, com novos aprendizados, no campo da tecnologia, das novas formas de comunicação. Enfim, isso tudo deve fazer parte de processos futuros. Eu

diria à Luiza que o aprendizado que nós tivemos como gestoras públicas... ele nos tornou mais fortes para o enfrentamento das discriminações e desigualdades. Então, usássemos isso a favor.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo deveria se chamar continuidades, à espera de que nosso estudo possa impactar reflexões e vidas que acreditam na educação como potencial transformador. Nesses momentos de continuidade dessa escrita, espera-se que, ao dizer “nós” e “nosso (s)”, o aspecto coletivo de realização da pesquisa seja sempre preservado.

Primeiramente, o pronome “nós”, em termos coletivos, pode surgir para indicar que, quando falamos sobre a população negra, estamos falando de quem somos. Quando dizemos que somos nós as pessoas com histórico de escravização/trabalho forçado, queremos afirmar que, apesar de não termos sido os corpos açoitados no início de formação dessa terra, somos os corpos que guardam as memórias energéticas, emocionais, espirituais e materiais desses acontecimentos. Mesmo que nossos corpos não tenham sido alvejados à época da escravidão, o Racismo Estrutural ainda nos impõe as lógicas violentas e excludentes. Portanto, o que sentimos e como refletimos sobre isso merece o posicionamento ético e, sobretudo, respeito para leitura/escuta.

Em segundo lugar, quando ditamos o “nosso (s)”, certamente há ligação com nossa caminhada, que é de longa data e não está só relacionada às memórias de dor, mas também às memórias de realização, sendo este texto uma dentre tantas execuções que são nossas. Dessa forma, iniciamos a conclusão e as recomendações finais com essa primeira orientação, que é fruto da perspectiva decolonial de nossa intensa dedicação à efetivação deste trabalho.

Estamos certas de que a população negra se constitui no Brasil como resultado da violência transatlântica e, ao mesmo tempo, nossas vidas vão para além disso. Nossas histórias vão para além da dor. Nós estávamos em nossos espaços e fomos arrancadas de nossas vivências para a realização do trabalho forçado em um lugar desconhecido. Tal realidade impôs, ao que antes eram povos, a homogeneidade eurocêntrica. Tudo isso baseado em sistemas políticos excludentes, descaracterizando a história de cada grupo que aqui chegou e foi levado a trabalhar forçadamente em campos rurais e cidades. Isso limitou infinitas possibilidades sociais imagináveis para inúmeras gerações. O discurso de colonialidade e a ação de colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2018) em todo tempo caminharam juntos, de forma a retirar a população negra da participação social.

Construíram a ação pública e as relações interpessoais com base nas dinâmicas de invalidar qualquer subjetividade diferente da eurocêntrica. Maldonado-Torres (2018) faz a análise da colonialidade e como ela nos afetou. Diante à minha experiência pessoal e profissional como professora, com o apoio desta pesquisa e observando nossa realidade atual

(2020), a colonialidade em sua “exploração, dominação, expropriação, extermínio, naturalização da morte, tortura e estupro” (p. 43) não beneficiou a população negra e os povos indígenas como quem sofreu a violência, mas também não representa nenhuma saída para os que investem na violência como alternativa, dado ao fato de que vivemos no mesmo espaço natural. Os nossos espaços naturais podem se reinventar, mas o patriarcado, o racismo, o sexismo, o machismo e demais violências estão determinando males irreversíveis nos corpos e relações humanas. Somos uma sociedade completamente insatisfeita e ansiosa.

Em minha vivência, a colonialidade atuou como na vida de outras pessoas que fazem parte da população negra e indígena. Durante toda a minha infância, escutei que pessoas negras deveriam se casar com pessoas brancas para clarear a cor, a raça. Ouvi falas sobre o meu cabelo ser ruim até o ponto de alisar. Também ouvi comentários sobre o meu nariz, sobre a cor da minha pele. Ao longo dos anos, ouvi sobre a minha orientação sexual, sobre minhas escolhas enquanto mulher. Eu vi meus avós não terem acesso à educação. Ouvi as histórias de minha mãe ser empregada doméstica e, muito tempo depois, a vi estudar ao mesmo tempo que cuidava de crianças. Vejo o meu pai muito animado com o mundo ao redor de sua própria vida, superando inúmeras barreiras enquanto homem negro e pessoa com deficiência, mas com pouquíssimas possibilidades de realizações de seus sonhos, inclusive, continuar a estudar. Todo esse histórico tem relação com o patriarcado e o racismo, em que crianças aprendem a excluir outras pessoas, inclusive, outras crianças desde o berço de suas famílias; há, ainda, relação direta com a implementação de políticas, como o Decreto nº 1.331 (BRASIL, 1854).

Tanto os documentos oficiais narram esse histórico de racismo e exclusão quanto os escritos de Carolina Maria de Jesus em “Diário de Bitita”, de Conceição Evaristo em “Insubmissas Lágrimas de Mulheres” e de Rui de Oliveira e Nilma Gonçalves Lacerda em “Pena de Ganso”; eles comprovam como mulheres negras e pobres eram tratadas e retratadas, e ainda o são. A forma como a ausência educacional afeta a vida das pessoas por gerações está nessas obras. Elas ainda comprovam o racismo e o sexismo vivido na construção e manutenção do Estado Brasileiro. Foi através dessas leituras e de outras pesquisas, ainda estudando na graduação quando estive nas aulas de Organização da Educação Brasileira (OEB), na Faculdade de Educação (FE), da Universidade de Brasília (UnB), que tive contato com o Decreto nº 1.331 (BRASIL, 1854) e posso afirmar que não há prazer algum em conhecer a colonialidade e o colonialismo de perto. Ter conhecimento de estratégias de mudança dessa realidade certamente transformará muitas vivências.

Durante todo o período de escravização, a população negra teve, em seu ciclo, pessoas que se empenharam e fortaleceram grupos para a emancipação do povo. São essas memórias

que possuímos sobre **Maria Felipa, Aqualtune**, dentre outras figuras que foram citadas ao longo do trabalho. Todas essas memórias formam o ímpeto de fazer com que o Estado se responsabilize pela tragédia que foi a escravidão no Brasil, bem como seja ativo no processo de reparação histórica desse cenário. Essas memórias são importantes para que, a partir dos anos 1980, logo após o período de Ditadura Militar e abertura política, o Brasil começasse a ser palco de mudanças impulsionadas pela pressão de movimentos sociais já atuantes em anos anteriores.

A memória estabelecida através do trabalho de ativismo científico de cada autor negro, autora negra e pesquisadores (as) proativos (as) que contribuíram com essa escrita fomentou a nossa possibilidade de compreender que o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras possuem um modo particular de atuação em suas trincheiras de luta. Tais trincheiras estão relacionadas com a atuação junto ao Estado e com elementos sociais e cotidianos mais íntimos em suas comunidades. Reconhecer que essa atuação é uma modalidade de Ação Pública que impulsiona Políticas Públicas poderia ser feito apenas pelos exemplos dados na obra de cada um (a) desses (as) autores (as). Porém, conseguimos nos apoiar nesse trabalho e ampliar por vias diversas o nosso caminhar científico.

Estamos somadas a tantas outras obras que, daqui para frente, recomendamos e concluímos:

- i) A afirmação científica de que pesquisadoras e ativistas negras possuem uma quantidade extensa de documentos que registram a história da população negra e como essa se organizou. Assim como a escrita de **Joselina Silva** (2014) nos convidou, convidamos outras à essa continuidade. Inclusive, informando que todo o conteúdo documental utilizado neste trabalho está em domínio público, com ressalvas de documentos que não encontramos mais no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atual órgão que coordena a SEPPIR/PR;
- ii) Existem resultados palpáveis do que pesquisadoras e ativistas negras fizeram em forma de Políticas Públicas em voga nesse momento no Brasil e com impactos internacionais de modelo de política a serem aplicadas em termos de combate ao racismo e à equidade racial;
- iii) O que as pesquisadoras e ativistas negras registraram, registram, fizeram e fazem coaduna com o campo teórico sobre Ação Pública e Políticas Públicas dos (as) autores (as) tidos (as) como referencial no tema escolhido para esse trabalho;

- iv) O Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras sempre estiveram em momentos decisórios de disputa política diante do Estado e aqui podemos ter parte dessa memória.

Uma memória registrada e relevante sobre a transição pública do período de 1980 a 1988 são os trechos do filme “Índio Cidadão?” (SIQUEIRA, 2017), em que Ailton Krenak ainda jovem, em 04 de setembro de 1987, pressiona a Assembleia Nacional Constituinte para o reconhecimento dos povos indígenas, o que resultou nos artigos 231 e 232 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Em nosso trabalho, o movimento social foi representado sumariamente pelo Movimento Negro e pelo Movimento de Mulheres Negras Brasileiras. Na atuação desses grupos, a Constituição de 1988 recebeu o artigo 215, que trata da proteção das manifestações culturais de pessoas negras e indígenas. A CF/88 garantiu a tratativa de determinados direitos, porém ainda há muito a ser realizado pela manutenção de memória e reparação histórica para as populações excluídas do Brasil.

O MN e o MMNB são dois campos de formação política para estruturação de metodologias de combate ao racismo e equidade racial dentro das comunidades perante o Estado. Juntos se tornaram responsáveis pela realização de encontros, reuniões, conferências, marchas, manifestações e outras mobilizações regionais, nacionais e internacionais. O MN e o MMNB são reconhecidos como fomentadores de ações afirmativas. Com o trabalho do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras – que aqui decidimos por apresentá-los como comuns de atuações particulares – em 2003, quinze anos após o estabelecimento da Constituição Federal, algumas demandas sociais começam a se consolidar como Políticas Públicas antirracistas e antissexistas. Nesse ínterim, mulheres negras se tornam protagonistas no movimento social, em suas comunidades e em atuação junto ao Estado brasileiro.

Neste trabalho, foi esse histórico de ação pública e implementação de Políticas Públicas que apresentamos. Decidimos, fazendo uso da Sankofa e da ferramenta da Interseccionalidade, relatar o processo de articulação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (SEPP/PR) em transversalidade e intersetorialidade com áreas e órgãos distintos via a participação política da ex-Ministra Matilde Ribeiro enquanto sua primeira gestora. Esse escopo serviu para evidenciar a interseccionalidade de raça, gênero e classe nas políticas públicas educacionais, com vistas a contribuir com a implementação do art. 26-A da LDBEN 9394/96.

Este trabalho possui funções históricas, educacionais a nível básico e superior, institucionais e de ativismo. Todas essas bases constroem a ação pública e fomentam a

avaliação e a implementação de políticas públicas. A expectativa é que esse trabalho possa auxiliar a gerar memória institucional sobre os 17 anos da SEPP/PR e fortaleça os registros sobre a atuação ativista e profissional tanto da ex-Ministra Matilde Ribeiro quanto de gestores e gestoras que estiveram ali ou que atuam com a Política de Igualdade Racial. Esse escopo servirá para reafirmar os motivos que fazem as 32 ações – encontradas por nós – realizadas no período de Matilde Ribeiro e as que vieram antes e depois como extremamente necessárias. Portanto, temos essa dissertação e a cartilha “Quando uma Mulher Negra Senta à Mesa: Matilde Ribeiro em Ação” para exibir nossos objetivos e resultado

O atual (2020) cenário de políticas públicas no Brasil apresenta perplexidade, se comparado ao breve passado recente que possuímos. Políticas públicas como Cotas Raciais para o Ensino Superior ou Concursos Públicos sempre foram questionadas como reflexo da estrutura do racismo. Sempre existiram debates incitando à dissolução dessas ações. Ainda que diante de questionamentos, foram poucas as possibilidades de tornar medidas como essas inválidas, pois o conjunto de atores e atrizes que integravam o Estado nos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), enquanto gestores (as), e a Sociedade Civil, como movimentos sociais, conseguia dialogar sobre a relevância dessas políticas como uma forma de promover justiça e reparação social sob anos de escravização.

Como vimos, a interação entre Estado e Sociedade Civil, composto por governos, movimentos sociais e seus representantes, é constituída por jogos políticos e decisões complexas. Porém, para um (a) “gestor (a) proativa” (GARCIA, 2013), o acesso a direitos básicos deveria ser inquestionável. É da natureza da ação pública e das políticas públicas que a operacionalização dessas sejam avaliadas para possíveis reformulações, caso seja necessário.

A realidade social muda após a aplicação de uma política pública e, além disso, considerando a realidade de cada público que acessa uma política, a avaliação precisa ser ainda mais rigorosa para compreensão de seus impactos e mudança de estratégias, como correção de orçamento ou disponibilidade de mais gestores (as) para cuidado da política. Isso é feito visando à melhora do que já existe, e não à retirada do básico que foi realizado.

O que estamos testemunhando aponta que o processo técnico e prático de construção de políticas públicas está em declínio em certa medida. Essa avaliação é feita a partir do que temos de registro sobre o posicionamento público e a ação de quem está na gestão do Estado nesse momento.

A atuação pública da ex-Ministra Matilde Ribeiro apresentada neste trabalho aponta suficientemente a noção de que o exemplo e a postura são tão importantes quanto a prática. Os inúmeros discursos pautados na colonialidade vindos da gestão de governo do Brasil (2020)

são o contraponto mais concreto sobre como o país retrocedeu no campo do debate e na implementação de políticas públicas em áreas como educação, saúde, emprego/renda, moradia, agricultura, transporte, entre outras. Via interseccionalidade de raça, gênero, classe e demais categorias, quando diante de discursos que retomam a colonialidade, as políticas públicas produzidas com o apoio da SEPPIR/PR são abaladas diretamente.

Tomamos como exemplo, há o fato de que, à época da atuação da ex-Ministra Matilde Ribeiro, os setores midiáticos faziam avaliações sobre a aplicação de políticas públicas de igualdade racial e combate ao racismo, bem como fizeram com o caso de uso dos cartões corporativos até levar à saída de Matilde Ribeiro da SEPPIR/PR. O que se percebe hoje, pelo contrário, é um certo compartilhamento do que acontece com atuais gestores e gestoras do poder público, porém sem afetação à continuidade do que está sendo feito e muito menos sem qualquer impacto relevante à imagem dessas pessoas. Indo além do contexto de como o racismo apaga a imagem histórica de uma pessoa negra, o discurso propagado atualmente gerou a produção de ações públicas.

Esse discurso afetou a função da SEPPIR/PR e da Fundação Cultural Palmares. Para além das mudanças em termos funcionais, as ideias sobre a relevância dos espaços também foram alteradas. Diante disso, muitas tentativas de extinção de determinadas políticas começaram a surgir. Na cidade de São Paulo⁵⁰, um Projeto de Lei municipal (PL 19/2019) tem como objetivo o fim da Lei de Cotas Raciais destinadas em 20% de vagas em concursos públicos. Todavia, essa estratégia causou repercussão em votação e foi arquivada. Em todo caso, falas em prol de violação de direitos e da exploração do trabalho e da vida de mulheres reforçaram a proposição de ações que afetem políticas públicas que visam reparação histórica especialmente e essencialmente para a população negra.

Pode-se afirmar que estamos vivendo, nesse momento, a retirada da ferramenta Sankofa e da Interseccionalidade da mesa das políticas públicas. O Brasil retorna ao ponto em que a sociedade era compreendida como fruto de uma única história. Raça, gênero e classe continuam a excluir pessoas diariamente na condição de seres sociais no país. Porém, a construção de políticas públicas deixa de observar esses eixos interseccionais para solicitar uma pretensa integração nacional, usando a meritocracia como principal metodologia. Ainda que gerenciados por mulheres e pessoas negras ou indígenas, a garantia dos direitos, diante do discurso de integração nacional e meritocracia, não está contemplada.

⁵⁰ Vereador Holiday sofre derrota na Câmara de SP ao tentar dar fim à Lei de Cotas. CUT-SP, 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://sp.cut.org.br/noticias/vereador-holiday-sofre-derrota-na-camara-de-sp-ao-tentar-dar-fim-a-lei-de-cotas-bd9c>

Lélia Gonzalez (1982) vai nos evocar em “multiplicidade” (p. 18). Isso quer dizer que pessoas negras, por terem diferentes origens e vivências, terão distintas formas de encarar o mundo. **Achille Mbembe** (2017), Nelson Maldonado-Torres (2018), Walter D. Mignolo (2014), María Lugones (2014), **Kimberlé Crenshaw** (2002, 2004) e **Carla Akotirene** (2008), em conjunção, estão nos informando que as violências vividas no patriarcado, na colonialidade, no racismo e no machismo tanto são individuais quanto são coletivas. Essa é a principal razão pela qual chamar atenção ao tópico da existência de “gestores (as) proativos (as)” (**GARCIA**, 2013) também tem relação com a maneira que as construções de consciências individuais se refletem em proposições coletivas. Trata-se da prova mais perceptível de que o racismo se reinventa a partir da demanda excludente que surge e que o combate ao racismo deve permanecer ultra vigilante diariamente.

A SEPPPIR, criada em 2003, seguindo uma visão popular, recebia críticas em seus primeiros momentos para que a sua perspectiva fosse sempre melhorada. Atualmente (2020), com a extinção de conselhos de participação popular, no básico da consulta pública e interação entre movimentos sociais e o Estado, o que notamos é retrocesso.

Diante de todo esse histórico de políticas públicas, está declarado que existem pautas que são inegociáveis. Dentre essas pautas, está a educação antirracista. Ainda que diante de um desmonte das Políticas Públicas, essa etapa de atuação da SEPPPIR/PR, entre 2003 a 2008, expressa a trajetória do debate racial no Brasil. Pode-se dizer que as etapas do debate racial no Brasil pós-abolição são reconhecer que:

- i) o Brasil é um país que acreditou na democracia racial e é um país essencialmente racista; e
- ii) o Estado é o responsável por impulsionar a reparação de danos causados pela escravidão.

Ter o conhecimento sobre essas duas etapas significa que tanto o Estado quanto a sociedade estão informados sobre as consequências de tamanha violência contra o povo negro. Porém, todas essas problemáticas estão distantes de serem sanadas, pois não basta se reconhecer como propagador de racismo, é preciso atuar no combate dessa e demais violências que tem como raiz a colonização⁵¹.

⁵¹ No decorrer da finalização desse texto, a autora teve contato com a programação do encontro “Branquitude: Racismo e Antirracismo”, organizado pelo Instituto Ibirapitanga. Uma das sessões do encontro contou com a participação das professoras **Cida Bento**, autora da tese “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002), e Robin DiAngelo, autora de “White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism” (Fragilidade Branca: Por quê falar sobre racismo é tão difícil para pessoas brancas?) (2018) e “Não Basta Não Ser Racista - Sejamos antirracistas” (2019). Portanto, a passagem convite “não basta se reconhecer como propagador de racismo, é preciso atuar no combate dessa e demais

Assim como Maldonado-Torres (2018) e **Patricia Hill Collins** (2018), através dessa leitura, convidamos pessoas interessadas nos estudos da Ação Pública e do exercício do serviço acadêmico a atuar nas vias da “analítica da decolonialidade” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 50) e da valorização do conhecimento situado (COLLINS, 2018). Desejamos a construção de um novo mundo que acolha “o ativismo social, o amor, a raiva, o questionar, o pensar, o teorizar, a arte, a espiritualidade e a cultura” de condenados (as) (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 50).

Para aumentar as possibilidades de manutenção do debate sobre combate ao racismo, convidamos à reflexão sobre as limitações da academia que usa a estratégia de um modelo específico de citações e referências para levantar a bandeira sobre a preservação de direitos autorais, porém aplica muito pouco a escrita de mulheres negras que estão em suas dependências e são constrangidas a usarem referências que não as compreendem como partícipes.

Existem conflitos acionados pelas práticas racistas, sejam elas institucionais ou interpessoais. Existem outras etapas atreladas às primeiras políticas públicas a serem realizadas para garantir que o Brasil se torne um país mais equânime para os diferentes povos e populações que aqui vivem. Em estudos futuros, poderia se recomendar reflexão sobre como o conceito de diversidade foi desgastado, utilizado sem a profundidade necessária. Primeiro, capturado pelo mercado para garantir a manutenção de rendimentos, apenas por ter se tornado regra. Depois, desfigurado pelo mesmo mercado para garantir lucros, especialmente, com a imagem de mulheres negras.

No aproveitamento dessa reflexão, o termo igualdade também poderia ser revisitado. Este com maior zelo, pois, como pessoas negras, em nossas memórias ancestrais sabemos que somos elementos tão importantes quanto à natureza na terra. Por isso, somos iguais, mas como **Lélia Gonzalez** (1982) apontou, nós temos “multiplicidade” (p. 18).

violências que tem como raiz a colonização” pode ser apontada como reflexo do que o Movimento de Mulheres Negras tem comunicado nesse momento, ainda que o acesso as obras ainda seja restrito para determinados públicos, como eu que ainda não tive oportunidade de acessar, mas fui impactada por escritos das autoras sem que soubesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coleção Feminismos Plurais. Editora: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Lady Christina de. Autonomia e Protagonismo: a experiência de intelectuais/ativistas negras brasileiras. 2014, p. 107-122. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras: escritos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014, 224p.

ALVES, Daiane Souza; SOUZA, Edileuza Penha de; SANTOS, Izete; SANTOS, Katia Regina da Costa (orgs.). *Promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo*. Brasília: Editora IABS, 2018, 120 p.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Formação estratégica: as políticas públicas a partir das práticas. FACECLA | Campo Largo – PR, Brasil. *RECADM* | v. 10 | n. 1 | p. 47-63 | Maio/2011. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/638>> Acesso em: jul de 2020.

BARROS, Miguel de. Tecer redes à procura de um novo mapeamento cognitivo contrarracista, p. 07-11. In: OLIVA, Anderson Ribeiro (org.) [et al.]. *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção Cultura Negra e Identidades)

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e Pensamento Afro-Diaspórico*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2018.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Debora Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. *A transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades*. Brasília, 2016.

BRASIL, 2004. *Decreto nº 5.159*, de 28 de julho de 2004

BRASIL, 2019. *Decreto nº 9.673*, de 2 de janeiro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9673.htm#art10

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, 1988. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1>

BRASIL, *Decreto de 20 de novembro de 1995*. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm>

BRASIL, *Decreto nº 1.331 A - de 17 de Fevereiro de 1854*. Portal da Legislação. Poder Executivo Federal, 1984. Disponível em:
<<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/196781-approva-o-regulamento-para-a-reforma-do-ensino-primario-e-secundario-do-municipio-da-curte.html>> Acesso em: ago de 2019.

BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001, Durban, África do Sul. *Declaração de Durban e plano de ação*. Brasília, Ministério da Cultura, 2001.

BRASIL. IBGE. *Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017*, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf>. Acesso em: jul de 2019.

BRASIL. IBGE. *Revista Retratos*, a Revista do IBGE, de nº 11, 11 de maio de 2018. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: jul de 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CAETANO, Lázaro Danilo. *Ativismo institucional em torno dos instrumentos de ação pública: os critérios de inclusão racial no serviço público federal*. Universidade de Brasília, Brasília, 2017. (Trabalho de conclusão de curso).

CESTARI, Mariana Jafet. *Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho (1985)*. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/67403#text>>

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e Pensamento Afro-Diaspórico*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2018, p. 139-170.

CRENSHAW^a, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>

CRENSHAW^b, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª Edição. Porto Alegre, Artmed, 2007.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo; DAROIT, Doriana. Dos nexos efêmeros ao fazer estado: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. *NAU Social*, v. 8, n. 15, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/681/497>

CULTNE DOC - VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe. In: *CULTNE ACERVO*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UTMntN2jOVs>>.

DAVIS, Angela, 1944-. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -. São Paulo : Boitempo, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria. *Diário de Bitita*. Editora SESI-SP; 1ª Edição (1 janeiro 2014)

DINIZ, Debora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2 Ed. rev. Brasília: LetrasLivres, 2013, 108p.

DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e

adolescente, direitos humanos e saúde. *Lua Nova* [online]. 2018, n.105, pp. 47-80. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-047080/105>>.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Editora Nandyala, Belo Horizonte, 2011.

FIGUEREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. In: *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

GARCIA, Renísia Cristina. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira*. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2010.

_____, Renísia Cristina. Políticas educacionais, cultura e relações étnico-raciais: a implementação do artigo 26-a da lei de diretrizes e bases da educação nacional no 9.394/1996. In: SILVA, Tatiana Dias; LIRA, Fernanda (org.) *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes – Brasília: Ipea, 2013.*

_____, Renísia Cristina; CARNAÚBA, Rayssa Araújo. Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e antirracista, p. 109-132. In: OLIVA, Anderson Ribeiro (org.) [et al.]. *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção Cultura Negra e Identidades)

GELEDÉS. *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. Brasil, 2014*. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contr-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>>

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na Última Década, p. 9-66. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR: módulo I*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

_____, Maria Luiza; ARAÚJO, Leia; BARRETO, Andreia (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR: módulo II*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

_____, Maria Luiza; ARAÚJO, Leia; BARRETO, Andreia (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR: módulo IV*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JORNAL DA MARCHA. *300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares*. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOMASP10199500X.pdf>>

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da Ação Pública*. EDUFAL, Maceió, 2012.

Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008.

Lei n° 12.796, de 4 de abril de 2013.

Lei n° 13.632, de 6 de março de 2018.

LUGONES, María. Colonialidade y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter ... [et.al.]. *Género y descolonialidad*. 2ª Edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 94.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. 2018, p. 27-53 In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras: escritos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014, 224p.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, Walter ... [et.al.]. *Género y descolonialidad*. 2ª Edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 94.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2002, p. 07-29.

NASCIMENTO, Alexandre do et al. *Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas: 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil*. 2. Ed. rev. e atual. Brasília: SEPIR; FCP, 2009.

ONU MULHERES. *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf>

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. Retratos do Brasil Negro. Coordenação: Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SARAIVA, Luís Augusto F. *Ubuntu e a Metafísica Vodum: o pensar filosófico a toques de tambor de mina*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. 2014, p. 13-39. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras: escritos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014, 224p.

SIQUEIRA, Rodrigo. *ÍNDIO CIDADÃO*, o filme, 2014. Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q>

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, agosto de 2014. DOI: 10.21057/repam. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299374412_Relacoes_raciais_racismo_e_politicas_publicas_no_Brasil_contemporaneo>

TV SENADO. *Matilde Ribeiro relata como foi a criação da Secretaria de Igualdade Racial*. Senado, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BxMoVlrbNn0>>

VELECI, Nailah Neves. *Cadê Oxum no espelho constitucional? Os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro*. Repositório da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Orientadora: Rita Laura Segato. Ago, 2017. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/25246/1/2017_NailahNevesVeleci.pdf>

WERNECK^a, Jurema. *Racismo Institucional: Uma abordagem conceitual*. Coordenação: Geledés – Instituto da Mulher Negra e Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

ONU, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>>

WERNECK^b, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (generado el 19 abril 2019).

APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Thânisia Marcella Alves Cruz, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação – Mestrado Profissional (PPGE-MP) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, com a matrícula n°. 18/0146670, responsável pela pesquisa cujo título (provisório) é **“Sankofa, políticas públicas e interseccionalidade: um estudo sobre Matilde Ribeiro, uma mulher negra na gestão da SEPPIR (2003 a 2008)”**, convido a senhora a participar como voluntária deste estudo, na condição de entrevistada.

A pesquisa realizada sob orientação da Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice objetiva compreender, em uma abordagem interseccional de raça, gênero e gestão, a atuação de uma mulher negra, acadêmica e ativista – Matilde Ribeiro - em cargo de gestão na SEPPIR/PR, entre 2003 a 2008, e de que forma suas experiências e trajetórias singulares foram mobilizadas para compor as políticas educacionais para a população negra, realizadas em suas gestões.

A participação nesse estudo é voluntária. A Sra tem liberdade de não participar dela ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, e sem necessidade de apresentar qualquer justificativa. Se a Sra concordar em participar do estudo, **sua identificação no mesmo somente será feita com o seu consentimento**. Caso contrário, seu nome e identidade, ou qualquer outro elemento que possa, de qualquer forma lhe identificar, serão mantidos em sigilo.

A participação consiste em conceder entrevista narrativa que será via WhatsApp, ligação telefônica, ou email – o que a Sra julgar mais conveniente, devido a pandemia e necessidade de isolamento social – que será gravada e transcrita. Indiretamente, pela sua inegável contribuição à história deste País, a Sra estará contribuindo com o seu testemunho para a o registro do caráter educador das ações do movimento negro, em alguma medida, seja da ação pública e das políticas públicas de educação voltadas para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial, bem como para a produção de conhecimento científico.

É assegurado o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, enfim, tudo o que a senhora queira saber antes, durante e depois da participação.

A pesquisadora responsável compromete-se a desenvolver a pesquisa, considerando os princípios éticos da pesquisa científica, conforme Resolução N°. 12/2009 do PPGE/FE/UnB, que dispõe sobre a Ética na Pesquisa.

Para finalizar, informamos que este estudo tem finalidade, exclusivamente, de pesquisa acadêmica e os dados obtidos por meio da entrevista serão analisados e utilizados unicamente para elaboração de uma dissertação de mestrado no PPGE-MP/UnB. Os resultados e conclusões obtidas na pesquisa, além de serem publicados na Dissertação de Mestrado, que será arquivada no acervo da Universidade de Brasília, poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários ou publicados em diferentes meios.

Feitos estes esclarecimentos, seguem meus dados para qualquer dúvida:

Pesquisadora: Thânisia Marcella Alves Cruz

Telefone: (xx) 9.xxxx-xxxx

E-mail: thanisiacruz@gmail.com

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, a qual esclareceu todas as minhas dúvidas sobre o estudo, acredito estar suficientemente informada sobre a minha participação, que é voluntária, e que posso retirar este consentimento a qualquer momento. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes, devido a possível identificação de meu sigilo por ser uma pessoa pública, e da garantia de confidencialidade (caso eu desejar) e de esclarecimentos, sempre que desejar.

Diante do exposto, expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo. Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e também declaro ter recebido cópia de igual teor.

Declaro ainda que:

() Autorizo que minha identidade seja divulgada na pesquisa

() Não autorizo que minha identidade seja divulgada na pesquisa

Assim, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou pagar por minha participação.

Brasília, _____ de _____ de 2020.

Assinatura da participante

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista aplicado à ex-Ministra Matilde Ribeiro
ROTEIRO ENTREVISTA

TÍTULO: SANKOFA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE MATILDE RIBEIRO, UMA MULHER NEGRA NA GESTÃO DA SEPPPIR (2003 A 2008)

Objetivo: Compreender, em uma abordagem interseccional de raça, gênero e gestão, a atuação de uma mulher – Matilde Ribeiro – em cargo de gestão na SEPPPIR/PR, entre 2003 a 2008, e de que forma suas experiências e trajetórias enquanto mulher negra, acadêmica e ativista foram mobilizadas para compor as políticas educacionais para a população negra.

Metodologia: A metodologia de abordagem qualitativa orienta-se pelo autor John W. Creswell (2007), que estabelece algumas possibilidades como modelo de projeto de pesquisa. O que Nelson Maldonado-Torres (2018) descreve como a “Analítica da colonialidade e da decolonialidade” será relacionada ao método qualitativo que avalia o “comportamento humano e os fatos” (CRESWELL, 2007, p. 202) para evidenciar a produção de ação pública concernente à atuação da gestora, entre 2003 e 2008 levando em consideração o conceito de interseccionalidade de raça, gênero e classe e a ideia de conhecimento situado de Hill Collins (2018), impulsionando uma construção decolonial.

Adota-se como metodologia a perspectiva Interseccional antirracista e antissexista (GARCIA FILICE; CARNAÚBA, 2019) nas entrevistas narrativas (CARNAÚBA, 2019), bem como na *análise documental* (Creswell, 2007), para verificar em que medida a trajetória pessoal dessas ativistas se conectou às suas funções de gestoras e atuantes na SEPPPIR, e como isso aparece em suas narrativas. Os documentos a serem avaliados em formato de Revisão Bibliográfica (CRESWELL, 2007), além da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) e da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas nas Instituições Federais), são os Decretos e Portarias tramitados durante o período de 2003 a 2008 na SEPPPIR/PR e em demais órgãos federais que contenham o teor educacional, antirracista e antissexista, além das ações elaboradas no período.

Eles poderão ser encontrados nas bases de dados do Governo Federal e em arquivos coletivos de membros do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras Brasileiras (MMNB). Considerando que diferentes órgãos foram dissolvidos, contar com o material conservado pelo MB e MMNB será crucial para estabelecer a linha do tempo dos acontecimentos dentro e fora do governo que subsidiaram as Políticas Públicas.

As entrevistas narrativas (CRESWELL, 2007) terão que ser a distância com a gestora Matilde Ribeiro. Nessas entrevistas pode ser que a gestora indique voluntariamente ou que seja solicitado dessa gestora que ela indique materiais complementares para a pesquisa.

QUESTÕES

Prezada Professora Matilde Ribeiro,

sinta-se à vontade para responder da forma que achar melhor.

1. Atuação Profissional e Ativismo Político

- 1.1. Como e quais elementos artísticos e literários impulsionaram seu modo de se organizar politicamente e afetivamente?
- 1.2. Você se imaginou sendo quem é, com a bagagem que possui e com a relevância que possui para a História recente do Brasil? Você tinha essa vontade?
- 1.3. Quais motivos da escolha da opção profissional?
- 1.4. Quais foram os principais canais de ingresso na área política? Fez parte de Coletivos? Se sim, continua fazendo parte de coletivos?
- 1.5. Quais foram seus primeiros contatos com a militância: experiências na juventude, na vida profissional, etc.)?
 - 1.5.1. Contato com a militância do movimento negro
 - 1.5.2. Contato com a militância do movimento de mulheres
 - 1.5.3. O que sabe sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), realizado em 1988?

2. Concepções sobre a SEPPIR

- 2.1. Origem do primeiro contato: houve articulação partidária?
- 2.2. Como foi receber a notícia que seria Ministra?
- 2.3. Como foi coordenar equipes sabendo que existem diferentes grupos de interesses na esfera pública?
- 2.4. O que gostaria de ter feito mais?
- 2.5. O que acredita que pode ter sido um equívoco?

- 2.6. Como se deu a articulação da pauta educacional antirracista e antissexista em sua opinião?
- 2.7. Como foi o momento de saída da SEPPIR? Quais sentimentos e impressões?

3. Sobre Luiza Bairros:

- 3.1. Como foi ter participado da trajetória de Luiza Bairros?
- 3.2. O que entende como relevante na atuação de Luiza Bairros?
- 3.3. Enquanto (ex-) ministras, vocês dialogaram? Se sim, o que surgiu de mais relevante nesse contato?

4. Impressões sobre o Brasil em relação a pauta racial

- 4.1. Quais são as percepções sobre o cenário brasileiro durante sua atuação?
- 4.2. Quais são as percepções sobre o cenário brasileiro atual?

5. Imprimindo Sankofa

- 5.1. Se pudesse voltar no tempo, o que diria para você como criança?
- 5.2. O que diria para si agora?
- 5.3. O que pode dizer para jovens negras que encontram em você inspiração?
- 5.4. O que diria para Luiza Bairros, se tivesse a oportunidade?

6. Aspectos gerais

- 6.1 Qual é a sua ocupação profissional atual?

APÊNDICE C – Publicações divulgadas no período de atuação da Ministra Matilde Ribeiro

Documento	Autor (a) (s)	Periódico/Ano	Base de dados	Resumo	Observação	Linha Temática (Leis e normas; história; antropologia e sociologia; saúde mental)	Link para baixar o texto integral	Cruzamento de referências bibliográficas
Brasil sem racismo: Programa de Governo 2002-Coligação Lula Presidente	Antonio Palloci Filho. Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luíz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira,	2002	Fundação Perseu Abramo	Com levantamento histórico sobre as vivências da população negra, no Brasil, o documento estrutura quais foram as projeções para o trabalho do Presidente Lula (2003-2011) e sua equipe, no combate ao racismo e fomento de ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a partir dos seguintes eixos temáticos: Terras de quilombos; Trabalho, emprego e renda; Saúde; Educação; Cultura e Comunicação; Mulher; Juventude; Segurança; Relações Internacionais; Gestão pública; Governo e Sociedade.		Publicação Informativa	http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilsemracismo.pdf	

Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides, Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro.							
--	--	--	--	--	--	--	--

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.	Luiz Inácio Lula da Silva, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque	2003	Presidência da República	Acrescenta à LDBEN os Artigos 26-A e 79-B, que visam a tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na rede de ensino básico brasileira	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro.	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Relatório Promoção da igualdade racial ações desenvolvidas em 2003
Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003.	Luiz Inácio Lula da Silva, Guido Mantega, José Dirceu de Oliveira e Silva	2003	Presidência da República	Estrutura da SEPPIR e remanejamento de cargos da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República.	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro ⁵² . O Art. 1º enfatiza que o trabalho da SEPPIR estaria voltado à população negra. Porém, o	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4651.htm	Decreto nº 5.197, de 2004

⁵² Considera-se como resultado de ações da Ministra Matilde Ribeiro, da Ministra Luiza Bairos e da Ministra Nilma Lino Gomes uma determinação que foi implementada no período de atuação na SEPPIR ou, essencialmente, em decorrência do material Brasil sem racismo: Programa de Governo 2002-Coligação Lula Presidente elaborado com o apoio de Matilde Ribeiro e demais pares do Movimento de Mulheres Negras e Movimento Negro, ainda que a assinatura não tenha sido impressa no documento final (decreto, lei, etc), que pode ter saído diretamente da Presidência da República ou de ministérios, como o Ministério da Educação (MEC), foco principal de nosso levantamento para demonstrar a atuação articulada das ministras aqui apresentadas. Entende-se que a Ministra Matilde Ribeiro, assim como as demais, Luiza Bairos e Nilma Lino Gomes, são agentes representativas dos esforços empreendidos pelo movimento negro.

					Boletim da SEPPPIR para o VII FSM insere indígenas, ciganos, árabes-palestinos e judeus, que, ao longo dos anos, se tornaram foco do amplo trabalho da SEPPPIR.			
Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.	Eduardo Siqueira Campos	2003	Presidência da República	Criação da SEPPPIR	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro; Senador Eduardo Siqueira Campos Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.678.htm	

					Nacional, no exercício da Presidência			
Decreto nº 4.738, de 12 de junho de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva, Celso Luiz Nunes Amorim	2003	Presidência da República	Com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação, torna responsável o Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial pelo recebimento e análise de denúncias.	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro.	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4738.htm	
Decreto nº 4.799, de 4 de agosto de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Gushiken	2003	Presidência da República	Diretrizes sobre o a comunicação institucional, respeitando o programa de governo	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro.	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4799impresao.htm	Relatório Promoção da igualdade racial ações desenvolvidas em 2003
Portaria Conjunta nº 2430 de 9 de setembro de 2003	Cristovam Buarque, Matilde Ribeiro	2003	SEPPPIR / MEC	Diretrizes sobre Grupo de Trabalho Interministerial para implementações de políticas de ações afirmativas no sistema de ensino braileito		Leis e Normas	http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/port2430.pdf	
Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu de Oliveira e Silva	2003	Presidência da República	Composição, funcionamento e diretrizes do Conselho	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro; Sem articulação no orçamento da união até 2008	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4885.htm	Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu de Oliveira e Silva	2003	Presidência da República	Instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro.	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm	Brasil sem racismo: Programa de Governo 2002- Coligação Lula Presidente; Plano de Ação de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata; Lei nº 10.639/2003
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.	Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Gil, Miguel Soldatelli Rossetto, José Dirceu	2003	Presidência da República	Trata da regulamentação das terras de remanescentes de quilombos	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm	Relatório Promoção da igualdade racial ações desenvolvidas em 2003

	de Oliveira e Silva							
Decreto nº 4.919 de 17 de dezembro de 2003.	Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu de Oliveira e Silva	2003	Presidência da República	Acrescenta à composição do conselho a participação de servidor(a) da Cultura e da sociedade civil.		Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4919.htm	Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez	2004	Ministério da Educação (Conselho Nacional de Educação)	Após a publicação da Lei nº 10.639/03, a resolução é lançada com vistas a dar instruções à aplicação da lei.	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro	Leis e Normas	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf	Lei nº 10.639/03
Portaria no 1434, de 14 de julho de 2004	Humberto Costa	2004	Ministério da Saúde	Sobre saúde e saneamento básico que inclui as comunidades quilombolas	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro	Leis e Normas	http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria1434_14_07_04.pdf	Relatório Promoção da igualdade racial ações desenvolvidas em 2004

Decreto nº 5.197 de 27 de agosto de 2004	Luiz Inácio Lula da Silva, Guido Mantega	2004	Presidência da República	Consolida a estrutura da SEPPIR com os cargos de natureza especial e revoga o Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003.		Leis e Normas	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decret-o-5197-27-agosto-2004-533928-publicacaooriginal-17644-pe.html	Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003
Decreto nº 5.265 de 5 de novembro de 2004	Lula da Silva, José Dirceu de Oliveira e Silva	2004	Presidência da República	Altera o Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003 sobre a Composição, funcionamento e diretrizes do Conselho		Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5265.htm	Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.	Luiz Inácio Lula da Silva, Antonio Palocci Filho, Tarso Genro	2005	Presidência da República	Cria, regulamenta e rege o Programa Universidade para Todos – PROUNI: concede benefícios em instituições privadas para estudantes que possuem direito à bolsa estudantil	Pode ser considerada uma ação articulada como resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro, apesar de não apresentar com evidência o	Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm	

					<p>quesito raça-cor. Poderíamos considerar essa ação como afirmativa que beneficia a população negra indiretamente, observando que este grupo é o que compõem em maior número as taxas de desemprego e baixa-renda, inviabilizando o pagamento integral de mensalidade universitária.</p>			
Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (anexos)	Luiz Inácio Lula da Silva,	2005	Presidência da República	Lei Orçamentária de 2006 com o entendimento sobre o que é um programa, as atividades, os projetos e os conceitos que o		Leis e Normas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11178.htm	

	Antonio Palocci Filho, Saraiva Felipe, Paulo Bernardo Filho			compõem e determina a distribuição para cada pasta ligada à Presidência da República, os estados e municípios				
I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Equipe Técnica SEPPIR	2005	SEPPIR	Relatório da I CONAPIR realizada entre 30 de junho a 02 de julho de 2005		Publicação	https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca/igualdade-racial/i-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-estado-e-sociedade-promovendo-a-igualdade-racial/view	
Boletim da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o VII Fórum Social Mundial Informative Bulletin for World Social 2007	Matilde Ribeiro, Maria do Carmo Ferreira da Silva, Sandra Regina Teixeira, Maria Inês da Silva Barbosa, Jorge Luiz Carneiro de	2007	SEPPIR	Participação do governo brasileiro na edição do VII Fórum Social Mundial, em Nairóbi, no Quênia. Oportunidade singular para tratar de alianças que dizem respeito à região sul-sul em temáticas econômicas, políticas e sociais atravessadas pelo racismo e violências correlatas. Na ocasião, a SEPPIR apresenta seu objetivo e ações realizadas na promoção da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil:	Resultado da participação da Ministra Matilde Ribeiro; Abdias Nascimento estava presente na I CONAPIR.	Publicação Informativa	https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca/igualdade-racial/boletim-da-secretaria-especial-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-para-o-vii-forum-social-mundial/view	

	Macedo, Antônio da Silva Pinto, Carlos Eduardo Trindade, Maria Palmira da Silva, Benedito Cintra, Magali Naves, Márcia Canário, Isabel Clavelin, Rose Silva.			Planapir (Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial), CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial), dentre outros.				
--	---	--	--	--	--	--	--	--